

**LUANA FERREIRA DOS SANTOS**

**COOPERATIVISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES SOCIAIS:  
PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Santos, Luana Ferreira dos, 1990-  
S237c Cooperativismo, políticas públicas e redes sociais :  
2016 perspectivas para a promoção desenvolvimento rural / Luana  
Ferreira dos Santos. – Viçosa, MG, 2016.  
xii, 105f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Cooperativas agrícolas. 2. Agricultura familiar.  
3. Cooperativismo. 4. Políticas Públicas. 5. Redes Sociais.  
6. Desenvolvimento Rural. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de  
Pós-graduação em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 334.683

**LUANA FERREIRA DOS SANTOS**

**COOPERATIVISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES SOCIAIS:  
PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 23 de fevereiro de 2016.

---

Ana Paula Teixeira de Campos  
(Coorientadora)

---

Alair Ferreira de Freitas  
(Coorientador)

---

Edson Arlindo Silva

---

Thiago Ferreira Dias

---

Marco Aurélio Marques Ferreira  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Conquistar o título de mestre é realizar um sonho. Muitas pessoas me apoiaram nesta caminhada, portanto é momento de agradecer. Agradeço de maneira especial:

A Deus e a Nossa Senhora, por todas as bênçãos.

Aos meus pais, Jéssus e Eliana, pelo apoio incondicional, pelo exemplo de fé, de amor ao próximo e de honestidade.

Aos meus irmãos Gabriel e Danilo, pela amizade.

Aos demais familiares, avós, tios e primos, pela torcida e pelas orações.

Ao Marcus, pelo incentivo e por ter compartilhado comigo momentos felizes e difíceis.

Aos amigos que me acompanharam nesta caminhada e em outras fases da minha vida, pelo carinho, pela paciência, pelos conselhos e pela atenção.

Aos amigos do mestrado e do agronegócio, por terem feito parte da minha trajetória acadêmica e de vida. Conquistar a amizade de vocês foi tão especial quanto estudar na UFV!

Ao meu orientador, prof. Marco Aurélio Marques Ferreira, pelo apoio e pelos desafios que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

A minha coorientadora e amiga, Ana Paula Teixeira de Campos, pelo auxílio constante no desenvolvimento deste e de outros trabalhos.

Ao meu coorientador, prof. Alair Ferreira de Freitas, pelas contribuições dedicadas a este estudo.

Ao prof. Edson Arlindo Silva, pelas colaborações na defesa do projeto, no seminário de dissertação e na banca examinadora.

Aos professores que aceitaram o convite em participar da banca de defesa da dissertação.

Aos mestres da graduação, a todos os professores e servidores do DAD/UFV.

Aos amigos do grupo de pesquisa APGS pelo companheirismo e suporte.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

À UFV, por esses sete anos de ensinamentos e pelas oportunidades.

Aos agricultores da COOPRAMM e da COOPAF, pela disponibilidade em participar da pesquisa e pela confiança depositada.

Enfim, todos que de alguma forma me apoiaram e tornaram possível a construção desta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

## **BIBLIOGRAFIA**

Luana Ferreira dos Santos é natural de Teixeira, Minas Gerais. Estudou na Escola Estadual Doutor Mariano da Rocha, onde concluiu o ensino médio.

Em 2009 iniciou o curso de Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), concluindo em março de 2014.

Iniciou o mestrado no Programa de Pós-graduação em Administração na mesma instituição em março de 2014, submetendo-se a defesa em 23 de Fevereiro de 2016.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>v</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>vi</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>viii</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>xi</b>
<b>APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	<b>2</b>
<b>ARTIGO I: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar em Minas Gerais à luz da Análise Multivariada de Dados</b> .....	<b>6</b>
1. Introdução.....	8
2. Revisão de Literatura.....	10
2.1. Desenvolvimento Rural: Conceitos e Definições.....	10
2.2. Fatores Determinantes do Desenvolvimento Rural e do Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	11
3. Procedimentos Metodológicos.....	14
3.1. Análise Fatorial.....	14
3.2. Índice de Desenvolvimento Rural.....	16
3.3. Modelo Logit Multinomial.....	17
4. Resultados e Discussão.....	18
4.1. Desenvolvimento Rural no Estado de Minas Gerais.....	18
4.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no estado de Minas Gerais.....	22
5. Considerações Finais.....	26
6. Referências.....	27
<b>ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios</b> .....	<b>29</b>
1. Introdução.....	31
2. Revisão de Literatura.....	33
2.1. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	33
2.2. O Papel do Cooperativismo para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e Articulação de Políticas Públicas.....	37
3. Procedimentos Metodológicos.....	40
3.1. Área de Estudo.....	40
3.2. Estrutura Metodológica da Pesquisa.....	43
4. Resultados e Discussão.....	44
4.1. Características das Cooperativas.....	45
4.2. Barreiras Inibidoras do Desempenho das Cooperativas.....	49
4.3. Políticas Públicas e Cooperativismo.....	53
5. Considerações Finais.....	58
6. Referências.....	59

<b>ARTIGO III: Influência das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira.....</b>	<b>63</b>
1. Introdução.....	65
2. Revisão de Literatura.....	67
2.1. Agricultura familiar, Políticas Públicas e Cooperativismo .....	67
2.2. Redes Sociais.....	69
3. Procedimentos Metodológicos .....	72
4. Resultados e Discussão.....	75
4.1. Trajetória Histórica da COOPRAMM e da COOPAF .....	75
4.2. Redes sociais da COOPRAMM e da COOPAF .....	76
4.2. Implicações das Redes Sociais para o Acesso às Políticas Públicas .....	81
5. Considerações Finais .....	88
6. Referências .....	89
<b>CONCLUSÃO GERAL .....</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>95</b>
Apêndice A: Ranking dos municípios mineiros quanto ao Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) – Artigo I.....	96
Apêndice B: Roteiro das entrevistas – Artigo II e Artigo III .....	104

## LISTA DE SIGLAS

AED - Análise Exploratória dos Dados  
AIPAT - Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais  
CEIFAR/ZM - Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata  
CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
COOPAF - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e Solidária da Região  
COOPRAMM - Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRESOL - Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária  
CTA/ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata  
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf  
DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FJP - Fundação João Pinheiro  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IDHM - Índice Desenvolvimento Humano Municipal  
IDR – Índice de Desenvolvimento Rural  
IGBE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMRS - Índice Mineiro de Responsabilidade Social  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PGPAF - Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar  
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNHR - Programa de Habitação Rural  
PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar  
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

## LISTA DE QUADROS

### **ARTIGO I: Desenvolvimento rural e agricultura familiar em Minas Gerais à luz da análise multivariada de dados**

Quadro 1: Variáveis utilizadas na análise fatorial e embasamento teórico .....	15
Quadro 2: Variáveis utilizadas no modelo logit multinomial e embasamento teórico.....	17

### **ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios**

Quadro 1: Gerações das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.....	34
Quadro 2: Estrutura metodológica da pesquisa .....	43
Quadro 3: Barreiras inibidoras do desempenho da COOPRAMM .....	49
Quadro 4: Barreiras inibidoras do desempenho da COOPAF.....	51

### **ARTIGO III: Influência das redes sociais para o acesso ao mercado institucional: análise em cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira**

Quadro 1: Rede social da COOPRAMM em diferentes contextos .....	78
---	----

## LISTA DE TABELAS

### **ARTIGO I: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar em Minas Gerais à Luz da Análise Multivariada de Dados**

Tabela 1: Caracterização dos fatores extraídos .....	18
Tabela 2: Matriz dos fatores determinantes do desenvolvimento rural.....	18
Tabela 3: Análise descritiva do IDR para os municípios mineiros .....	20
Tabela 4: Classificação dos municípios por meio do IDR .....	21
Tabela 5: Distribuição proporcional do modelo .....	22
Tabela 6: Variáveis utilizadas no modelo logit multinomial e suas significâncias .....	23
Tabela 7: Modelo de previsão do desenvolvimento rural.....	23
Tabela 8: Desempenho do modelo logit multinomial .....	26

### **ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios**

Tabela 1: Organizações formais da agricultura familiar por mesorregião de Minas Gerais ....	40
---	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **ARTIGO I: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar em Minas Gerais à Luz da Análise Multivariada de Dados**

Figura 1: Área do estado de Minas Gerais dividida com base no IDR dos municípios. ....21

### **ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios**

Figura 1: Localização da Zona da Mata mineira e dos municípios de Canaã e Muriaé. ....42

Figura 2: Pontos positivos do PNAE na visão dos entrevistados da COOPAF. ....55

Figura 3: Fatores condicionantes associados ao acesso às políticas públicas de compra institucional na COOPRAMM e na COOPAF .....57

### **ARTIGO III: Influência das redes sociais para o acesso ao mercado institucional: análise em cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira**

Gráfico 1: Distribuição das organizações formais da agricultura familiar por mesorregião de Minas Gerais .....73

Figura 1: Rede social da AIPAT a partir do acesso ao PAA e PNAE. ....79

Figura 2: Rede social da COOPAF em 2015. ....81

## RESUMO

SANTOS, Luana Ferreira dos. M. S.; Universidade Federal de Viçosa, Fevereiro de 2016. **Cooperativismo, Políticas Públicas e Redes Sociais: Perspectivas para a Promoção do Desenvolvimento Rural**. Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira. Coorientadores: Ana Paula Teixeira de Campos e Alair Ferreira de Freitas.

A proposta deste estudo é compreender o papel das cooperativas da agricultura familiar na articulação da implementação das políticas públicas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para tanto, buscou-se também: i) analisar o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais e verificar se a agricultura familiar é um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros; ii) identificar os fatores condicionantes, as principais barreiras inibidoras do desempenho e os desafios que as cooperativas da agricultura familiar enfrentam para se consolidarem como empreendimentos participantes do mercado institucional; e, iii) compreender de que modo a configuração das redes sociais influencia na implementação de políticas públicas como o PAA e o PNAE, por intermédio de cooperativas da agricultura familiar. Para cumprir os objetivos propostos, esta pesquisa se pauta em procedimentos metodológicos quantitativos por meio de técnicas de análise multivariada de dados, e procedimentos metodológicos qualitativos, como estudo de caso e análise de conteúdo. O estudo de caso foi realizado na COOPRAMM e na COOPAF, cooperativas da agricultura familiar localizadas na Zona da Mata mineira. Essas cooperativas foram selecionadas com o intuito de se comparar diferentes experiências, pois os agricultores da COOPAF acessam o PNAE via cooperativa e na COOPRAMM isso ainda não ocorre. Como resultados, destaca-se a hierarquização dos municípios quanto ao nível de desenvolvimento rural, a relação da agricultura familiar com o grau de desenvolvimento rural dos municípios e elementos de um estudo de caso comparativo que revelam oportunidades e desafios do acesso ao mercado institucional via cooperativas da agricultura familiar e a influência das redes sociais para o acesso às políticas públicas. Entre as conclusões factíveis de serem realizadas a partir deste trabalho, destaca-se, no primeiro artigo, a necessidade do direcionamento de ações estatais para municípios que apresentaram resultados do IDR insatisfatórios, o que certamente contribuiria para a adoção de estratégias por parte dos tomadores de decisões que contemplem as especificidades destes municípios. O segundo artigo revela que o PNAE representou uma oportunidade para o desenvolvimento da COOPAF pelos benefícios gerados aos associados, como geração de renda, agregação de

valor e escoamento da produção. Por outro lado, a COOPAF enfrenta desafios para a participação no PNAE, como a organização da produção, qualidade, a necessidade de maior rigor na fiscalização e de maior entendimento do poder público sobre o seu funcionamento. Na COOPRAAM, os desafios são ainda maiores, pois o empreendimento ainda não participa do mercado institucional, embora seja interesse dos associados. Conclui-se, por meio do terceiro artigo, que a rede social é um fator condicionante para o acesso ao mercado institucional. Foi possível constatar que, na medida em que as cooperativas estão inseridas em redes sociais mais estruturadas, com atores mais engajados para o seu desenvolvimento, propicia-se maior acesso às políticas públicas.

## ABSTRACT

SANTOS, Luana Ferreira dos. M. S.; Universidade Federal de Viçosa, February, 2016. **Cooperatives, Public Policies and Social Networks: Perspectives for the Promotion of Rural Development.** Adviser: Marco Aurélio Marques Ferreira. Co-advisers: Ana Paula Teixeira de Campos e Alair Ferreira de Freitas.

This study aims to understand the role of family farming cooperatives for the articulation in the implementation of public policies of institutional buying, as the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). For this, also sought: i) analyze the rural development in the state of Minas Gerais and verify if family farming is a key factor in explaining the rural development level of the Minas Gerais municipalities; ii) identify the conditioning factors for access to the public policies of institutional buying, the main obstacles that inhibit the performance, and the challenges of family farming cooperatives of consolidate as the institutional market entities; and, iii) understand how the configuration of social networks influence the implementation of public policies such as the PAA and the PNAE through the cooperatives. Aiming to comply the proposed, this research staff on statistical models, among which the multivariate analysis of data, and qualitative process methodological, as the case study and content analysis. The case study was conducted in COOPRAM and COOPAF, located in Zona da Mata mineira. It was selected these cooperatives with the aim of compare different experiences, because the family farmers in COOPAF access the PNAE through cooperative and in the COOPRAMM it does not happen. As results stand out, the ranking of municipalities in the level of rural development, the relationship of family farming with the degree of rural development of municipalities and elements of a comparative case study that reveal opportunities and challenges of access to the institutional market through cooperatives and the influence of social networks for access to public policies. Among the conclusions to be made workable from this work, stands out, in first article, to the need for guidance from the State actions to the municipalities that presented unsatisfactory RDI results. Certainly, this would contribute to the adoption of strategies by decision makers that address the specific features of Minas Gerais municipalities. The second article reveals that the PNAE is an opportunity for the development of COOPAF the benefits generated to members, such as income generation, value addition and production flow. Regarding the challenges to access to the institutional market, COOPAF faces difficulties associated with the quality of food, the operationalization of the PNAE and the organization of producers. In the COOPRAMM the challenges are even

greater, because of a series of obstacles associated with the cooperative's own characteristics, it failed to become an articulating entity of the institutional market, although it is one of the goals of its members. Concluded, through for the third article, that the network is the conditioning factor for access to the institutional market, once was possible find that with cooperatives inserted into more structured social networks, and more engaged actors for their development, provides a greater access to public policies.

## **APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação é composta por três artigos inéditos relacionados às temáticas do desenvolvimento rural, do papel de articulação das cooperativas da agricultura familiar para a implementação de políticas públicas e da influência das redes sociais para o acesso ao mercado institucional, por intermédio das cooperativas. São esses trabalhos:

ARTIGO I: Desenvolvimento rural e agricultura familiar em Minas Gerais à luz da análise multivariada de dados

ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios

ARTIGO III: Influência das redes sociais para o acesso ao mercado institucional: análise em cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira

## INTRODUÇÃO GERAL

A trajetória das discussões conceituais acerca do desenvolvimento rural pode ser criada, moldada e influenciada pelo contexto histórico de determinada região ou país. No Brasil, a modernização agrícola foi uma das primeiras discussões relacionadas ao desenvolvimento dos espaços rurais, sucedida dos debates sobre a estrutura fundiária. Segundo Delgado (2001), nos anos 1960, a reflexão econômica sobre o setor rural organizou-se em torno da reforma agrária, acentuando os debates sobre os problemas agrários, como por exemplo, a estrutura fundiária.

Entre 1965-1958, Delgado (2001) relata sobre a fase da “modernização conservadora”, em que a agricultura se modernizou, mas não alterou a sua estrutura fundiária. Conforme o autor, esse período nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária e foi considerado a “idade do ouro” de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo, sob a forte mediação financeira do setor público. Além disso, tem-se um cenário de adoção aos pacotes tecnológicos da “revolução verde”, considerados sinônimos de modernidade.

Segundo Navarro (2001), a noção de desenvolvimento rural no período da modernização agrícola foi moldada pelo “espírito da época”. Nos anos 1970 houve uma tentativa de se implementar um conjunto de programas no nordeste brasileiro sob a égide do desenvolvimento rural. Contudo, a transformação econômica e social e a melhoria do bem-estar das regiões mais pobres, foram entendidas como resultado natural do processo da modernização da agricultura, e conseqüentemente, uma suposta associação com aumentos de renda familiar, e ao “desenvolvimento rural”. O autor relata que a partir dos anos 1980, o enfoque de algumas políticas públicas retirou o desenvolvimento rural da cena de discussões, reaparecendo os debates sobre essa temática na década de 1990.

Schneider (2010) aborda que o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social foi um dos fatores decisivos que contribuíram para resignificar as noções sobre o desenvolvimento rural e, assim, reorientar as políticas públicas, a partir da década de 1990. Para o autor, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro devido à ocorrência de dois eventos de grande impacto político e social no meio rural: as reivindicações dos movimentos sindicais rurais e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

Müller, Silva e Schneider (2012) relatam que desde sua origem, o PRONAF restringe-se ao aporte de crédito, limitando a intervenção governamental no desenvolvimento rural.

Considerando as limitações dessa política pública e, diante da maior organização social e política dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, as reivindicações dos movimentos sociais do campo foram ampliadas, contemplando, a partir dos anos 2000, temas como garantia de preços e acesso a mercados.

Nesse cenário, surge em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trazendo em sua concepção tanto elementos relacionados à política agrícola quanto à política de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005). A partir da promulgação da Lei Federal nº 11.947/2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também se tornou uma política pública de compra institucional com o foco de inserção da agricultura familiar nos canais de comercialização.

Estudos destacam as políticas públicas de compra institucional direcionadas para a agricultura familiar como políticas redistributivas (DIAS, 2011), que representam oportunidades para incentivar a produção e a comercialização dos agricultores familiares (FORNAZIER, 2014), contribuindo para uma relação mais estreita entre campo e cidade (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) e para o surgimento de novos circuitos, novas infraestruturas físicas e arranjos sociais (PLOEG, 2011).

Além disso, políticas públicas como o PAA e o PNAE contribuem para a organização social do público beneficiário, diante da exigência governamental de que os produtores estejam organizados para poder acessá-las. Assim, as cooperativas têm desempenhado importante papel de articulação entre a produção familiar e as entidades beneficiárias dos alimentos da agricultura familiar (COSTA; AMORIM JÚNIOR; SILVA, 2015).

O surgimento de políticas públicas para a agricultura familiar marca um novo cenário nos processos de desenvolvimento rural no país, em que os produtores rurais descobrem-se enquanto atores sociais, capazes de reivindicar suas demandas através da proposição de políticas públicas. Devido às complexas dinâmicas sociais em que se configuram o mundo rural contemporâneo, Schmitt (2011) sugere uma abordagem relacional para os estudos rurais, através da análise das redes sociais. Para a autora, a abordagem das redes sociais permite, por meio dos estudos das interações sociais no meio rural, interligar atores, objetos, significados e práticas.

No campo dos estudos rurais, pesquisas destacam o papel dos atores sociais em abordagens distintas de desenvolvimento rural – endógeno e exógeno (TERLUIM, 2003) e as especificidades das configurações das redes sociais, que devem ser levadas em conta nas estratégias de desenvolvimento rural (MARSDEN, 1998). Outros trabalhos abordam como a

configuração das redes sociais influencia na formulação (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012), na implementação (FREITAS, 2015) e no acesso, tradução e interface (CAMPOS, 2014) de políticas públicas de desenvolvimento rural.

No âmbito dos trabalhos sobre políticas públicas para a agricultura familiar, Müller, Silva e Schneider (2012) relatam a existência de uma lacuna de estudos analíticos que aplicam a abordagem das redes sociais, visto que grande parte das pesquisas avalia sucessos ou insucessos de programas específicos, com pouco espaço para um enfoque mais analítico. Tendo esta lacuna, pretende-se com este trabalho, compreender a influência das redes sociais nas dinâmicas decorrentes da implementação de políticas públicas para a agricultura familiar via cooperativas, sob a ótica de uma perspectiva analítica.

Assim, a análise da implementação das políticas públicas por intermédio de cooperativas consiste em um fenômeno importante para a compreensão de como processos desencadeados por políticas públicas são influenciados por diferentes atores sociais presentes no contexto local, dado que a burocracia para o acesso passou a incentivar a constituição de cooperativas para atuarem como entidades articuladoras entre a produção familiar e o mercado institucional.

Diante do apresentado, esse tipo de análise gera os seguintes questionamentos para a produção do conhecimento: A agricultura familiar é um fator preponderante no desenvolvimento rural dos municípios mineiros? As cooperativas da agricultura familiar conseguem se consolidar efetivamente como empreendimentos integradores das políticas públicas de compra governamental, como o PAA e o PNAE? De que forma as redes sociais influenciam o acesso às políticas públicas, por intermédio de cooperativas?

Para responder às indagações propostas, o objetivo geral dessa dissertação consiste em compreender o papel das cooperativas da agricultura familiar na articulação da implementação das políticas públicas de compra institucional, como o PAA e o PNAE.

Para tanto, esta dissertação está organizada em três artigos, aos quais contemplam os seguintes objetivos específicos: i) analisar o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais e verificar se a agricultura familiar é um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros; ii) identificar os fatores condicionantes, as principais barreiras inibidoras do desempenho e os desafios que as cooperativas da agricultura familiar enfrentam para se consolidarem como empreendimentos participantes do mercado institucional; e, iii) compreender de que modo a configuração das redes sociais influencia na

implementação de políticas públicas como o PAA e o PNAE, por intermédio de cooperativas da agricultura familiar.

## Referências

- CAMPOS, A. P. T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2014.
- COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 01, p. 109-126, 2015.
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, 2001.
- DIAS, T. F. **Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal (RN), 2011.
- FORNAZIER, A. **Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico (PDE). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP), 2014.
- FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG), 2015.
- MARSDEN, T. New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.
- MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRJ, Rio de Janeiro, v.20, p.139, 2012.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p83-100, 2001.
- PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3 (119), p. 511-531, 2010.
- TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, v.19, p. 327-344, 2003.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

## **ARTIGO I: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar em Minas Gerais à luz da Análise Multivariada de Dados**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais e verificar se a agricultura familiar é um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros. Para a realização dos procedimentos metodológicos foram selecionadas 16 variáveis que contemplam diferentes dimensões do desenvolvimento rural (econômica, social, demográfica, política-institucional e ambiental). Os resultados da análise fatorial reforçam a importância dos fatores: aspectos sociais, investimento público setorial, aspectos institucionais, aspectos ambientais, aspectos político e demográfico e condições da atividade agropecuária. O cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) revela que grande parte de municípios com alto desenvolvimento rural situa-se nas regiões do Alto Paranaíba, Zona da Mata e Metropolitana e o maior número de municípios com baixo desenvolvimento rural concentra-se nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Tendo como categoria de referência o grupo de municípios classificados como alto desenvolvimento rural, foi possível constatar, através da regressão logística multinomial, que o modelo apresentou 45,6% dos casos classificados corretamente, sendo que o maior número de casos enquadrou-se no grupo de médio desenvolvimento rural. Ademais, aponta-se a necessidade do direcionamento de ações estatais para os municípios que apresentaram resultados do IDR insatisfatórios. Certamente, isto contribuiria para a adoção de estratégias por parte dos tomadores de decisões que contemplem as especificidades dos municípios mineiros.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Agricultura Familiar; Análise Multivariada de Dados; Minas Gerais.

## **Rural Development and Family Agriculture in Minas Gerais in the light of Multivariate Data Analysis**

**Abstract:** This paper aims to analyze the rural development in the state of Minas Gerais and verify if family farming is a key factor in explaining the rural development level of the Minas Gerais municipalities. Sixteen variables that include various dimensions of rural development (economic, social, demographic, institutional and environmental policy) were selected by methodological procedures. The results of the factor analysis reinforce the importance of the following factors: social, sectoral public investment, institutional, environmental, political and demographic aspects and farming conditions. The calculation of the Rural Development Index (RDI) reveals that much of municipalities with high rural development is located in the Alto Paranaíba, Zona da Mata and Metropolitan regions and the largest number of municipalities with low rural development are concentrated in the regions of Vale do Jequitinhonha and Vale do Mucuri. With the group of municipalities classified with high rural development as reference category, it was possible to establish by multinomial logistic regression that the model classified correctly 45.6% of the cases, with the largest number of cases framed in the group of medium rural development. Moreover, it points to the need for guidance from the State actions to the municipalities that presented unsatisfactory RDI results. Certainly, this would contribute to the adoption of strategies by decision makers that address the specific features of Minas Gerais municipalities.

**Keywords:** Rural Development; Family Agriculture; Multivariate Data Analysis; Minas Gerais.

## 1. Introdução

A trajetória das discussões conceituais acerca do desenvolvimento rural pode ser criada, moldada e influenciada pelo contexto histórico de determinada região ou país. Ellis e Biggs (2001) realizaram uma retrospectiva das principais mudanças ocorridas nas reflexões sobre o desenvolvimento rural no período de 1950 a 2000, nos países desenvolvidos. Os autores relatam uma sequência de enfoques centrais que nortearam os estudos rurais, ressaltando a superficialidade da análise, uma vez que o processo de desenvolvimento rural é uma questão complexa.

Para Ellis e Biggs (2001), essa sequência de ideias contempla a modernização das atividades agrícolas nos anos 1950/1960, a intervenção estatal nos anos 1970, a liberalização dos mercados nos anos 1980 e as abordagens sobre participação e empoderamento dos habitantes rurais, que ainda prevalecem nas discussões relacionadas ao meio rural. A partir desses enfoques, temas que reúnem o alívio da pobreza (1980), a redução da pobreza (1990) e a erradicação da pobreza (2000), são recorrentes e apresentam crescente importância, e talvez, por isso, sejam os que realmente expressam assuntos cruciais relacionados ao meio rural.

Assim como nos países desenvolvidos, no Brasil, a modernização agrícola também foi uma das primeiras discussões relacionadas ao desenvolvimento dos espaços rurais, sucedida dos debates sobre a estrutura fundiária. Segundo Delgado (2001), nos anos 1960, a reflexão econômica sobre o setor rural organizou-se em torno da reforma agrária, acentuando os debates sobre os problemas agrários, como a estrutura fundiária, e outras questões, como oferta e demanda de produtos agrícolas, comércio exterior e emprego.

Entre 1965-1958, Delgado (2001) relata sobre a fase da “modernização conservadora”, em que a agricultura se modernizou, mas não alterou a sua estrutura fundiária. Conforme o autor, esse período nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária e foi considerado a “idade do ouro” de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo, sob a forte mediação financeira do setor público. Além disso, tem-se um cenário de adoção aos pacotes tecnológicos da “revolução verde”, considerados sinônimos de modernidade.

Nesse contexto de modernização agrícola, Graziano da Silva (1999) evidencia que, em razão da elevadíssima concentração fundiária existente no país, em poucas regiões o desenvolvimento agrícola do setor patronal caminhou junto com o desenvolvimento rural. Na maioria dos casos, a elevação da produtividade das culturas agropecuárias se fez acompanhar de uma intensificação do êxodo rural e de miseráveis condições de emprego. O autor relata

que, nessas circunstâncias, enfraqueceu-se a ilusão de que a “revolução verde” acabaria simultaneamente com a fome nas cidades e a miséria nos campos.

Segundo Navarro (2001), a noção de desenvolvimento rural no período da modernização agrícola foi moldada pelo “espírito da época”. Nos anos 1970 houve uma tentativa de se implementar um conjunto de programas no nordeste brasileiro sob a égide do desenvolvimento rural. Contudo, a transformação econômica e social e a melhoria do bem-estar das regiões mais pobres, foram entendidas como resultado natural do processo da modernização da agricultura, e conseqüentemente, uma suposta associação com aumentos de renda familiar, e ao “desenvolvimento rural”. O autor relata que a partir dos anos 1980, o enfoque de algumas políticas públicas retirou o desenvolvimento rural da cena de discussões, reaparecendo os debates sobre essa temática na década de 1990.

Schneider (2010) destaca quatro fatores decisivos que contribuíram para a mudança no entendimento sobre o desenvolvimento rural no Brasil, em meados da década de 1990. O primeiro fator está relacionado com o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social. O segundo fator diz respeito à crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto por meio das políticas públicas como das ações relacionadas à segurança alimentar, reforma agrária, entre outras. O terceiro fator refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico, pois os setores das elites agrárias viram-se obrigadas a mudar de posição sobre as políticas sociais e assim, foi sendo construída uma argumentação que visava descortinar as diferenças entre os produtores rurais. Por fim, o autor destaca o quarto fator como sendo a relação do desenvolvimento rural com a sustentabilidade ambiental.

Diante do exposto, observa-se uma mudança de enfoque na compreensão do desenvolvimento rural como um modelo alternativo ao paradigma da “modernização conservadora”. Assim, os estudos sobre desenvolvimento rural passaram a compreendê-lo como um fenômeno de natureza multissetorial, multifuncional, multidimensional e que envolve multi-atores (ABRAMOVAY, 2000; KAGEYAMA, 2004; FAVARETO, 2006; PLOEG, 2011). Neste cenário, levando em conta as características do desenvolvimento rural supracitadas, o presente estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais e verificar se a agricultura familiar é um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros.

## **2. Revisão de Literatura**

Este trabalho orienta-se pela literatura sobre desenvolvimento rural e seus fatores determinantes. Isso porque compreender esse fenômeno implica em analisá-lo sob uma perspectiva teórica e também observar os fatores que condicionam este desenvolvimento.

### **2.1. Desenvolvimento Rural: Conceitos e Definições**

Nesta pesquisa, torna-se necessário a discussão de conceitos que fundamentam o desenvolvimento rural. No que diz respeito à conceituação do termo “rural”, Kageyama (2004) relata que existem várias definições para este, mas que há certo consenso sobre: enxergar o rural não como sinônimo de agrícola e nem como exclusividade sobre este; a natureza multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social) e multissetorial (pluriatividade) do rural; o não isolamento absoluto em áreas rurais e áreas urbanas; e a densidade populacional relativamente baixa das áreas rurais.

Favareto (2006) aborda não fazer sentido entender o rural apenas como sinônimo de agrário, sendo necessário entender a natureza territorial deste, reconhecendo o dinamismo que se passa nas regiões rurais e não apenas a dinamização que se passa na agropecuária. O que vai de encontro à abordagem de Abramovay (2000), que traz a ruralidade como um conceito de natureza territorial e não setorial, sendo que a unidade de análise não são os sistemas agrários e nem os alimentares, mas as economias regionais, e mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o resto do país. Ou seja, o desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.

De acordo com Veiga (2000), o desenvolvimento agrícola, base da modernização da agricultura, refere-se exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária. Por isso, o modelo de modernização agrícola, que dominou a teoria, as práticas e as políticas públicas vem sendo substituído pelo desenvolvimento rural. Desta forma, Schneider e Conterato (2006) relatam que este novo modelo de desenvolvimento rural busca valorizar as economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, a participação dos atores sociais, entre outros.

Sob essa ótica de uma interpretação mais flexível e alargada do desenvolvimento rural, que implicou na superação da ideia de que há um caminho único e imperativo (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006) é que se norteia a concepção utilizada sobre desenvolvimento rural neste trabalho.

Ellis e Biggs (2001, p.443) conceituam o desenvolvimento rural como “um conjunto de práticas e ações que buscam reduzir a pobreza no meio rural, visando estimular um

processo de participação que empodera os habitantes rurais, possibilitando que eles sejam capazes de controlar e definir suas prioridades para efetivar mudanças”.

Segundo Ploeg (2011), os processos de desenvolvimento rural tanto remodelam as práticas de agricultura como são resultado de práticas mutantes nesta área. Uma vez que essas mudanças serão parciais, desiguais e diferenciadas, o desenvolvimento rural certamente contribuirá para ampliar a heterogeneidade do setor agrícola, assim como é, em si, um processo heterogêneo.

Nessa conjuntura, fica evidente que analisar o desenvolvimento rural consiste em considerar o papel dos agentes públicos e privados para a promoção de estratégias que contemplem o meio rural e as diferentes escalas de produtores. Torna-se relevante também compreender o desenvolvimento rural sob uma perspectiva além das questões agrícolas e agrárias, considerando também a natureza multidimensional, multissetorial, multifuncional e a existência de múltiplos atores sociais nos territórios rurais.

## **2.2. Fatores Determinantes do Desenvolvimento Rural e do Fortalecimento da Agricultura Familiar**

Conterato (2008) evidencia que o desenvolvimento rural é um fenômeno multidimensional, compreendendo aspectos relacionados às dimensões econômica, social, demográfica, político institucional e ambiental. Logo, faz-se relevante contemplar elementos associados a essas múltiplas dimensões para caracterizar os fatores determinantes do desenvolvimento rural.

Jorge e Moreira (1995) abordam que os indicadores de desenvolvimento devem estar relacionados em três grandes grupos, sendo: i) vitais, que compreendem aspectos ligados à expectativa média de vida, estrutura etária, mortalidade infantil, morbidade e taxa de crescimento populacional; ii) econômicos, que se dividem em estruturais (força de trabalho, estrutura da produção, capital, recursos naturais e estrutura da distribuição de renda) e disponibilidade de bens e serviços (renda per capita, bens de consumo, serviços básicos, serviços sociais); e iii) sociais, que correspondem a questões relativas a estratificação de classes, mobilidade social, representação no sistema político, participação social e sistema de concentração da propriedade.

Conforme Buainain e Souza Filho (2006), o sucesso da atividade agrícola não está condicionado apenas por fatores controlados da “porteira para dentro”. As condições dos distintos segmentos da cadeia produtiva em que a exploração agrícola está inserida, bem como as instituições e organizações que lhe provêm suporte, a infraestrutura de ciência e

tecnologia, a infraestrutura física, a qualificação dos recursos humanos para apoiar os programas públicos e os serviços de educação básica também são de fundamental importância no sentido de gerar externalidades positivas para os produtores rurais.

Graziano da Silva (2002) revela que a pobreza é um empecilho aos processos de desenvolvimento por duas razões básicas: primeiro, porque drena parte substancial dos recursos despendidos localmente para bens de consumo corrente que têm pouco efeito indutor para a formação de circuitos virtuosos de geração de emprego e renda. Segundo, porque limita o tamanho dos mercados locais em função do baixo nível per capita da maioria da população.

A geração de ocupações também é um elemento presente nos processos de desenvolvimento rural. Veiga (2000) revela que o desenvolvimento tende a separar o surgimento de novos empregos do grau de urbanização regional, tomando como exemplo o caso de estabelecimentos agrícolas nos quais o núcleo familiar constitui pequenas empresas artesanais, comerciais ou industriais, que são responsáveis em grande parte pela diversificação das economias regionais.

Graziano da Silva (2002) mostra como o meio rural pode oferecer também empregos não agrícolas, como turismo, lazer e combinação de postos de trabalho com pequenas e médias empresas, no espaço local-regional. Assim, a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é colocada pelo autor como uma estratégia de desenvolvimento rural que envolve novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda e novas formas de reter a população no meio rural.

O investimento público também representa um papel importante de modo a criar condições para o desenvolvimento dos municípios. Em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), detalhou-se como os gastos sociais do governo em saúde e educação geram incrementos no Produto Interno Bruto (PIB) e na renda das famílias. Constatou-se que, ao gastar R\$1,00 em educação pública, o PIB aumenta em R\$1,85 e a renda em R\$1,67. Já o gasto de R\$1,00 em saúde representa um aumento de R\$1,70 no PIB e R\$1,44 na renda das famílias.

Quanto aos gastos no setor do agronegócio, um trabalho do World Bank (2006) revela que a melhoria da gestão dos gastos públicos tem um impacto positivo na agricultura. Ressalta-se que as despesas do setor agropecuário devem ser baseadas em uma estratégia claramente definida com as prioridades, um conjunto de programas e políticas que respondem a essas prioridades; e que as alocações de recursos financeiros e recursos humanos devem ser consistentes com as estratégias, políticas e programas.

Para Veiga (2000), inúmeros fatores contribuem para o processo de desenvolvimento rural, podendo destacar elementos relacionados ao maior acesso a educação e a terra, com o intuito de elevar a renda e diminuir a pobreza; a diversificação da agricultura e um meio rural multifacetado; uma maior concentração das atividades, devido às vantagens da proximidade; e um conjunto de instituições bem alicerçadas, permitindo uma valorização do território.

Os aspectos demográficos e ambientais também possuem importante relação com o meio rural. Segundo Kageyama (2004), quanto maior a densidade demográfica, menor o isolamento das áreas rurais e maiores as oportunidades de estabelecimento de redes sociais, e quanto maior a população rural e seu crescimento, maior a capacidade da área rural de reter a população. Abramovay (2000) aborda que à medida que a noção de ruralidade incorpora a natureza como um valor a ser preservado - e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.

Quantos aos aspectos relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar, Sousa et al. (2015) relatam como a adoção de tecnologias no fator terra, o valor da produção, o grau de integração com o mercado e dimensão intelectual dos produtores rurais desempenham um importante papel para a competitividade dessa categoria social.

Buainain e Souza Filho (2006) também destacam algumas maneiras de fortalecer a agricultura familiar, como a agregação de valor aos seus produtos, instrumentos de políticas públicas que viabilizam a competitividade sustentada dos empreendimentos; a assistência técnica e extensão rural, a gestão da propriedade rural e a gestão das formas de organização.

Sangalli e Schlindwein (2013) evidenciam a importância de se conhecer os indicadores que envolvem a agricultura familiar para o planejamento de programas de desenvolvimento rural que atendam às especificidades das regiões brasileiras. As autoras enfatizam que, ainda que com índices de produtividade mais modestos, a agricultura familiar contribui com o agronegócio brasileiro, principalmente pelo número de ocupações e a geração de renda a um grande número de famílias que dependem da terra para a sua sobrevivência.

A partir do exposto, destaca-se a importância de se compreender o desenvolvimento rural não apenas como um fenômeno estritamente relacionado ao crescimento econômico, mas que contemple fatores de diferentes dimensões que condicionam este desenvolvimento. No âmbito dessa pesquisa, diante do intuito de verificar se a agricultura familiar pode ser um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros,

torna-se relevante também ressaltar os fatores condicionantes para o fortalecimento e competitividade dessa categoria social.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Apresenta-se, nesta seção, a abordagem metodológica norteadora do estudo. Tem-se como recorte analítico o estado de Minas Gerais, adotando como unidade de análise seus 853 municípios (IBGE, 2010). Nesta pesquisa, os outliers severos (valores superiores ou iguais a 3 de amplitude interquartis para baixo do primeiro quartil ou para cima do terceiro quartil) foram excluídos da análise. Dessa forma, 26 municípios foram retirados, totalizando 827.

Para operacionalização dos procedimentos metodológicos, de cunho quantitativo, compôs-se uma base de dados secundários das seguintes fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Data Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP). Utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para o tratamento estatístico dos dados, que se referem a uma cross-section (seção-cruzada) para o período de 2010.

#### **3.1. Análise Fatorial**

A técnica da análise fatorial foi utilizada para a extração dos fatores determinantes do desenvolvimento rural para os municípios de Minas Gerais. Para tal, foram selecionadas 16 variáveis que apresentam uma expectativa teórica positiva em relação ao desenvolvimento rural. O Quadro 1 expõe as variáveis e o embasamento teórico, com base nos elementos apresentados na revisão de literatura.

Quadro 1: Variáveis utilizadas na análise fatorial e embasamento teórico

<b>Dimensão</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Embasamento Teórico</b>
<b>Econômica</b>	Gasto per capita com agropecuária (%)	Word Bank (2006)
	Gasto per capita com educação (%)	IPEA (2011)
	Gasto per capita com infraestrutura (%)	Buainain e Souza Filho (2006)
	Gasto per capita com saúde (%)	IPEA (2011)
	Participação da agropecuária no Valor Adicionado (%)	Word Bank (2006)
<b>Social</b>	Domicílios com água tratada (%)	Jorge e Moreira (1995)
	Domicílios com lixo coletado (%)	Jorge e Moreira (1995)
	Domicílios com tratamento de esgoto (%)	Jorge e Moreira (1995)
	Domicílios com energia elétrica (%)	Buainain e Souza Filho (2006)
<b>Política-Institucional</b>	Taxa de matrícula no ensino fundamental (%)	Veiga (2000)
	Taxa de matrícula no ensino médio (%)	Veiga (2000)
	Comparecimento no primeiro turno das eleições (%)	Jorge e Moreira (1995)
<b>Demográfica</b>	Domicílios rurais fora da situação de extrema pobreza (%)	Graziano da Silva (2002)
	Pessoal ocupado no setor agropecuário (%)	Graziano da Silva (2002)
<b>Ambiental</b>	Área de mata atlântica (%)	Abramovay (2000)
	Área de uso sustentável (%)	Abramovay (2000)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a extração dos fatores utilizou-se o método das componentes principais. Pestana e Gageiro (2008) abordam que esse método de extração é um procedimento que permite transformar um conjunto de variáveis correlacionadas entre si em um outro conjunto com menor número de variáveis não correlacionadas (ortogonais) e designadas por componentes principais, reduzindo a complexidade de interpretação dos dados.

O critério Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi utilizado para extração do número de fatores necessários para descrever os dados, cuja variância explicada é superior a um (eigenvalues > 1). De acordo com Maroco (2007), a regra do eigenvalue superior a 1 é geralmente utilizada para decidir qual número mínimo de fatores necessários para explicar uma proporção considerável da variância total das variáveis originais. Os valores para o Teste KMO variam entre 0 e 1, de modo que valores abaixo de 0,5 indicam que o uso da análise fatorial não é adequado (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

Também com o intuito de avaliar a adequação dos dados, aplicou-se o Teste de Bartlett, que fornece a significância estatística de que a matriz fatorial tem correlações significantes entre pelo menos algumas das variáveis. O Teste de Bartlett deve ser estatisticamente significativo, ou seja,  $p < 0,05$  (HAIR et al., 2009).

O método ortogonal de Varimax foi utilizado para a rotação dos componentes principais. Para Maroco (2007), o objetivo do método Varimax consiste em obter uma estrutura fatorial na qual uma e apenas uma das variáveis originais esteja fortemente associada com um único fator, e pouco associada com o restante dos fatores.

Para a obtenção dos escores fatoriais, multiplica-se o valor padronizado da variável  $i$  pelo coeficiente do escore fatorial correspondente. Dessa forma, obtém-se  $j$ -ésimo fator ( $F_j$ ) empregando a seguinte equação (MANLY, 1986):

$$F_j = \sum W_{ij} X_i = W_{j1} X_1 + W_{j2} X_2 + \dots + W_{jp} X_p \quad (1)$$

Em que:  $p$  são os números de variáveis,  $F_j$  são os escores fatoriais e  $W_{ji}$  são os coeficientes dos escores fatoriais.

### 3.2. Índice de Desenvolvimento Rural

De acordo com Kageyama (2004), o desenvolvimento – econômico, social, cultural, político – é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos e “aproximação” por algumas formas de medidas. Neste trabalho, o desenvolvimento rural é mensurado por meio do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), calculado com base nos escores obtidos na análise fatorial.

Segundo Monteiro e Pinheiro (2004), os escores fatoriais de cada fator possuem distribuição normal, com média zero e variância unitária, sendo possível, por meio da matriz dos escores fatoriais construir um índice para hierarquizar as observações. Lemos (2001) aborda que a distribuição simétrica dos escores faz-se com a presença de escores negativos e positivos, o que pode contribuir para que os municípios com menores índices elevem a magnitude dos índices associados a estes, sendo necessário procedimento abaixo para inseri-los no mesmo quadrante:

$$F_{ij} = \left( \frac{F - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right) \quad (2)$$

Em que:  $F_{min}$  e  $F_{max}$  são os valores mínimos e máximos observados para o  $j$ -ésimo escore fatorial associado ao  $i$ -ésimo município mineiro. Na construção do Índice Parcial de Desenvolvimento Rural associado ao  $i$ -ésimo município, definiu-se a equação:

$$IDR_i = \frac{\sum_i^j (w_i F_i)}{\sum_i^j w_i} \quad (3)$$

Em que:  $IDR_i$  é o índice parcial associado ao  $i$ -ésimo município,  $F_i$  representa os escores fatoriais e  $W_i$  refere-se à proporção da variância explicada por cada fator. Para a construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), considera-se, por interpolação, o maior valor como 100, e assim, atribui-se aos municípios uma hierarquização.

### 3.3. Modelo Logit Multinomial

Conforme Pestana e Gageiro (2008), a regressão logística é utilizada quando a variável dependente é do tipo nominal dicotômica, sendo uma técnica a utilizar para modelar a ocorrência, em termos probabilísticos, de uma das duas realizações das classes da variável dependente. As variáveis independentes podem ser qualitativas e ou quantitativas, e o modelo logístico permite avaliar a significância de cada uma das variáveis independentes no modelo. Já no modelo de regressão logística multinomial, a variável categórica dependente pode apresentar mais de duas categorias.

De acordo com Pestana e Gageiro (2008), considerando o modelo logit multinomial com uma variável dependente nominal com três classes, a variável dependente Y pode tomar o valor de qualquer uma das três classes. Contudo, é necessário normalizar o sistema relativamente a uma categoria da variável dependente, e um dos coeficientes referentes a uma das classes tem de ser igualado a 0. Logo, tomando  $\beta_0 = 0$ , as chances de ocorrer cada uma das classes da variável dependente relativamente às classe de referência 0 são:

$$\text{Ln} \left[ \frac{P(Y=1|X)}{P(Y=0|X)} \right] = X\beta_1 \quad (4)$$

$$\text{Ln} \left[ \frac{P(Y=2|X)}{P(Y=0|X)} \right] = X\beta_2 \quad (5)$$

O modelo logit multinomial foi empregado na análise do desenvolvimento rural e sua relação com a agricultura familiar, tendo como referência as variáveis explicitadas no Quadro 2.

Quadro 2: Variáveis utilizadas no modelo logit multinomial e embasamento teórico

Variáveis	Embasamento Teórico
Ocupados na agricultura familiar	Buainain e Souza Filho (2006); Sangalli e Schlindwein (2013); Sousa et al. (2015)
Agricultores familiares com ensino médio completo	
Estabelecimentos da agricultura familiar com produção	
Estabelecimentos da agricultura familiar com tratores	
Estabelecimentos da agricultura familiar que contraíram crédito rural	
Estabelecimentos da agricultura familiar que receberam assistência técnica	

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste trabalho, empregou-se os indicadores acima com o intuito de investigar a relação entre as variáveis explicativas relacionadas à agricultura familiar e uma variável categórica que representa o grau de desenvolvimento rural dos municípios mineiros, calculada pelo IDR.

#### 4. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresenta-se os resultados do estudo, interpretados à luz do embasamento teórico.

##### 4.1. Desenvolvimento Rural no Estado de Minas Gerais

A análise fatorial revela que as variáveis apresentaram bom ajustamento, obtido através do teste KMO, com coeficiente de 0,686 e consistência estatística, confirmada pelo teste de esfericidade de Bartlett, significativo em nível de 1% de probabilidade.

Após a rotação dos componentes principais, utilizou-se o método ortogonal de Varimax, retendo os fatores que apresentam cargas fatoriais mais elevadas para a sumarização das 16 variáveis que caracterizam diferentes dimensões do desenvolvimento rural. Essas variáveis foram compiladas em seis fatores, levando em consideração a raiz característica (eigenvalue) maior do que um. Nota-se, por meio da Tabela 1, que os fatores extraídos explicam, conjuntamente, 67,41% da variância total dos dados. A Tabela 2 mostra as cargas fatoriais e as comunalidades dos fatores retidos.

Tabela 1: Caracterização dos fatores extraídos

Fator	Raiz Característica	Variância Explicada pelo Fator (%)	Variância Acumulada (%)
1	2,77	17,35	17,35
2	2,34	14,65	32,00
3	1,66	10,36	42,36
4	1,37	8,56	50,92
5	1,32	8,26	59,18
6	1,31	8,23	67,41

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Tabela 2: Matriz dos fatores determinantes do desenvolvimento rural

Variáveis/Fator	1	2	3	4	5	6
Domicílios com lixo coletado (%)	0,927					
Domicílios com água tratada (%)	0,862					
Domicílios com tratamento de esgoto (%)	0,825					
Domicílios com energia elétrica (%)	0,651					
Gasto per capita com educação (%)		0,835				
Gasto per capita com saúde (%)		0,829				
Gasto per capita com infraestrutura (%)		0,783				
Gasto per capita com agropecuária (%)		0,539				
Taxa de matrícula no ensino médio (%)			0,859			
Taxa de matrícula no ensino fundamental (%)			0,852			
Área de uso sustentável (%)				0,796		
Área de mata atlântica (%)				0,793		
Domicílios rurais fora da situação de extrema pobreza (%)					0,810	
Comparecimento no primeiro turno das eleições (%)					0,759	
Pessoal ocupado no setor agropecuário (%)						0,841
Participação da agropecuária no Valor Adicionado (%)						0,697

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Os seis fatores retidos foram denominados: aspectos sociais, investimento público setorial, aspectos institucionais, aspectos ambientais, aspectos político e demográfico e condições da atividade agropecuária, conforme são descritos a seguir:

**Fator 1 - Aspectos Sociais:** Esse fator possui a maior variância, correspondendo com 17,35% da variância total. Ou seja, é o fator que mais contribuiu para a promoção do desenvolvimento rural neste estudo. As variáveis que o compõe estão associadas à qualidade de vida e bem-estar da população, pois estão relacionadas aos serviços de saneamento básico (coleta de lixo, tratamento de água e esgoto) e o acesso à energia elétrica, que como abordam Buainain e Souza Filho (2006) é uma condição de infraestrutura fundamental para o sucesso das atividades agrícolas.

**Fator 2 - Investimento Público Setorial:** Esse fator está associado ao modo pelo qual o investimento público é direcionado para diferentes setores, neste caso, educação, saúde, infraestrutura e agropecuária. Costa et al. (2013), em uma análise sobre os fatores determinantes do desenvolvimento agropecuário, encontram um fator semelhante à esse, apontando a importância da alocação dos recursos públicos. Vale ressaltar que o gasto público em diferentes setores reflete em melhorias para o desenvolvimento dos municípios, pois como aponta uma pesquisa do IPEA (2011), o gasto público em diferentes áreas impacta em incrementos tanto no PIB quanto na renda da população.

**Fator 3 - Aspectos Institucionais:** Esse fator está ligado aos aspectos institucionais relacionados ao acesso à educação. Como evidencia Veiga (2000), o acesso à educação é um elemento importante para melhoria de renda e diminuição da pobreza, o que representa um importante aspecto para a promoção do desenvolvimento rural.

**Fator 4 - Aspectos Ambientais:** Associa-se à preservação do meio ambiente. Navarro (2001) relata sobre como o desenvolvimento rural sustentável, que se referem às ações movidas sob a ótica dos padrões ambientais, tem ganhado espaço nas agendas de discussões sobre os estudos que contemplam o meio rural. Nessa conjuntura, preservar a natureza passa a ser uma questão fundamental para o desenvolvimento das atividades rurais, pois as exigências de proteção ao meio ambiente estão cada vez mais acirradas.

**Fator 5: Aspectos Político e Demográfico:** A variável comparecimento no primeiro turno das eleições representa o número de eleitores que comparecerem neste turno em relação ao número total de eleitores cadastrados, sendo uma proxy de participação política, formando o aspecto político desse fator. Em relação ao aspecto demográfico, composto pela variável que representa o contingente de pessoas que vivem no meio rural e encontram-se fora da

situação de extrema pobreza, Graziano da Silva (2002), revela como a pobreza é um empecilho para os processos de desenvolvimento. Logo, quanto maior o número de domicílios rurais fora da situação de extrema pobreza, melhor tende a ser o nível de desenvolvimento rural do município.

**Fator 6 - Condições da Atividade Agropecuária:** Retrata as condições da atividade agropecuária dos municípios. A variável pessoal ocupado no setor agropecuário representa como a criação de ocupações é importante para o desenvolvimento rural no sentido de atrair e reter a população (GRAZIANO DA SILVA, 2002) além de dinamizar as economias locais (VEIGA 2000). Já a participação da agropecuária no valor adicionado é um indicador que mensura o desempenho econômico do setor.

O conjunto de fatores extraídos representa aspectos relacionados ao desenvolvimento rural que condicionam vantagens competitivas para os municípios. O processo de desenvolvimento rural, por sua vez, também contribuiu para a melhoria dos indicadores utilizados neste estudo para composição dos fatores estratégicos. Após a realização da análise fatorial, calculou-se o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios mineiros com base nos escores fatoriais e os valores da raiz característica. Posteriormente, realizou-se uma análise descritiva do IDR, como mostra a Tabela 3.

Reparametizado o índice, constatou-se que o valor mínimo encontrado foi de 35,37 e refere-se ao município de Japonvar, que fica na região Norte de Minas Gerais. Já o município de Maripá de Minas, localizado na região da Zona da Mata, foi o que obteve maior IDR. Ao compararmos o IDR destes municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pode-se observar que, de acordo com os critérios de classificação do PNUD, Japonvar possui um IDHM médio (0,618) e Maripá de Minas possui um IDHM alto (0,749). Isso mostra que para o município de Japonvar, as condições de desenvolvimento humano (que envolve as dimensões longevidade, educação e renda) apresentam-se em um melhor patamar, quando comparadas ao nível de desenvolvimento rural. O município de Maripá de Minas possui bons resultados para ambos os indicadores, o que confirma seu caráter de desenvolvimento.

Tabela 3: Análise descritiva do IDR para os municípios mineiros

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
IDR	35,37	100,00	63,65	9,37

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Para a classificação dos municípios em grupos, tomou-se como base a dimensão de 0,5 desvio-padrão em relação à média. Considerou-se com grau de desenvolvimento alto aqueles

municípios que apresentaram resultados maiores ou iguais à média, somada com 0,5 desvio-padrão. Para os municípios com médio desenvolvimento, agrupou-se aqueles com resultados entre 0,5 desvio-padrão acima e 0,5 desvio-padrão abaixo da média. Já para a categoria de baixo desenvolvimento, considerou-se os municípios que apresentaram resultados menores ou iguais à média, subtraindo 0,5 desvio-padrão. Através da Tabela 4 é possível compreender como se deu esse processo de hierarquização dos municípios, de acordo com o nível de desenvolvimento rural.

Tabela 4: Classificação dos municípios por meio do IDR

<b>Critério</b>	<b>Escore</b>	<b>Desenvolvimento Rural</b>
0,5 Desvio-Padrão acima da Média	$IDR \geq 68,33$	Alto
Entre +/-0,5 Desvio-Padrão da Média	$58,98 \geq IDR \leq 68,32$	Médio
0,5 Desvio Padrão abaixo da Média	$IDR \leq 58,97$	Baixo

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

A Figura 1 apresenta como os municípios dos diferentes grupos são distribuídos no território do estado de Minas Gerais, de acordo com os resultados do IDR.

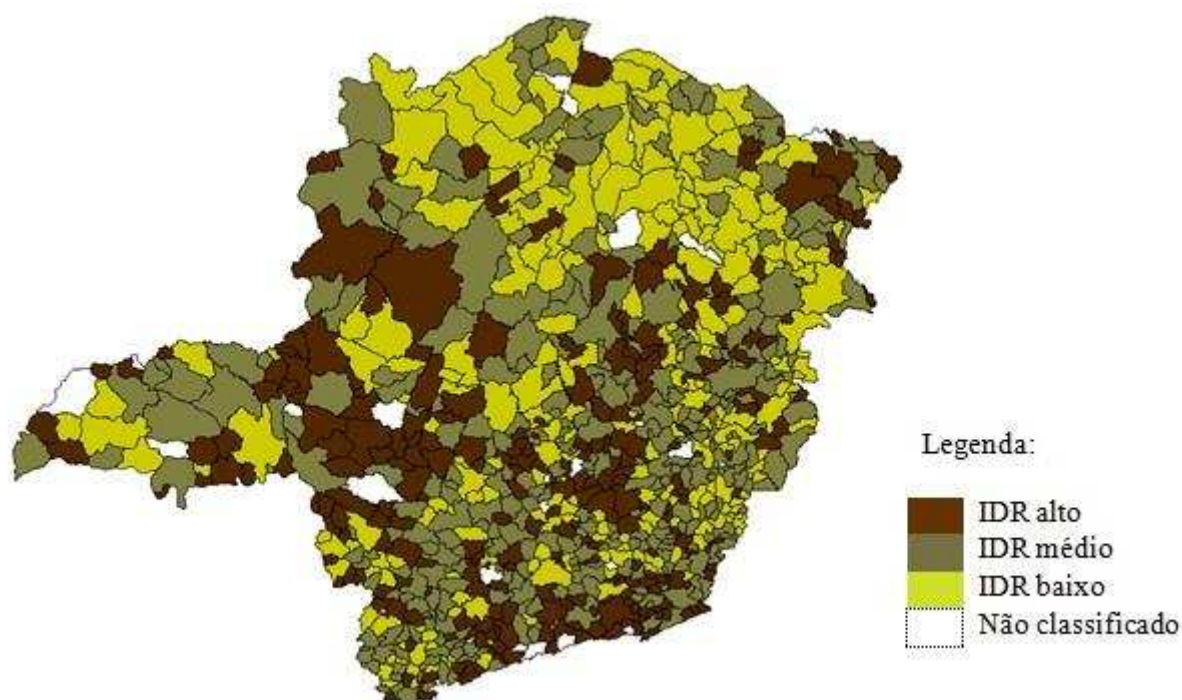


Figura 1: Área do estado de Minas Gerais dividida com base no IDR dos municípios.

Fonte: Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Pela figura, é possível visualizar as disparidades presentes entre os municípios mineiros. Observa-se que o maior número de municípios com baixo desenvolvimento rural concentra-se nas regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Em média, os

municípios dessas regiões apresentaram o IDR (56,60; 61,06; 61,75; respectivamente) inferior à média estadual (63,65), o que enfatiza o seu baixo desenvolvimento.

Esse resultado se assemelha com os achados do trabalho de Moura et al. (2013), que calcularam um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para Minas Gerais e um índice das dimensões demográfica, social, econômica e ambiental. Os autores constataram que o município com menor IDR e menor índice da dimensão econômica localiza-se na região norte do estado e o município com menor índice da dimensão ambiental está no Vale do Mucuri.

Verifica-se também que grande parte dos municípios com alto desenvolvimento rural situa-se na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Metropolitana e Zona da Mata. As demais regiões de Minas Gerais apresentaram um maior número de municípios classificados como médio desenvolvidos.

Esses resultados corroboram com o estudo de Moura et al. (2013), que constataram que o município mineiro com maior índice rural para a dimensão econômica está localizado na região da Zona da Mata. O trabalho de Bittencourt e Lima (2014), sobre o perfil do desenvolvimento rural das regiões mineiras do Triângulo e Alto Paranaíba, destaca as características dessas localidades. Os altos índices de geração de emprego, a qualidade das terras, a localização estratégica para o escoamento da produção, e os grandes investimentos no agronegócio que alguns municípios têm recebido, se configuram como potencialidades dessas regiões em termos de desenvolvimento dos espaços rurais.

#### **4.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no estado de Minas Gerais**

O cálculo do IDR permitiu hierarquizar os municípios mineiros quanto ao nível de desenvolvimento rural. Sendo assim, a variável dependente nominal (y) foi agrupada em 3 categorias para a realização do modelo logit multinomial, sendo que os municípios com alto desenvolvimento rural (y=0) foram utilizados como categoria de referência. A Tabela 5 apresenta a distribuição proporcional do modelo. Verifica-se maior número de municípios enquadrados na categoria de médio, prosseguidos pela classificação de alto e baixo desenvolvimento rural.

Tabela 5: Distribuição proporcional do modelo

<b>Categorias (y)</b>	<b>Desenvolvimento Rural</b>	<b>Municípios</b>	<b>Percentual</b>
0	Alto	259	31,3%
1	Médio	333	40,3%
2	Baixo	235	28,4%

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

O modelo se mostrou significativo ao nível de 1%, o que indica que pelo menos uma variável independente tem considerável poder de explicar o fenômeno em questão. A Tabela 6 mostra que todas as variáveis se mostraram significativas a menos de 5% de probabilidade.

Tabela 6: Variáveis utilizadas no modelo logit multinomial e suas significâncias

Variáveis	Significância
Estabelecimentos da agricultura familiar que receberem assistência técnica (ESTAFATEC)	0,000
Estabelecimentos da agricultura familiar com crédito rural (ESTAFCCR)	0,000
Agricultores familiares com ensino médio completo (AFENSMEDIO)	0,001
Estabelecimentos da agricultura familiar com trator (ESTAFTRAT)	0,015
Ocupados na agricultura familiar (OCUPAF)	0,024
Estabelecimentos da agricultura familiar com produção (ESTAFPROD)	0,038

\*As variáveis foram relativizadas pela variável número de estabelecimentos da agricultura familiar.

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

A Tabela 7 apresenta as variáveis utilizadas no modelo estatístico e seus respectivos coeficientes e significâncias, além da razão de chance, considerando os três grupos de municípios, tendo como referência para os grupos 1 e 2 (médio e baixo desenvolvimento rural) os municípios classificados com o grau de alto desenvolvimento rural. Isto é, a tabela mostra a classificação para apenas esses dois grupos, visto que o grupo alto desenvolvimento foi selecionado como categoria de referência.

Tabela 7: Modelo de previsão do desenvolvimento rural

Grupo 1	Variáveis	Coefficiente Estimado (B)	Significância (Sig)	Razão de Chance Exp (B)
<b>Médio Desenvolvimento Rural</b>	AFENSMED	0,009	0,698	1,009
	ESTAFCCR	0,023	0,145	1,024
	ESTAFPROD	0,013	0,191	1,013
	ESTAFTRAT	0,015	0,010	1,015
	OCUPAF	-0,001	0,005	0,999
	ESTATEC	-0,003	0,003	0,997
Grupo 2	Variáveis	Coefficiente Estimado (B)	Significância (Sig)	Razão de Chance Exp (B)
<b>Baixo Desenvolvimento Rural</b>	AFENSMED	0,083	0,005	1,083
	ESTAFCCR	0,049	0,002	1,050
	ESTAFPROD	0,030	0,010	1,030
	ESTATRAT	0,010	0,092	1,010
	OCUPAF	-0,001	0,100	0,999
	ESTATEC	-0,005	0,000	0,995

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Os coeficientes das variáveis independentes (AFENSMED, ESTAFCCR e ESTAFPROD) não se mostraram significativas quando comparado o grupo de municípios com médio desenvolvimento em relação ao grupo de alto desenvolvimento rural, o que significa que o impacto dessas variáveis para esse grupo é nulo. As demais variáveis foram significativas a 5% para esse grupo.

Quando comparou-se o grupo de municípios com baixo desenvolvimento rural com o grupo de alto desenvolvimento rural, todas as variáveis foram significativas a 5% (AFENSMED, ESTAFSCR, ESTAPROD e ESTAFATEC) e a 10% (OCUPAF e ESTAFTRAT) de probabilidade.

Valores superiores a um para a razão de chance aumentam a probabilidade de classificação dos municípios no grupo de alto desenvolvimento rural, enquanto valores inferiores a um diminuem tal probabilidade de classificação. Logo, as variáveis AFENSMED, ESTAFSCR, ESTAPROD e ESTAFTRAT aumentam a probabilidade dos municípios do grupo de baixo desenvolvimento rural se classificarem no grupo de alto desenvolvimento rural, assim como a variável ESTAFTRAT aumentam essa probabilidade para os municípios do grupo de médio desenvolvimento rural. Já as variáveis OCUPAF e ESTAFATEC diminuem essa probabilidade para ambos os grupos.

Como em um modelo de regressão, cada coeficiente deve ser interpretado como uma estimativa do efeito que uma variável independente produz na dependente, mantendo-se constantes as demais. No modelo logit multinomial, a regressão é expressa em termos do logaritmo natural da razão de chance. Assim, têm-se as seguintes regressões:

**Grupo 1:**  $-0,314 + 0,015\text{ESTAFTRAT} - 0,001\text{OCUPAF} - 0,003\text{ESTAFATEC}$

**Grupo 2:**  $-1,698 + 0,083\text{AFENSMED} + 0,049\text{ESTAFSCR} + 0,030\text{ESTAPROD} + 0,010\text{ESTAFTRAT} - 0,001\text{OCUPAF} - 0,005\text{ESTAFATEC}$

Desse modo, para os municípios classificados no grupo de médio desenvolvimento rural (grupo 1), aumentar em 1 unidade o número de estabelecimentos da agricultora familiar com trator, tem-se como resposta o aumento de 0,015 no logaritmo da razão de chance de pertencer ao grupo de alto desenvolvimento rural. Em oposição, um aumento de 1 unidade no número de ocupados na agricultura familiar e nos estabelecimentos da agricultura familiar que receberam assistência técnica, como resposta, há uma diminuição de 0,001 e 0,003 no logaritmo da razão de chance de se ter um alto nível de desenvolvimento rural.

Para os municípios classificados com um grau de baixo desenvolvimento rural (grupo 2), tem-se que, se aumentar em 1 unidade o número de agricultores familiares com ensino médio completo, de estabelecimentos da agricultura familiar que contraíram crédito rural, de estabelecimentos da agricultura familiar com produção e com trator, tem-se como resposta o aumento de 0,083; 0,049; 0,030; 0,010, respectivamente, no logaritmo da razão de chance de pertencer ao grupo de alto desenvolvimento rural. Ao contrário, um aumento de 1 unidade no número de ocupados na agricultura familiar e nos estabelecimentos da agricultura familiar que

receberam assistência técnica, como resposta, há uma diminuição de 0,001 e 0,005 no logaritmo da razão de chance de se ter um alto nível de desenvolvimento rural.

A literatura apresenta que todos esses aspectos: crédito rural, assistência técnica e extensão rural (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2006), produtividade (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013), mecanização e instrução formal (SOUSA et al., 2015) são contributos que indicam o fortalecimento da agricultura familiar e são favoráveis aos processos de desenvolvimento rural. No entanto, nesta pesquisa, para as duas regressões, as variáveis OCUPAF e ESTAFATEC apresentaram um sinal inesperado, indicando que variam inversamente com o nível de desenvolvimento rural. As demais variáveis em ambos os casos apresentaram uma relação positiva com o desenvolvimento rural, o que era de se esperar.

Uma possível explicação para a variável OCUPAF ter apresentado um sinal negativo pode está relacionada à produtividade. Como todas as variáveis foram relativizadas pelo número de estabelecimentos da agricultura familiar, isso quer dizer que em municípios com maior número de ocupados na agricultura familiar por estabelecimento, pode haver uma menor produtividade. No entanto, vale ressaltar que, em sistemas produtivos de agricultura familiar tem-se uma maior diversificação das culturas no interior das unidades de produção em relação ao sistema de commodities, em que a produtividade é medida em grande escala.

Para a variável ESTAFATEC, que corresponde ao número de estabelecimentos que recebem assistência técnica em relação ao total de estabelecimentos da agricultura familiar, considerou-se a assistência técnica de órgãos públicos federais, municipais e estaduais. Supõe-se que, em municípios onde os espaços rurais são mais desenvolvidos e os agricultores estão organizados na forma de associações ou cooperativas, essas organizações disponibilizam orientação técnica para os agricultores nas suas propriedades. Além disso, muitos produtores rurais também utilizam o apoio técnico de empresas particulares ou de profissionais contratados. Logo, esses elementos seriam possíveis explicações para o comportamento inesperado desta variável.

A Tabela 8 mostra o grau de acerto para cada categoria e o desempenho geral do modelo. O maior percentual de acerto para as classificações foi para a categoria de médio desenvolvimento rural. A porcentagem total de casos classificados corretamente é de 45,6%. Ressalta-se que as variáveis prediletoras utilizadas no modelo correspondem a importantes aspectos para a análise da relação entre agricultura familiar e o desenvolvimento rural, pois são mecanismos relacionados ao fortalecimento e à competitividade dessa categoria social.

Tabela 8: Desempenho do modelo logit multinomial

Observado	Previsto			Porcentagem correta
	0	1	2	
0	59	158	33	23,6%
1	48	236	51	70,4%
2	28	130	80	33,6%
<b>Porcentagem global</b>	16,4%	63,7%	19,9%	45,6%

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa, 2015.

Considerando que a concepção norteadora sobre desenvolvimento rural utilizada neste estudo toma como referência um novo modelo que busca, entre outros aspectos, valorizar as economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006), este estudo parece confirmar a importância de se estimular iniciativas que contribuam para a articulação entre o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural.

## 5. Considerações Finais

A mudança no enfoque do modelo de modernização agrícola para a abordagem do desenvolvimento rural no Brasil trouxe à tona a necessidade de se analisar o desenvolvimento rural como um fenômeno de natureza multissetorial, multidimensional e que envolve diversos atores, considerando a dinamização que se passa no meio rural além dos sistemas agrícolas e agrários. Além disso, enfatiza-se a importância de um modelo de desenvolvimento capaz de garantir o abastecimento alimentar da população, mas ao mesmo tempo, gerar renda e contribuir para a erradicação da pobreza no meio rural.

Através da análise proposta, tornou-se possível conhecer os fatores determinantes do desenvolvimento rural dos municípios mineiros, que foram definidos como: aspectos sociais, investimento público setorial, aspectos institucionais, aspectos ambientais, aspectos político e demográfico e condições da atividade agropecuária. Os resultados do IDR revelam que o maior número de municípios enquadra-se na categoria de médio desenvolvimento rural, prosseguido pela classificação de alto e baixo desenvolvimento. Grande parte de municípios com alto desenvolvimento situa-se nas regiões do Alto Paranaíba, Zona da Mata e Metropolitana e o maior número de municípios com baixo desenvolvimento rural concentra-se nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Os municípios do grupo de médio desenvolvimento rural estão distribuídos de maneira mais dispersa no território mineiro.

O modelo logit multinomial foi utilizado para verificar se a agricultura familiar pode ser um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros. Tendo como categoria de referência o grupo de municípios classificados como alto

desenvolvimento rural, constatou-se que, o modelo apresentou 45,6% dos casos classificados corretamente, ou seja, para essa porcentagem de municípios, a agricultura familiar é capaz de explicar o grau de desenvolvimento rural. Destaca-se que a busca das variáveis prediletoras foi uma das limitações deste estudo, diante do baixo grau de atualização dos bancos de dados oficiais que contemplam variáveis relacionadas à agricultura familiar.

Os resultados obtidos por meio deste trabalho ressaltam a necessidade do direcionamento de ações estatais – como, por exemplo, a alocação eficiente dos recursos públicos e a elaboração de políticas públicas - voltadas para a promoção do desenvolvimento das regiões com maior número de municípios que apresentaram baixo desenvolvimento rural. Certamente, conhecer essas disparidades presentes entre os municípios contribuiu para o direcionamento de ações estatais para localidades com menores índices de desenvolvimento, o que se configura um instrumento útil para os tomadores de decisão e para a elaboração de políticas públicas que contemplem os pontos cruciais que devem ser abordados em um modelo de desenvolvimento rural.

## 6. Referências

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão** n. 702. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.
- BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M de. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1ª Edição, v. 5, 2006.
- COSTA, C.C.M.; ALMEIDA, A. L. T; FERREIRA, M.A.M.; SILVA, E. A. Determinantes do desenvolvimento do setor agropecuário nos municípios. **Revista de Administração**, São Paulo, v.48, n.2, p.295-309, 2013.
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, 2001.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n.4, p.437-448, 2001.
- FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP), 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: **Brasil, México, África do Sul, Índia e China - diálogo entre os que chegaram depois**. Organizadores: ARBIX, G.; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Editora UNESP, São Paulo, 2002.
- HAIR, J. F. ; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre. Bookman, 2009. 688 p.

- INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicados do IPEA**, nº 75, 2011.
- JORGE, F.T.; MOREIRA, J.O.C. **Economia**. São Paulo, Atlas, 1995.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- LEMOS, J. J. S. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3 p. 406-429, jul-set. 2001.
- MANLY, B. F J. **Multivariate statistical methods – a primer**. New York: Chapman & Hall, 159 p, 1986.
- MAROCO, J. **Análise estatística: com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2007.
- MONTEIRO, V. P.; PINHEIRO, J. C. V. Critério para Implantação de Tecnologias de Suprimentos de Água Potável em Municípios Cearenses Afetados pelo Alto Teor de Sal. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2, p. 365-387, 2004.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p83-100, 2001.
- PESTANA, M. H; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS**. 5ª edição, Lisboa: Sílabo, 2008. 694 p.
- PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.
- SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Redes**, v. 18, n. 3, p. 82-99, 2013.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3 (119), p. 511-531, 2010.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). **Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- SOUSA, E. P.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R.; AMORIM, A. L. Competitividade da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Reunir: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 106-123, 2015.
- VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre, Editora Universidade, UFRS. 2000.
- WORLD BANK. Moldova: Agricultural Policy Notes Policy Priorities for Agricultural Development. Volume II, **Public Expenditures**, 2006.

## **ARTIGO II: Políticas públicas de compra institucional e cooperativas da agricultura familiar: entre oportunidades e desafios**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo identificar os fatores condicionantes para o acesso às políticas públicas de compra institucional, as principais barreiras inibidoras do desempenho e os desafios que as cooperativas da agricultura familiar enfrentam para se consolidarem como empreendimentos participantes do mercado institucional. Foi adotado o método de estudo de caso comparativo com duas cooperativas – COOPRAMM e COOPAF, tendo como objeto de análise entrevistas realizadas com membros do conselho de administração. Os resultados revelam que, na COOPRAMM o maior número de barreiras centra-se no grupo das barreiras organizacionais, sucedido das barreiras individuais e ambientais. A COOPAF apresentou um menor número de barreiras em todos os grupos em relação à COOPRAMM. Foi possível constatar elementos em que as cooperativas se assemelham – localização geográfica, formadas por agricultores familiares, constituídas como associações e algumas barreiras em comum. Os elementos que as particularizam – trajetória histórica, gerenciamento e assistência técnica - se mostraram como fatores condicionantes para o acesso às políticas públicas. O PNAE representou uma oportunidade para o desenvolvimento da COOPAF pelos benefícios gerados aos associados, como geração de renda, agregação de valor e escoamento da produção. Por outro lado, a COOPAF também enfrenta desafios para a participação no PNAE, como a organização da produção, qualidade, a necessidade de maior rigor na fiscalização do programa e de maior entendimento do poder público sobre o seu funcionamento. Na COOPRAAM, os desafios são ainda maiores, pois o empreendimento ainda não participa do mercado institucional, embora seja interesse dos seus associados.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Cooperativismo; Políticas Públicas.

## **Public policies of institutional buying and the cooperative of family farms: the opportunities and the challenges**

**Abstract:** The aim of this study to identify the conditioning factors for access to the public policies of institutional buying, the main obstacles that inhibit the performance, and the challenges of family farming cooperatives of consolidate as the institutional market entities. A comparative case study was conducted in cooperatives of family farm – COOPRAMM and COOPAF, located in Minas Gerais – Zona da Mata, and interviews were conducted with the management members of the cooperatives. The results show that in COOPRAMM the largest number of barriers focuses in the group of the organizational, succeeded by the individual and environmental barriers. The COOPAF showed a lower number of barriers in all groups when compared to the COOPRAMM. Were found elements where cooperatives are similar - geographical location, formed by family farmers, constituted as associations and some barriers in common. Different elements – historical trajectory, management and technical assistance – were the conditioning factors of access to public policies. The PNAE is an opportunity for the development of COOPAF the benefits generated to members, such as income generation, value addition and production flow. Regarding the challenges to access to the institutional market, COOPAF faces difficulties associated with the quality of food, the operationalization of the PNAE and the organization of producers. In the COOPRAMM the challenges are even greater, because of a series of obstacles associated with the cooperative's own characteristics, it failed to become an articulating entity of the institutional market, although it is one of the goals of its members.

**Keywords:** Family Farming; Cooperatives; Public Policies.

## 1. Introdução

A expressão “agricultura familiar” foi adotada pelo Estado brasileiro em meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Conforme Carneiro (1997), a proposta do PRONAF, voltada para as demandas dos trabalhadores e sustentada em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações, representou um avanço considerável em relação às políticas públicas anteriores, nas quais a agricultura familiar era relegada a segundo plano ou até mesmo esquecida pelo Estado.

A categoria social de agricultores familiares foi definida formalmente no Brasil por meio da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”. A partir desta lei estabeleceram-se os conceitos, os princípios e os instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Sendo assim, determinou-se que, para se enquadrar como agricultor familiar, o produtor precisa atender simultaneamente aos seguintes requisitos:

- i) não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais<sup>1</sup>; ii) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, Lei nº 11.326/06, art. 3º).

Todavia, para Altafin (2007), quando o poder público implantou uma política federal como o PRONAF ou quando criou a “Lei da Agricultura Familiar” para fixar diretrizes, adotou-se o uso de um conceito “operacional” do termo agricultura familiar para delimitar uma categoria social bastante heterogênea, existindo dentro da literatura uma série de reflexões que propõem um conceito menos operacional e mais analítico da expressão.

Wanderley (2009) define a agricultura familiar como uma modalidade de agricultura em que produção, moradia, economia doméstica, atividade profissional, patrimônio familiar e relações de reprodução socioeconômica se combinam de modo indissociável. A autora defende a agricultura familiar como um conceito em evolução, com significativas raízes históricas do campesinato.

---

<sup>1</sup>O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar (BRASIL, Lei 6.746/79, art. 50º, II).

Já o enfoque de Abramovay (2007) caracteriza a agricultura familiar como uma categoria gerada no bojo das transformações capitalistas, formada por agricultores altamente integrados ao mercado, capazes de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais.

Apesar das divergências conceituais sobre a agricultura familiar, de maneira geral, os estudos a caracterizam como uma categoria social em que se predomina a mão de obra familiar nas atividades da propriedade rural.

Pelo exposto, nota-se que, a partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ser alvo tanto dos estudos rurais quanto das políticas públicas de desenvolvimento rural. Assim, o PRONAF representou um marco no direcionamento das ações estatais para esta categoria social em decorrência da demanda dos produtores por ações de aporte ao crédito rural (GUANZIROLI; BASCO, 2010).

Na década de 2000, os agricultores familiares incluíram em suas reivindicações demandas além do acesso ao crédito, incorporando também mecanismos de comercialização. Nesse cenário, surge em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trazendo em sua concepção tanto elementos relacionados à política agrícola quanto à política de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005).

A partir da promulgação da Lei Federal nº 11.947/2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também se tornou uma política pública de compra institucional com o foco de inserção da agricultura familiar nos canais de comercialização. Estudos destacam o PNAE como uma política redistributiva (DIAS, 2011), que representa uma oportunidade de incentivar a produção e a comercialização dos agricultores familiares (FORNAZIER, 2014), contribuindo para uma relação mais estreita entre campo e cidade (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) e para o surgimento de novos circuitos, novas infraestruturas físicas e arranjos sociais (PLOEG, 2011).

Além disso, políticas públicas como o PAA e o PNAE contribuem para a organização social do público beneficiário, diante da exigência governamental de que os produtores estejam organizados para poder acessá-las. Assim, as cooperativas têm desempenhado importante papel de articulação entre a produção familiar e as entidades beneficiárias dos alimentos da agricultura familiar (TORRES et al., 2011; OLIVEIRA et al., 2013; COSTA; AMORIM JÚNIOR; SILVA, 2015; CUNHA, 2015).

Alguns trabalhos demonstram que as cooperativas representam uma forma de organização que contribui para o desenvolvimento local (BUENDÍA MARTÍNEZ; PIRES,

2002), geração de emprego e distribuição de renda (ALTMAN, 2015), agregação de valor (BATALHA, BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005), diversificação dos negócios agrícolas (FERREIRA, 2002) e eliminação de intermediários (PIRES, 2003; PIRES, 2010). Outras pesquisas discutem sobre a complexidade e a fragilidade da constituição e formalização de organizações locais em decorrência da iniciativa do poder público e não dos próprios agricultores familiares (BERGAMIM, 2004) ou apenas como demanda de políticas públicas (FREITAS et al., 2011).

Nessa conjuntura, o presente trabalho orienta-se pela seguinte questão: as cooperativas da agricultura familiar conseguem se consolidar efetivamente como empreendimentos integradores das políticas públicas de compra governamental, como o PAA e o PNAE? Logo, tem-se como objetivo identificar os fatores condicionantes para o acesso às políticas públicas, as principais barreiras inibidoras do desempenho e os desafios que as cooperativas da agricultura familiar enfrentam para se consolidarem no mercado institucional.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Na segunda seção apresenta-se o embasamento teórico. A terceira seção refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados e as considerações finais, abordando as oportunidades que as políticas públicas representam para o desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar, assim como também os principais desafios que os agricultores enfrentam para acessá-las, via cooperativa.

## **2. Revisão de Literatura**

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, organizou-se uma base teórica sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e o papel dos empreendimentos cooperativos para o fortalecimento desta categoria social e para a implementação de políticas públicas como o PAA e o PNAE.

### **2.1. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

Grisa e Schneider (2014) realizaram um estudo sobre a trajetória das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar no Brasil, que se iniciaram em meados dos anos 1990. Os autores constataram que existem três gerações destas políticas, que foram agregadas e sistematizadas em três referenciais de política pública, conforme descritos no Quadro 1.

Quadro 1: Gerações das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

	Referencial	Conjunto de medidas
<b>Primeira Geração</b> 1994	Agrícola e agrário (garantia da produção agrícola dos agricultores familiares)	Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) Assistência Técnica e Extensão Rural pública
<b>Segunda Geração</b> 1997	Social e assistencial (ações de transferência de renda que contemplaram a agricultura familiar ainda que não exclusivamente)	PRONAF infraestrutura Garantia Safra Programa de Habitação Rural (PNHR) Bolsa Família
<b>Terceira Geração</b> 2003	Construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Fonte: Elaborado com base em Grisa e Schneider (2014).

A partir do Quadro 1 é possível perceber a construção das três gerações das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil ao longo dos anos. Grisa e Schneider (2014) destacam que essas políticas públicas emergiram em meados da década de 1990, inicialmente com o foco no viés agrário e agrícola, destacando-se o PRONAF. No ano de 1997 as políticas públicas passaram a se orientar pelo referencial social e assistencial, como por exemplo, o Programa Garantia Safra. Na década de 2000, surgem os mercados orientados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, como o PAA e o PNAE.

O PAA foi a primeira política pública de compra governamental instituída no país, com foco específico para a agricultura familiar. O programa foi criado pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, compreendendo as seguintes finalidades:

- i) incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; ii) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; iii) promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; iv) promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; v) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; vi) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar<sup>2</sup>; e vii) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, Lei nº 10.696/03, art. 19º).

<sup>2</sup> O PAA opera em seis modalidades: Compra com doação simultânea; Compra direta; Apoio à formação de estoque; Incentivo à produção e consumo de leite; Aquisição de sementes; e Compra institucional. Os agricultores familiares podem acessar o programa tanto individualmente quanto via cooperativa, exceto para a modalidade Compra com doação Simultânea, que exige que os agricultores estejam organizados (MDS, 2016).

O PNAE é outra política pública de compra institucional que vem ganhando espaço no incentivo à agricultura familiar. Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2016), o PNAE foi instituído no Brasil no ano de 1955, sendo reformulado ao longo do tempo para que passasse a contemplar ambos os seguimentos de políticas públicas (alimentação escolar e agricultura familiar). Isso porque, com a criação da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi oficializada a obrigatoriedade do percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar, determinando-se que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações<sup>3</sup>, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, Lei nº 11.947/09, art. 14º).

Triches e Schneider (2010) relatam que os programas públicos alimentares para a agricultura familiar aparecem como potenciais reintegradores entre a produção e o consumo de alimentos mais sustentáveis, que contribuem para a reconexão da cadeia alimentar e de uma relação mais estreita entre campo e cidade. Isso se dá, por um lado, pela integração de políticas relacionadas à saúde da população de escolares e, por outro, pela criação de mercados para os agricultores familiares.

Corroborando, Fornazier (2014) considera que as políticas públicas de compra governamental têm sido pensadas como uma forma de inclusão produtiva, de mudança para uma alimentação mais saudável, trazendo benefícios nas duas pontas: permitindo atuar na melhoria da alimentação consumida de um lado e incentivar a produção local do outro lado.

Oliveira et al. (2010) buscaram analisar as políticas de segurança alimentar adotadas em países com diferentes níveis de renda. Conforme os critérios de classificação da pesquisa, o Brasil foi incluído no grupo de países com renda média-alta. Para esse grupo de países, a grande causa da falta de acesso aos alimentos, da desnutrição infantil e da insegurança alimentar é o baixo nível de renda da população, o que faz com que os preços dos alimentos seja um fator determinante da segurança alimentar nesses países. Sendo assim, o estudo aponta que as políticas públicas de compra governamental foram criadas como medidas para a promoção da segurança alimentar no Brasil.

---

<sup>3</sup> O PNAE permite que o produtor acesse individualmente (agricultores detentores de DAP física), por meio de grupos formais (cooperativas e associações detentoras de DAP jurídica) e de grupos informais (grupos de agricultores familiares detentores DAP física). No entanto, os grupos formais têm prioridade sobre os demais, e os grupos informais sobre os fornecedores individuais (FNDE, 2016).

Conforme Fornazier (2014), muitos agricultores poderiam produzir, mas as condições para transportar os alimentos ou a falta de mercados locais pode dificultar a produção. Assim, o acesso aos mercados representa uma oportunidade de incentivar a produção e a comercialização aos agricultores. Além disso, nem sempre os agricultores conseguem atender às condições para acessarem grandes mercados, bem como a demanda local pode ser pequena, surgindo, assim, as propostas de utilizar a demanda da administração pública para adquirir alimentos dos agricultores, os chamados mercados institucionais ou compras governamentais.

Para Dias (2011), políticas públicas como o PAA e PNAE são fundadas no papel redistributivo do Estado, que visa ao fomento e incremento à produção da agricultura familiar no país, por intermédio de programas de aquisição de alimentos com garantia de preços diferenciados. Assim, a intervenção estatal contribuiu para regular a problemática social no campo da agricultura familiar.

Conforme Schmitt (2005), um dos aspectos inovadores do PAA consiste no esforço por integrar em sua concepção e nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política de segurança alimentar e nutricional quanto à política agrícola. Como um componente da política alimentar, o programa procura colocar em prática uma série de diretrizes que têm o direito humano a uma alimentação saudável enquanto princípio articulador. Como um mecanismo de apoio à comercialização, o PAA incide sobre uma dimensão estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar, isto é, nas relações que os produtores estabelecem com o mercado, buscando um processo de transferência de renda centrado na promoção da atividade produtiva.

Ploeg (2011) caracteriza o PNAE como uma experiência brasileira de mercado emergente aninhado. Esses mercados diferem dos demais que circulam nos mercados de commodities pelos seguintes aspectos: a qualidade é superior; a origem é conhecida; sua produção é diferente e incorpora características específicas no produto; incorporam relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; etc. Segundo o autor, em sua maior parte, os mercados emergentes implicam novos circuitos, novas infraestruturas físicas e arranjos sociais, pois eles são governados de modo que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares.

Pelo exposto, nota-se que o PAA e o PNAE marcam uma geração de ações estatais voltadas para a segurança alimentar e nutricional, atendendo às demandas dos agricultores familiares para além do acesso ao crédito rural, incorporando também canais de comercialização. Esses mercados institucionais representam um mecanismo de fortalecimento

da agricultura familiar, que viabilizam o escoamento da produção, contribuem para a criação e movimentação do mercado local, para a geração de renda, para uma alimentação saudável para o público beneficiário e maior organização social dos produtores rurais. Além disso, acesso a essas políticas públicas serve de impulso para que os agricultores familiares tenham um mercado inicial, governamental, para a partir desta experiência poder ampliar a inserção no mercado de maneira geral.

## **2.2. O Papel do Cooperativismo para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e Articulação de Políticas Públicas**

Conforme Rios e Carvalho (2007), a organização social de produtores rurais é e sempre foi apoiada enquanto instrumento de emancipação e empoderamento. Dessa forma, as associações constituíram um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado. Os autores colocam as associações como um estágio embrionário de uma cooperativa e uma fase de formação que possivelmente gerará uma organização fortalecida.

No Brasil, o Código Civil de 2002, define, por meio do artigo 53, que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Sendo assim, agricultores que já eram organizados em associações se viram em uma situação que precisariam se organizar em cooperativas para escoarem sua produção (COSTA; AMORIM JÚNIOR; SILVA, 2015). As cooperativas passaram a ser, então, tanto uma forma de organização social dos agricultores quanto de realizar transações comerciais, visto que não é finalidade das associações atuarem como intermediárias entre os associados e o mercado.

As cooperativas agrícolas podem assumir importante papel na coordenação de sistemas agroalimentares em complementação ao Estado, na redução dos riscos e dos custos por meio do poder de barganha na comercialização dos insumos (ZYLBERSZTAJN, 1994). Com base em alguns exemplos empíricos, Pires et al. (2009) demonstram a capacidade das cooperativas neutralizarem as desvantagens competitivas e absorverem uma grande diversidade de agricultores, incluindo aqueles com uma reduzida inserção nos mercados.

Buendía Martínez e Pires (2002) abordam que a agricultura é o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente por constituir a principal fonte de ocupação da população do meio rural. Assim, o cooperativismo ganha força por possibilitar a diversificação das atividades agrícolas, a organização da produção e a agregação de valor.

Para Altman (2015) as cooperativas agrícolas desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento rural como mecanismos de geração de emprego, segurança alimentar, distribuição de renda mais justa e, potencialmente, a redução da pobreza. O autor também destaca as cooperativas como uma alternativa para os agricultores como comerciantes de seus produtos e compradores de seus insumos, assim como uma forma de fornecer meios para que pequenas propriedades permaneçam no mercado e possam se tornar competitivas, através da produção relativamente eficiente em termos de níveis de produtividade e qualidade.

No que se refere ao papel do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar, Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), destacam que a sobrevivência desta categoria social, assentada em imóveis de pequeno e médio porte, depende da capacidade de intensificar a geração e agregação de valor. Nesse sentido, a maior parte das estratégias de agregação de valor passa, necessariamente, pela criação e gestão de formas associativas que contemplem um conjunto de agricultores familiares. Estas instituições associativas podem ter formas e objetivos diferentes, podendo se traduzir em associações ou cooperativas com alcance, estratégias e objetivos muito diversificados.

Pires (2010) menciona que os negócios relacionados à agricultura familiar são mais facilmente viabilizados quando os agricultores estão associados em cooperativas. Assim, o cooperativismo representa a institucionalização de um espaço social, político, econômico, através do qual os agricultores podem fomentar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Segundo Ribeiro, Nascimento e Silva (2013), impulsionada pelo acelerado processo de globalização dos mercados, cada vez mais, acirra-se a competitividade entre as organizações para disputa por espaços dentro dos mercados em que atuam. Logo, o cooperativismo torna-se uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados, bem como ampliando a sua possibilidade de enfrentamento à concorrência da agricultura empresarial patronal.

Outra implicação decorrente do Código Civil de 2002 causou impacto na operacionalização do PAA, o que levou os agricultores familiares que não eram organizados a constituírem preferencialmente em cooperativas para acessar o programa. Assim, as políticas públicas de compras governamentais, como o PAA e o PNAE trouxeram oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil (COSTA; AMORIM JÚNIOR; SILVA, 2015).

Freitas et al. (2011) destacam que a criação e o fortalecimento de organizações locais começaram a integrar as exigências de diversos programas de políticas públicas aplicadas ao meio rural, estimulando e provocando o surgimento de organizações formais. Apesar de relatarem também que em várias das iniciativas esses empreendimentos surgiram apenas para viabilizar o acesso a benefícios e recursos advindos das políticas públicas, na medida em que se tornam um fator de mobilização social para a indução de ações coletivas, essas organizações podem fortalecer as iniciativas locais existentes através da aglutinação das forças dos atores locais.

Costa, Amorim Júnior e Silva (2015) abordam que as políticas públicas de compra governamental trouxeram oportunidades significativas de acesso a mercados para as cooperativas de agricultura familiar. No entanto, mesmo com as possibilidades oferecidas para os agricultores familiares e suas organizações, os programas apresentam uma série de desafios, como por exemplo, assistência técnica, adequação sanitária, gestão e logística, na medida em que envolvem diferentes agentes no processo de aquisição de alimentos.

O estudo de Torres et al. (2011) demonstra como o PNAE contribuiu para a geração de renda na agricultura familiar a partir da organização coletiva, via cooperativa. Todavia, os autores destacam que o processo de comercialização pelo PNAE apresentou algumas dificuldades para a cooperativa, como por exemplo, a irregularidade da produção, as oscilações e defasagens de preços, o deslocamento, a irregularidade dos pedidos e a inexistência de infraestrutura de agroindústrias familiares.

Oliveira et al (2013) enfatizam como o apoio governamental através das políticas públicas de compra institucional da agricultura familiar é de fundamental importância para estimular a continuidade do agricultor na atividade, o aumento da produção nos assentamentos rurais, a melhoria da renda e o desenvolvimento de uma cooperativa formada por agricultores familiares assentados.

A pesquisa de Cunha (2015) destaca-se a importância do papel desempenhado por uma cooperativa da agricultura familiar na organização de várias etapas da comercialização, na constituição de parcerias, no escoamento da produção, na geração de renda, entre outros aspectos associados ao acesso às políticas públicas. No entanto, o autor também destaca alguns desafios para a inserção no mercado institucional via cooperativa, como por exemplo, o atraso no pagamento por parte de algumas entidades beneficiárias e a dependência dos agricultores aos recursos destes programas.

Diante do exposto, observa-se a relevância do papel do desempenhado pelo cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar, pois além de representarem uma forma de organização da produção, agregação de valor, eliminação de intermediários e potencialização das economias locais, as cooperativas também passaram a atuar como entidades intermediárias entre a produção da agricultura familiar e as políticas públicas de compra institucional, como o PAA e o PNAE.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Apresentam-se, nesta seção, o escopo de realização da pesquisa e a estrutura metodológica para a coleta e análise dos dados.

#### 3.1. Área de Estudo

Com a finalidade de traçar o perfil da distribuição das organizações formais da agricultura familiar no estado de Minas Gerais, organizou-se uma base de dados apresentada na Tabela 1. Para acessar as políticas públicas de compra governamental o produtor rural precisa possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>4</sup> física e as organizações formais devem possuir a DAP jurídica (MDS, 2016). Logo, o banco de dados apresenta apenas o número de organizações que possuem este documento.

Tabela 1: Organizações formais da agricultura familiar por mesorregião de Minas Gerais

Mesorregião de Minas Gerais	Associações	Cooperativas	Outras organizações*	Total - DAP's Jurídica
Campos das Vertentes	9	0	3	12
Central	10	2	1	13
Centro Oeste	17	2	2	21
Jequitinhonha	19	1	2	22
Metropolitana	41	3	1	45
Noroeste	2	4	2	8
Norte	89	19	8	116
Sul	49	12	1	62
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16	2	2	20
Vale do Mucuri	20	0	1	21
Vale do Rio Doce	103	5	7	115
Zona da Mata	60	16	2	77
<b>Total</b>	435	66	32	532

\* Este grupo é formado por conselhos, grupos e projetos comunitários, institutos, etc.

Fonte: Elaborada pela autora. Dados do MDA, (2015).

A partir da Tabela 1 é possível perceber como as associações, cooperativas e as demais organizações com DAP Jurídica estão distribuídas entre as 12 mesorregiões de Minas

<sup>4</sup> A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) física é utilizada como um mecanismo de identificação do agricultor familiar para que possa ter acesso às políticas públicas. Já a DAP jurídica é um instrumento de identificação de cooperativas da agricultura familiar. Para que a cooperativa possua DAP jurídica é necessário que 70% dos cooperados tenham DAP Física (MDS, 2016).

Gerais, conforme a classificação do IBGE (2010). Nessa pesquisa, optou-se por estudar o papel de articulação das cooperativas da agricultura familiar, pois, como define o Código Civil de 2002, as associações não devem ser responsáveis por realizar transações comerciais, já as cooperativas podem desempenhar esse papel.

Nota-se também, pela Tabela 1, que as regiões Norte, Zona da Mata e Sul possuem o maior número de cooperativas da agricultura familiar. Nessa pesquisa, toma-se como unidade de análise cooperativas localizadas na Zona da Mata mineira. Composta de 143 municípios, essa mesorregião localiza-se ao leste do estado, fazendo fronteira com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (IBGE, 2010).

A Zona da Mata mineira é caracterizada por possuir pequenas propriedades rurais, fruto de sucessivas divisões de grandes fazendas, resultado do sistema de herança e também da decadência da produção de café, que levou à venda e à fragmentação grandes propriedades (NAVES; ROMANO, 2011). Dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE reforçam com números esse cenário, uma vez que, do total dos estabelecimentos agropecuários da região, 94,86% possuem uma área menor do que 100 hectares.

Além disso, o referido censo também releva que dos 437.320 estabelecimentos da agricultura familiar de Minas Gerais, 70.912 estão localizados na Zona da Mata, o que representa 14,04% do total. Tem-se também uma predominância de 82% de estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos rurais nessa região.

O estudo foi realizado na Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM) e na Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF), com o intuito de comparar diferentes experiências, visto que os cooperados da COOPAF acessam o PNAE via cooperativa e na COOPRAMM isso não ocorre.

A COOPRAMM e a COOPAF localizam-se nos municípios de Canaã e Muriaé, respectivamente. Canaã integra a microrregião de Viçosa e Muriaé a microrregião de Muriaé, ambas as microrregiões situam-se na Zona da Mata de Minas Gerais. A Figura 1 apresenta a localização da Zona da Mata e dos municípios de Canaã e Muriaé.

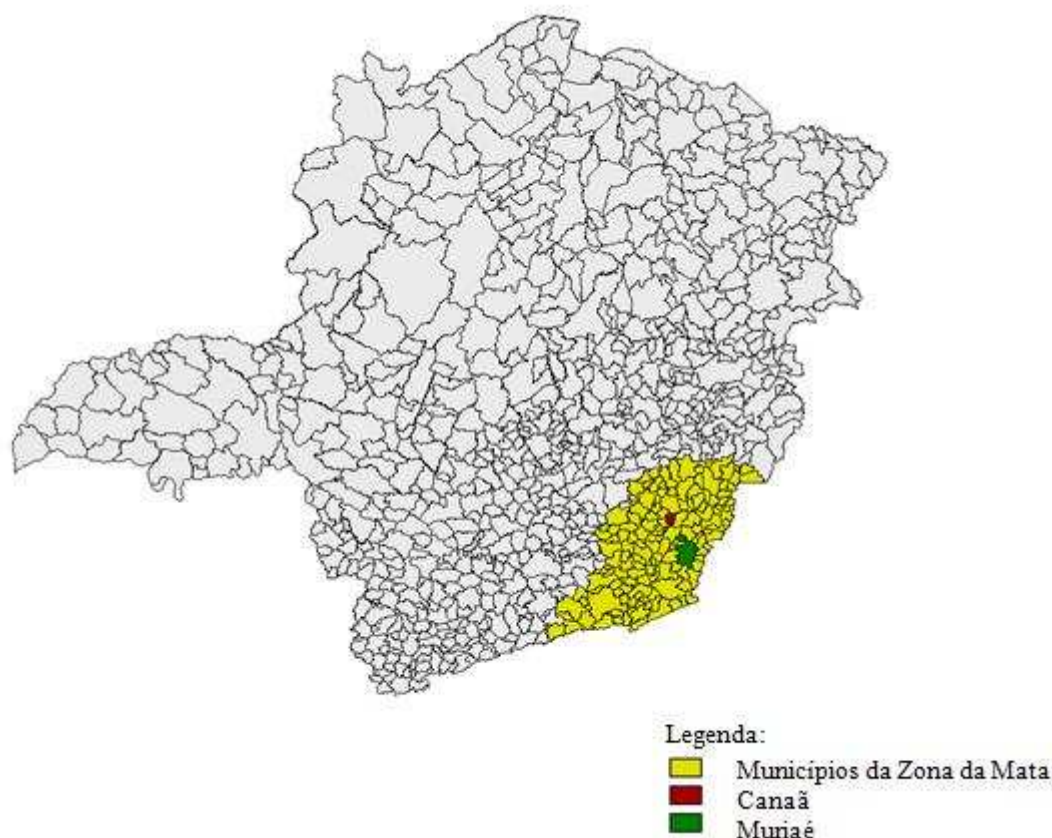


Figura 1: Localização da Zona da Mata mineira e dos municípios de Canaã e Muriaé.

Fonte: Elaborada pela autora.

Dados do IBGE (2000) demonstram o perfil dos municípios de Canaã e Muriaé. Canaã possui 4.628 habitantes e uma densidade demográfica de 26,46 habitantes/km<sup>2</sup>, ao passo que Muriaé conta com uma população de 100.765 habitantes e uma densidade demográfica de 119,72 habitantes/km<sup>2</sup>. A população rural de Muriaé – 7.540 habitantes - representa um contingente bem inferior em relação à população total. Já em Canaã, mais de 50% da população reside no meio rural – 2.769 habitantes (IBGE, 2010).

Esses indicadores revelam que Canaã e Muriaé apresentam algumas características opostas, como por exemplo, a população e a densidade demográfica, mas as diferenças são menores em termos de números da população rural. Além disso, se tratando de agricultura familiar, os indicadores são mais semelhantes, pois Canaã e Muriaé possuem 625 e 1.086 estabelecimentos da agricultura familiar, assim como 485 e 1.924 ocupados na agricultura familiar, respectivamente (IBGE, 2006). Logo, iniciativas no sentido de fortalecer a agricultura familiar, como as cooperativas, são fundamentais para o desenvolvimento dos espaços rurais nos dois municípios.

### 3.2. Estrutura Metodológica da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se pela utilização de procedimentos metodológicos de cunho qualitativo, conforme descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Estrutura metodológica da pesquisa

<b>Método de pesquisa</b>	<b>Técnicas de coleta de dados</b>	<b>Técnica de análise dos dados</b>
<b>Estudo de caso comparativo</b>  Estudo de caso com a COOPAF e a COOPRAMM.	<b>Entrevistas semiestruturadas</b>  Entrevistas com membros da diretoria da COOPAF e da COOPRAMM.	<b>Análise de conteúdo</b>  Transcrições e análise das entrevistas.  <b>Modelo de barreiras de desempenho</b>  Análise das barreiras ambientais, organizacionais e individuais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se, através do Quadro 2, que o método de pesquisa consiste no estudo de caso comparativo. Segundo Yin (2001), como método para a realização da pesquisa, o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Para o autor, a pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos - que é o caso deste trabalho.

Utilizou-se de entrevistas com roteiro semiestruturado como técnica de coleta de dados para a realização do estudo de caso comparativo. Como relata Triviños (1987), a entrevista semiestruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

As entrevistas foram realizadas com membros da diretoria das cooperativas. Na COOPRAMM foram entrevistados o vice-presidente e três membros do conselho fiscal e na COOPAF entrevistou-se o diretor presidente, a diretora administrativa e outros dois integrantes do conselho de administração. Todos os entrevistados são enquadrados na categoria de agricultores familiares, possuindo a DAP

Para a compreensão dos dados coletados a partir das entrevistas, optou-se pela técnica da análise de conteúdo, com base em Bardin (2010). Para analisar os desafios e as barreiras inibidoras para o desenvolvimento das cooperativas, toma-se como medida de categorização uma adaptação do modelo de análise proposto por Ammons (2004), que relata sobre as

barreiras que inibem a melhoria do desempenho de organizações de interesse social. Essas barreiras são agrupadas em três conjuntos: barreiras ambientais, organizacionais e individuais.

Ammons (2004) classifica as barreiras ambientais como os fatores que mais claramente diferenciam o ambiente geral em relação ao setor em que a organização atua ou pretende atuar. São exemplos dessas barreiras fatores políticos que influenciam a tomada de decisão, preferência dominante do status quo, falta de apelo político, efeitos de anti-inovação e anti-produtividade de alguns subsídios e outros programas intergovernamentais.

As barreiras organizacionais referem-se às características comuns encontradas em diferentes graus nas organizações, como a falta de prestação de contas, processos burocráticos, o inadequado compromisso da gestão para a manutenção da produtividade no decorrer do processo, a resistência da supervisão, objetivos ambíguos, mitos de desempenho, o foco na execução e investimentos ao invés de resultados (AMMONS, 2004).

Já as barreiras individuais referem-se aos traços individuais inibidores, comportamentos, atitudes que podem comprometer o desempenho da organização ou influenciar de maneira negativa a atuação do administrador ou de outros membros da organização. São exemplos dessas barreiras o controle inadequado do tempo/dia de trabalho, a falta de cooperação, a falta de interesse e iniciativa, entre outros fatores (AMMONS, 2004).

Alguns estudos também utilizaram o modelo das barreiras proposto por Ammons (2004). Cançado et al. (2013) buscaram identificar os potenciais fatores inibidores da melhoria do desempenho em três experiências de incubação envolvendo empreendimentos de economia solidária, autogestão e inclusão social. Holzer et al. (2015) realizaram um estudo de caso avaliando o plano trienal de desempenho orçamentário de Nova Jersey, após o primeiro ano de sua implementação. Os autores buscaram propor formas de entender os efeitos desta iniciativa, se ela contribuiu para a melhoria do desempenho, se permitiu ou não o alcance dos objetivos, utilizando o modelo das barreiras para examinar os principais fatores inibidores da melhoria do desempenho nas ações do plano analisado.

#### **4. Resultados e Discussão**

A estruturação da análise dos dados deu-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. A etapa da pré-análise consistiu na transcrição das entrevistas. Na fase da exploração do material, as respostas obtidas pelas entrevistas foram sintetizadas em três categorias temáticas: “Características das Cooperativas”, “Barreiras Inibidoras do Desempenho das Cooperativas” e “Políticas Públicas”. Os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico.

#### **4.1. Características das Cooperativas**

Os resultados agrupados nesta categoria estão relacionados à análise da trajetória histórica da COOPRAMM e da COOPAF, da dinâmica organizacional das cooperativas e os aspectos ligados à relação cooperado/cooperativa.

A mobilização para a criação de uma cooperativa no município de Canaã iniciou-se no ano de 2001, quando o técnico da EMATER local fez reuniões para saber as dificuldades que os produtores rurais enfrentavam, entre elas, altos preços dos insumos, baixos preços de venda e baixa produtividade da lavoura. Assim, ele sugeriu que os agricultores se organizassem na forma de uma associação. Atrelado a isso, o representante de uma empresa do ramo cafeeiro que prestava assessoria na região, conjuntamente com um grupo de agricultores formou uma cooperativa. Logo, havia em Canaã, uma associação e uma cooperativa.

Ainda no ano de 2001, o técnico da EMATER enviou um projeto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a construção de dois galpões, um com maquinários para o beneficiamento do café e outro para o beneficiamento de milho e feijão. O recurso foi aprovado e em 2006 as unidades ficaram prontas. Esses galpões pertencem ao patrimônio da prefeitura, em acordo comodato com o prazo de 20 anos.

Nesse período, a cooperativa criada em 2001 não funcionava mais, existindo apenas a associação. Foi quando em 2009, os produtores da associação e os demais que participavam da cooperativa resolveram reativá-la, constituindo a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Canaã, que em 2012 passou a se chamar Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM).

Em Muriaé, a primeira mobilização para a organização dos agricultores familiares foi para a criação da Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais (AIPAT), no ano de 2001. A associação funcionou até o ano de 2011, em que, com a perspectiva de fortalecer a comercialização dos produtos, parte dos membros da AIPAT constituíram a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF).

No entanto, a COOPAF só foi legalizada no ano de 2012 e entre os anos de 2013 e 2014 foi feito um trabalho com os cooperados e agricultores interessados em se associar para explicá-los sobre o funcionamento de uma cooperativa, ao mesmo tempo em que foi feita a organização da documentação desses produtores. Assim, somente em janeiro de 2015 a COOPAF começou a realizar plenamente os processos de comercialização, vendendo principalmente para o mercado institucional via PNAE.

A partir do histórico de criação das cooperativas observa-se que a decisão pela constituição da COOPRAMM partiu de “cima para baixo” e não pela organização dos próprios agricultores familiares. Fato inverso que ocorreu na COOPAF, haja vista que a motivação para a sua constituição partiu dos próprios agricultores familiares, ou seja, o fluxo da decisão foi de “baixo para cima”.

Nesse aspecto, trabalhos como o de Bergamim (2004) também exploram como a forma de criação de organizações da agricultura familiar influencia no seu desenvolvimento. A autora constatou que, na medida em que a criação de associações ou cooperativas decorre da iniciativa do poder público e não dos agricultores familiares, estas organizações limitam-se ao fornecimento de mecanismos de apoio ao seu funcionamento (aluguel, máquinas, equipamentos e implementos), mas não se constituem como instrumentos de garantia de melhores condições de produção e comercialização ou de representação de seus interesses.

Em 2012, a COOPRAMM era formada por 37 cooperados, enquanto em 2015 esse número caiu para 20. A cooperativa possui um contador responsável pela realização dos demonstrativos contábeis, mas os demais processos administrativo-gerenciais são feitos pelos próprios cooperados. Apesar de a cooperativa contar com o apoio da EMATER, não existe um profissional contratado para prestar assistência técnica aos associados.

A COOPAF começou com 29 associados em 2011, possuindo um quadro de 95 sócios, em 2015. No que diz respeito ao gerenciamento, tem-se um contador externo responsável pelos demonstrativos contábeis e os demais processos administrativos são feitos por um gerente contratado. A cooperativa possui um técnico agrícola responsável para dar assistência aos cooperados. Contudo, no momento de constituição da mesma, os cooperados afirmaram que fizeram praticamente todos os procedimentos por conta própria, não contando com o auxílio profissional na área técnica e nem na área administrativa.

Assim, verifica-se que na COOPRAMM os próprios membros da diretoria são responsáveis pelos processos gerenciais, sendo um empreendimento autogestionário. A COOPAF conta um profissional responsável pela administração, mas também é um empreendimento de base autogestionária, pois a gestão é compartilhada e discutida com o conselho de administração, formado por cooperados. Singer (2008) relata que a autogestão é uma característica de empreendimentos solidários geridos pelos próprios associados, coletivamente e de forma democrática.

Outros elementos analisados estão relacionados à relação cooperado/cooperativa. Indagou-se aos entrevistados sobre sua percepção do trabalho associativo e sobre a satisfação

com o trabalho desempenhado pela organização ao qual fazem parte. Quando questionados sobre as principais vantagens para o produtor rural se associar em cooperativa, os membros da COOPRAAM citaram como vantagens a possibilidade de resolver os problemas em conjunto, a agregação de valor, a venda coletiva dos produtos e compra conjunta de insumos, a união dos produtores e a divulgação dos produtos da região.

Quanto às desvantagens não foi citada nenhuma, todos afirmaram que só existe benefícios para os produtores em se organizar. Nas palavras de um entrevistado sobre os benefícios de se organizar em cooperativa:

É principalmente ter força, seu vaso pequeno se torna grande né? Muito grande. Poder de compra, poder de venda, é isso que a gente sonha (COOPRAMM 1).

Com o intuito de fortalecer a cooperativa, os associados da COOPRAMM estão aguardando a realização de uma parceria com uma cooperativa da região sul de Minas Gerais para comercializarem o café em conjunto e conseguir um preço melhor na venda da produção. Todos os entrevistados afirmaram não estar satisfeitos com a situação em que a cooperativa se encontra, com pouco capital para realizar os processamentos de milho e café, uma vez que o crédito rural que eles solicitaram não foi disponibilizado até a realização desta pesquisa.

Apesar da nítida insatisfação predominante dos entrevistados, todos possuem boas perspectivas para o futuro da cooperativa, o que pode ser notado nos depoimentos, quando perguntado o que desejam para o futuro do empreendimento:

Que a gente cresça e consiga fazer uma venda boa e comprar melhor (COOPRAMM 2).

Eu quero ela vai pra frente, uai. Por isso que eu participei desse tanto de coisa aqui. Toda reunião que tem eu participo. Por isso que eu participo, porque eu quero que ela vai pra frente. Eu sei que é um bom negócio pra gente, apesar do povo não achar isso, mas pra mim é (COOPRAMM 3).

Já os entrevistados da COOPAF, citaram como as principais vantagens para o produtor rural se organizar em cooperativa: garantia de venda da produção, maior facilidade para buscar mercados compradores, maior facilidade para buscar assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar, acesso ao crédito rural, acessar chamadas de políticas públicas e agregar valor aos produtos. Observam-se algumas dessas vantagens pelos depoimentos dos cooperados:

Nada sozinho é viável né? Principalmente quando se fala agricultura familiar. Então, assim, se você enquanto agricultor fosse sozinho pensar em vender o seu produto, se for sozinho pensar em buscar um mercado, se for sozinho, correr atrás de assistência técnica a gente sabe que não é viável. Então, essas as organizações, seja associação ou cooperativa, nos faz entender esse processo de organização e estando junto ele é muito mais viável né? A gente fortalece todos e se auto fortalece também enquanto agricultor (COOPAF 2).

A principal vantagem é ter um lugar onde ele vai entregar, é uma coisa mais certa, tem um mercado garantido. A gente participou da chamada pública, é um mercado garantido, você tem para o ano todo (COOPAF 4).

No que diz respeito às desvantagens, apenas um agricultor apontou que talvez o cooperado veja alguma dificuldade por não ter conhecimento sobre o modo como a cooperativa funciona. Por exemplo, a necessidade de pegar uma margem da receita originada da venda da produção para cobrir os custos, e assim, o preço recebido pelo produtor não é o mesmo do que o preço que a cooperativa recebeu pela venda. Todos os cooperados afirmaram estar satisfeitos com a cooperativa, como relatou alguns entrevistados:

Eu tô satisfeito! Acho que ela é uma cooperativa que ela tá sendo até muito visada, como ela é a cooperativa da região que mais tá movimentando e é um pouco mais organizada (COOPAF 1).

Tô! Eu vejo pelos próprios agricultores que ter uma renda mensal pela cooperativa porque a gente paga todo mundo em dia, é uma grande satisfação (COOPAF 3).

Quando indagados sobre o que desejam para o futuro da COOPAF, todos responderam com boas perspectivas, como nota-se pelos depoimentos:

Ah, eu desejo que ela seja bem estruturada! E que ela possa fazer esses trabalhos mais de formação para o agricultor (COOPAF 1).

Que cada vez a gente vai ampliando, com novos produtos. A gente já tá trabalhando a questão dos insumos pra chegar neles a um preço melhor, esse é o meu sonho. As compras em conjunto a gente vai tá trabalhando, e ter mais organização do produtor (COOPAF 4).

Diante dos aspectos apresentados sobre a percepção dos cooperados em relação à COOPRAMM e à COOPAF é possível observar alguns contributos em comum e outros que as diferenciam. Um elemento em comum refere-se ao fato de que em ambos os casos as cooperativas foram constituídas na forma de associação. Como destaca Rios e Carvalho (2007), muitas vezes as cooperativas surgem primeiramente como associações, sendo estas um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado.

Algumas vantagens de se organizar em cooperativa em comum foram citadas tanto pelos agricultores da COOPRAMM quanto da COOPAF, como por exemplo, o poder de compra e venda, a agregação de valor e o fortalecimento da agricultura familiar. Quanto às desvantagens, todos os entrevistados afirmaram não haver, exceto, como mencionado, quando o agricultor não compreende como é feito o trabalho da cooperativa, e por isso, acredita ter levado alguma desvantagem.

Nesse sentido, o estudo de Andrade e Alves (2013) também buscou identificar algumas vantagens e desafios enfrentados por associados de uma cooperativa de agricultores familiares, o que se assemelha aos resultados encontrados pelo presente estudo. Os autores constaram grande interesse dos produtores em diversificar a produção, agregar valor aos produtos, ter maior acesso ao mercado e com isso obter melhor competitividade. Mas esbarram em aspectos como a falta de incentivos do poder público, de recursos financeiros, qualificação técnica e escassez de mão de obra.

Um aspecto diferenciador está relacionado ao modo como os cooperados demonstraram sua satisfação com as cooperativas. Na COOPRAMM prevaleceu a insatisfação, enquanto na COOPAF os entrevistados se mostraram satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela cooperativa.

#### 4.2. Barreiras Inibidoras do Desempenho das Cooperativas

Esta seção apresenta as barreiras inibidoras do desempenho das cooperativas, com base no modelo de análise proposto por Ammons (2004). O Quadro 3 apresenta os principais fatores limitantes mencionados pelos entrevistados da COOPRAMM.

Quadro 3: Barreiras inibidoras do desempenho da COOPRAMM

Barreiras ambientais	Barreiras organizacionais	Barreiras individuais
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura da região que não favorece o associativismo</li> <li>- Falta de informação dos órgãos governamentais para o acesso as políticas públicas</li> <li>- Baixa assistência técnica dos órgãos governamentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de organização do quadro social</li> <li>- Sistema de contabilidade inadequado</li> <li>- Falta de conhecimentos gerenciais</li> <li>- Rigidez burocrática</li> <li>- Recursos restritos</li> <li>- Falta de transparência</li> <li>- Falta de planejamento</li> <li>- Pouca diversificação dos produtos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acomodação dos cooperados</li> <li>- Baixo engajamento dos cooperados nas atividades</li> <li>- Excessiva dependência do vice-presidente</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ammons (2004) e Holzer et. al. (2015).

Resultados da pesquisa, 2015.

Nota-se que o maior número de barreiras da COOPRAMM centra-se no grupo das barreiras organizacionais, mostrando a prevalência de fatores inibidores associados à própria

dinâmica de funcionamento da cooperativa. A falta de diversificação dos produtos foi colocada como uma barreira organizacional na COOPRAMM. Todos os entrevistados da cooperativa concordaram no sentido de que esta poderia comercializar outros tipos de produtos além do café, milho e feijão. Como cita um cooperado:

Eu acho que a cooperativa deveria se diversificar! Porque de todos aqui, acho que só eu que não tenho café, todo mundo tem e todo mundo fica pensando que aqui é só pra café. Eu acho que tem que ser vários produtos, por exemplo, eu mexendo com morango, e essas outras coisas que todo mundo na roça produz, se passasse por aqui acho que era melhor, uma forma de conseguir vender as coisas com um preço melhor, menos trabalho (COOPRAMM 4).

Já a COOPAF possui uma lista de produtos comercializados bem variada, como frutas, verduras, legumes, leite, iogurte. Ferreira (2002) destaca que uma das justificativas para a diversificação ser bem sucedida em algumas cooperativas e não o ser em outras acontece porque, além dos recursos disponíveis, da região e do mercado específico, a diversificação vai depender também do tipo de produto com que a cooperativa está trabalhando, do seu posicionamento no mercado e da percepção do corpo administrativo acerca das mudanças do ambiente. Logo, iniciativas no sentido de diversificar os produtos da COOPRAMM devem levar em conta esses fatores levantados por Ferreira (2002), mas ao mesmo tempo, a diversificação pode ser um aspecto importante para o desenvolvimento da cooperativa e para o acesso a novos mercados, como por exemplo, os mercados institucionais.

Os gargalos no gerenciamento também são barreiras presentes na COOPRAMM. A literatura aponta como o gerenciamento constitui um fator importante para a competitividade das cooperativas. Em seu estudo, Ferreira (2005) destaca que, entre outros fatores, a gestão profissional está diretamente associada a ganhos de eficiência em organizações cooperativas. O autor constatou que cooperativas que contam com o apoio qualificado à gestão, por intermédio de consultorias especializadas, tem a propriedade de diminuir as ineficiências decorrentes dos custos de influência e dos direitos de propriedade em relação a aquelas que não desfrutam desse apoio na gestão.

Destaca-se, com base em Ferreira (2005), que o custo de influência deriva-se do fato de que o conselho de administração das cooperativas é eleito pelos próprios cooperados e os direitos de propriedade são instituições sociais que definem a decisão sobre o uso de recursos das sociedades cooperativas, as condições de posse e transferência desses recursos e o sistema de distribuição dos riscos e resultados econômicos.

Especificamente em cooperativas da agricultura familiar, Freitas et al. (2009) relatam que a gestão e a criação de canais de comercialização são problemas recorrentes nesses empreendimentos solidários. A gestão, por apresentar uma especificidade de ser coletiva, traz um caráter mais complexo em seu desenvolvimento; e a comercialização, por exigir uma compreensão da criação de canais de distribuição e parâmetros de qualidade nas mercadorias postas à venda.

O Quadro 4 apresenta as principais barreiras de desempenho da COOPAF, que apresentou um menor número de barreiras ambientais e organizacionais e um maior número de barreira individuais, em relação à COOPRAMM.

Quadro 4: Barreiras inibidoras do desempenho da COOPAF

<b>Barreiras ambientais</b>	<b>Barreiras organizacionais</b>	<b>Barreiras individuais</b>
- Restrição de mercado (o que gera dependência dos recursos das vendas do PNAE)	- Dificuldades para manter capital de giro - Percibilidade dos produtos, que reforça a necessidade de uma boa administração das vendas - Falta de recursos para que o profissional responsável pela assistência técnica possa atender mais produtores	- Falta de tempo de alguns membros do conselho para dedicar aos trabalhos da cooperativa - Falta de organização da produção por parte do agricultor - Dificuldades do agricultor em entregar um produto de qualidade - Falta de comprometimento de alguns produtores em entregar seus produtos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ammons (2004) e Holzer et. al. (2015).  
Resultados da pesquisa, 2015.

Pelo apresentado nos Quadros 3 e 4, percebe-se que algumas barreiras assemelharam entre as cooperativas. A falta de assistência técnica constitui uma barreira para a COOPRAMM, ao passo que na COOPAF, embora haja um técnico para prestar assistência aos produtores, eles só possuem recurso para que esse técnico trabalhe uma vez na semana, o que dificulta o atendimento a todos os cooperados.

Outra constatação desta pesquisa associada à assistência técnica refere-se ao fato de que não basta assessorar os empreendimentos para constituí-los, é preciso um apoio contínuo para que eles funcionem plenamente. Isto, pois, na COOPRAMM, os cooperados contaram com o apoio da EMATER para a sua criação, mas os desafios maiores vieram depois que a cooperativa foi constituída, ao passo que os associados da COOPAF praticamente tiveram assistência técnica no processo de constituição, mas na medida em que a cooperativa foi se desenvolvendo, os agricultores contrataram um técnico agrícola.

Vale ressaltar a fundamental importância da assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar e das próprias organizações cooperativas. Pires (2010) adverte que, o papel da assistência técnica no âmbito da extensão rural não se reduz apenas para fomentar a criação de cooperativas, mas, especialmente, para apoiar o empreendimento coletivo por meio de capacitação dos seus associados gestores. Assim, a autora expõe que a relação entre extensão rural e cooperativismo mostra-se particularmente importante para o fortalecimento da agricultura familiar pelas possibilidades que oferece em termos de introdução de políticas de qualidade e de práticas gerenciais modernas, introdução de novas tecnologias, capacitação dos gerentes e dos sócios e estabelecimento de parcerias.

A baixa participação dos associados representa uma barreira para a COOPRAMM. No caso da COOPAF, foi colocado como barreira o baixo envolvimento dos membros da diretoria das atividades da cooperativa, visto que alguns membros encontram-se sobrecarregados, em função da amplitude dos trabalhos. As restrições de recurso também foram barreiras em comum para as duas cooperativas.

Esses resultados convergem aos achados no trabalho de Cançado et al. (2013), que encontraram barreiras inibidoras do desempenho de organizações de economia solidária, autogestão e inclusão social semelhantes às identificadas nesta pesquisa, como a limitação de recursos, o limitado interesse e à incipiente participação dos cooperados. Por este fato é possível perceber que em diferentes casos analisados, os fatores inibidores se assemelham quando se trata de empreendimentos organizados em bases solidárias.

No estudo de Holzer et al. (2015), após identificar as barreiras associadas às dimensões organizacional, ambiental e individual, como principais inibidores das ações de um plano trienal de desempenho orçamentário do estado de Nova Jersey (EUA), os autores relatam que mais importante do que classificar as barreiras é encontrar formas de neutralizar os seus efeitos. Logo, Holzer et al. (2015) também aplicaram o modelo de Holzer e Lee (2004) sobre os dez passos<sup>5</sup> para a melhoria da produtividade e do desempenho no setor público, no intuito de identificar as estratégias sugeridas para melhoria da implementação do plano de desempenho analisado.

Quando se trata de barreiras de produtividade, Ammons (2004) relata que enfrentamento é a palavra chave, pois algumas barreiras podem ser removidas, outras não. Algumas barreiras podem ser superadas diretamente e talvez mesmo rapidamente, outras

---

<sup>5</sup> Holzer e Lee (2004) destacam 10 passos para a melhoria da produtividade e do desempenho do setor público, listados a seguir: 1. Esclarecer os objetivos e metas, 2. Localização modelo, 3. Identificar áreas promissoras; 4. Construção da equipe; 5. Planejamento do projeto; 6. Coleta de dados; 7. Modificar os planos do projeto; 8. Esperar problemas; 9. Implementação de ações melhoria e 10. Avaliação e publicação dos resultados.

devem ser contornadas. A realidade prática de tempo e recursos limitados e controle ocasionalmente exige que alguns impedimentos devem ser tolerados e a produtividade, ganhos ou perdas, devem ser aceitos.

Para Ammons (2004), um administrador deve ser capaz de reconhecer as potenciais barreiras de produtividade, avaliar sua magnitude, e conceber uma estratégia adequada para alcançar os resultados desejados, apesar desses obstáculos. Alguns melhoramentos significativos nas operações podem ser conseguidos sem se confrontar com obstáculos. Ou seja, no caso das cooperativas, existem barreiras que os agricultores podem superar mais rapidamente do que outras, mas deve haver o comprometimento dos associados para estabelecer estratégias para que essas barreiras sejam removidas, ou pelo menos minimizadas. Vale ressaltar que nos dois casos os entrevistados possuem boas perspectivas para o futuro das cooperativas, o que pode ser um fator positivo para o enfrentamento das barreiras.

### **4.3. Políticas Públicas e Cooperativismo**

Os resultados agregados nesta categoria temática centram-se na análise dos fatores condicionantes para o acesso às políticas públicas de compra institucional, associados às características das cooperativas e às barreiras inibidoras do desempenho.

Os associados da COOPRAMM não acessam nenhuma política pública de compra institucional, seja individualmente, seja via cooperativa. Apesar disso, eles afirmaram ter conhecimento sobre os mercados institucionais, principalmente após receberem um curso sobre as políticas públicas da agricultura familiar, ministrado por uma equipe de mediadores de um projeto ATER da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Os entrevistados da COOPRAMM afirmaram também ter interesse em ser beneficiário tanto do PNAE quanto do PAA e que isso seria interessante para o desenvolvimento da cooperativa. Três cooperados relataram que venderiam pó de café e fubarina via PAA. Um entrevistado ressaltou que, em virtude da variedade de culturas da sua propriedade poderia fornecer tanto para o PAA quanto para o PNAE. Todos também acreditam que mais agricultores se associariam caso a cooperativa participasse dessas políticas públicas.

Foi perguntado aos entrevistados por que a COOPRAMM não é um empreendimento que participa do mercado institucional. Os motivos estão associados à falta de conhecimento sobre os processos que devem ser feitos para acessar as políticas públicas, visto que não contam com um profissional no gerenciamento para orientá-los. Isso acarreta em dificuldades para manter os documentos necessários, como por exemplo, a DAP Jurídica. Nas palavras de um cooperado sobre algumas dessas limitações:

Falta uma pessoa competente aqui, assim, desde que a gente fundou a gente colocou, colocou uma pessoa que deu errado, e foi umas quatro pessoas que a gente colocou aqui, mas ninguém com, sei lá, preparado pra nessa área, aí o que falta é isso. Você vai botar um profissional que é o que a gente precisava, mas e recurso pra pagar, entendeu? Para acessar essas políticas públicas aí, porque tudo que a gente faz a gente, o pessoal que tá na diretoria aqui, todos os cooperados é tudo produtor, é tudo gente que sabe trabalhar, não sabe mexer. A dificuldade da gente é essa, de não ter o recurso e a dificuldade que a gente tem de manter uma pessoa, que, formada na área aí ou que tenha uma experiência (COOPRAMM 1).

Apesar de não serem beneficiários das políticas públicas de compra institucional, todos os entrevistados reconhecem sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento das cooperativas, o que pode ser notado nos depoimentos:

Porque essas políticas dão mais estabilidade, você tem certeza que vai vender o produto e vai receber, mas só que você tem que ter uma continuidade também e a questão do produto tem que ter uma linha, não pode ser qualquer coisa (COOPRAMM 2).

Eu acho que elas dão a oportunidade de vender aquele produto junto, eu acho que elas dão mais oportunidade, é isso. Ter um lugar certo para entregar, não ficar picando demais, um cadinho daqui outro dali porque tem transporte, aumenta tudo. Eu acho que é mais seguro pra você trabalhar, entregar direitinho (COOPRAMM 4).

Já os associados da COOPAF acessam ao PNAE via cooperativa. Em Muriaé, os 30% dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar oriundos da agricultura familiar são cobertos pelos produtos da cooperativa, que fornece para as escolas da rede estadual e municipal. Além de Muriaé, cinco municípios da região compram produtos da COOPAF para a merenda de escolas da rede estadual e municipal, sendo eles: Barão de Monte Alto, Patrocínio de Muriaé, Antônio Prado de Minas, Eugenópolis e Laranjal. Para outros três municípios, Mirai, Pirapitinga e Palma, a cooperativa entrega apenas para escolas estaduais. Ao todo, nove municípios que compram alimentos da cooperativa através do PNAE.

Praticamente toda a produção da COOPAF é vendida para a alimentação escolar, representando aproximadamente 90% de suas vendas, com 31 variedades de gêneros alimentícios (frutas, legumes e hortaliças). No caso do leite, a cooperativa recolhe o volume produzido, repassa para um laticínio que fabrica iogurte e leite “barriga mole”, e assim o laticínio entrega os produtos lácteos processados para a cooperativa, que os vende para alimentação escolar já com essa agregação de valor.

A pesquisa de Andrade e Alves (2013) também revela a importância das vendas realizadas pelo PNAE através da cooperativa. No trabalho em questão, os agricultores também manifestaram o interesse em fazer o beneficiamento de alguns produtos para vender

para a alimentação escolar. Para isso, as autoras ressaltam a necessidade de adotar políticas e práticas de gestão da qualidade dos produtos que são destinados ao mercado institucional.

Na COOPAF, não existe uma quantidade mínima e máxima de alimentos que o agricultor pode fornecer para a alimentação escolar, desde que não ultrapasse o limite estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 11.947/2009. Por este aparato legal, o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de vinte mil reais por DAP familiar, por ano, para cada entidade executora que recebe o alimento. Não existe agricultor que entrega mais do que esse valor, primeiro porque a lei não permite, segundo porque ninguém possui uma quantidade de alimentos que ultrapasse esse limite.

Os produtos da COOPAF passam pelo controle de qualidade através da vistoria do técnico responsável antes de ser entregue para as escolas. Contudo, pôde-se notar, por meio das entrevistas, que a qualidade ainda representa um desafio para a consolidação no mercado institucional, visto que há insistência por parte de alguns agricultores, principalmente no caso da banana, para tentar vender um produto que não se enquadra nos moldes de qualidade exigidos pelo PNAE (pois a cooperativa não possui câmara de climatização da banana, então deve-se ter bastante cuidado com o produto para que ele não seja entregue verde ou maduro demais). A Figura 2 sumariza os principais pontos positivos do PNAE, na visão dos entrevistados.

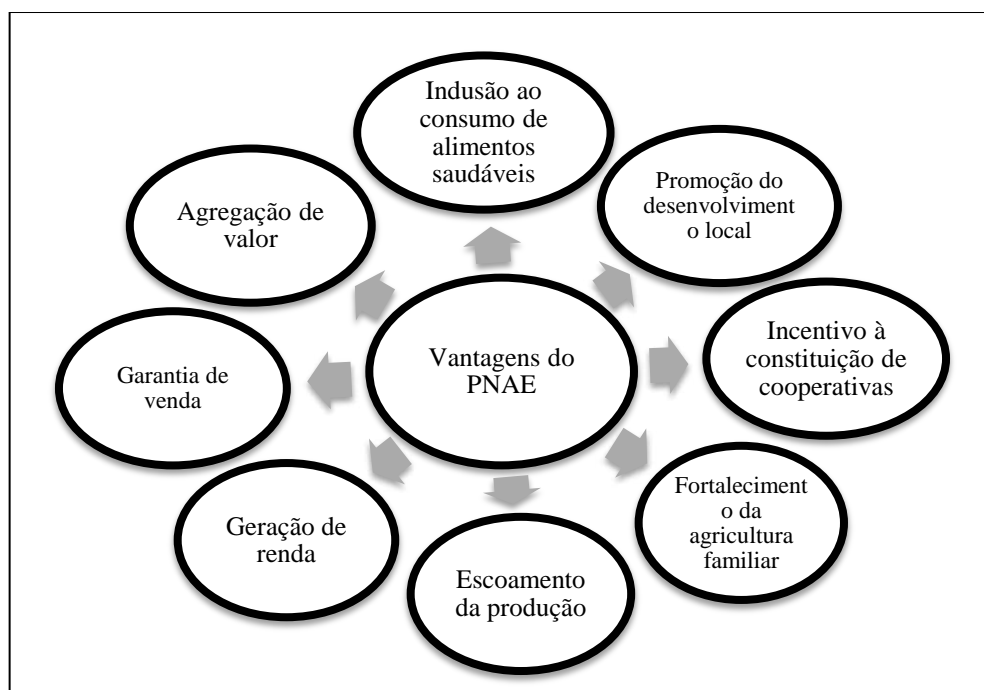


Figura 2: Pontos positivos do PNAE na visão dos entrevistados da COOPAF.

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa.

Esses pontos positivos do PNAE mencionados pelos entrevistados assemelham-se às vantagens dos mercados institucionais citadas em alguns estudos, como: incentivo à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar (FORNAZIER, 2014); consumo de alimentos mais sustentáveis (TRICHES; SCHNEIDER, 2010) e a promoção do desenvolvimento regional (PLOEG, 2011).

Alguns desafios foram citados pelos agricultores da COOPAF para o acesso ao mercado institucional, como a organização da produção, pois o produtor deve se comprometer a entregar o produto com a qualidade exigida e no prazo determinado, o que faz com que algumas vezes, a cooperativa enfrente problemas para suprir a demanda das entidades beneficiárias. Citou-se também a necessidade de maior rigor na fiscalização do PNAE, pois uma prefeitura que eles fornecem já ficou quatro meses sem pagá-los, o que é inconstitucional. Dois cooperados mencionaram a necessidade de maior entendimento do poder público sobre o funcionamento do programa:

Então, o entendimento das prefeituras né? Dos órgãos do governo do Estado, entender a política quase que, que dificulta muito pra gente. A gente sente que os agricultores com toda desorganização estão mais a frente no conhecimento que as próprias prefeituras (COOPAF 1).

Olha, o que acontece hoje é que as organizações de alguma forma virou meio que gestor de política pública, se é ruim ou não, acaba a gente fazendo o que os órgãos públicos não faz [...] Mas eu acho também, criou a lei de merenda escolar em 30%. Bacana, mas ainda, eu acho que a política, ela tinha que ser um pouco mais rigorosa com o poder público [...] Porque a gente quanto organização são altamente fiscalizado e cobrado pra fazer certo, mas por outro lado, o poder público não compra os 30% ou se ele tá comprando de atravessador, ou comprando de associação que não existe, ou enfim, deixando de pagar (COOPAF 2).

A literatura também aponta alguns desafios encontrados pelos agricultores familiares para o acesso às políticas públicas de compra governamental. No estudo de Cunha (2015), ao analisar os efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no município de Espera Feliz, o autor constatou que a operacionalização do PAA no município apresentou limites e desafios mais acentuados quando comparados com o PNAE, como a demora na aprovação do projeto, o preço pago aos agricultores e o prazo de recebimento. Isto é, na pesquisa de Cunha (2015) assim como desse estudo, o atraso no pagamento representou um fator negativo da política pública, no caso, o PAA.

Outro aspecto citado pelos entrevistados da COOPAF como ponto negativo refere-se à questão da dependência do agricultor do PNAE, como pode ser notado pela fala:

Um desafio é aqueles agricultores que só vivem em função do mercado institucional. Quando chega o período de férias os agricultores param de produzir, perdem a produção, porque se acostumou tanto da cooperativa ir lá comprar, que não procuraram outro mercado. Isso a gente vê como negativo. Porque no dia da amanhã suponhamos que essa política pare, que dê algum problema, que não funcione mais, e aí? Então a gente sempre tá falando pro pessoal. Por mais que vocês entregam pro PNAE tentem procurar um outro mercado porque num período que tiver de férias, num período que dê algum problema, cês têm uma outra garantia (COOPAF 2).

Fenômeno similar a esse foi encontrado no estudo de Cunha (2015), uma vez que o autor constatou que a maior parte das vendas de uma cooperativa de agricultores familiares de Espera Feliz gira em torno da compra institucional do município, verificando-se uma dependência entre os agricultores para venda do que é produzido para o PAA e PNAE, ao ponto de muitos não plantarem quando há interrupção na compra institucional.

Ademais, foi possível constatar os principais elementos condicionantes para o acesso às políticas públicas na COOPRAMM e na COOPAF, sumarizados pela Figura 3.

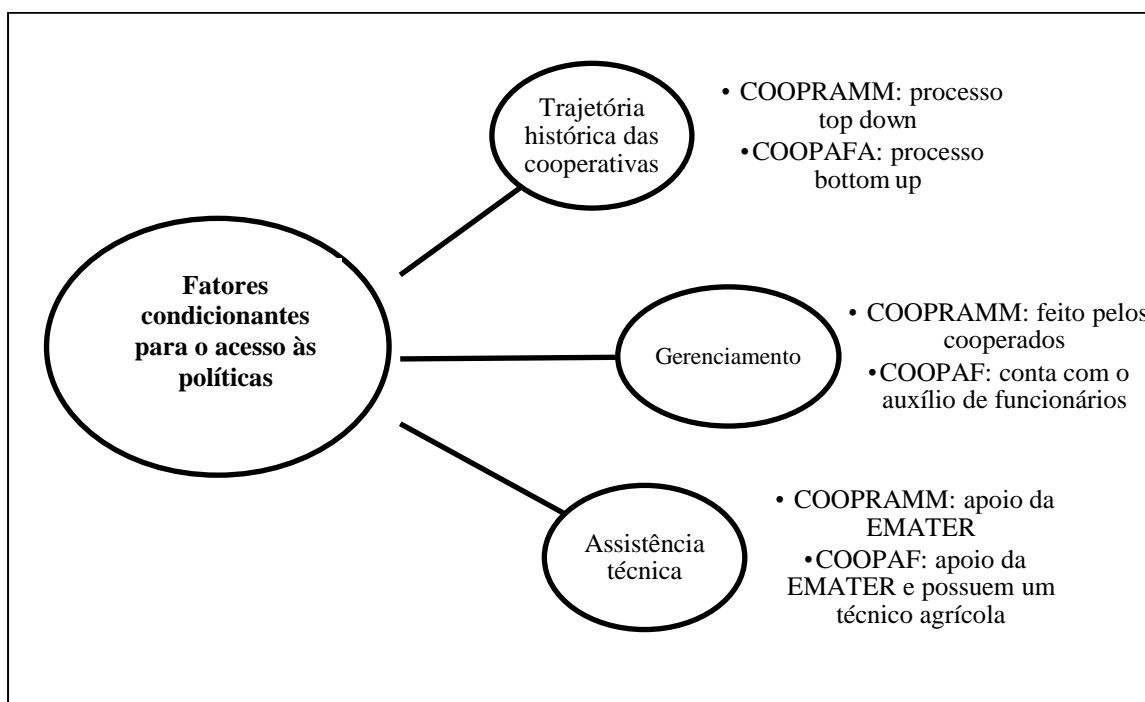


Figura 3: Fatores condicionantes associados ao acesso às políticas públicas de compra institucional na COOPRAMM e na COOPAF

Fonte: Elaborada pela autora. Resultados da pesquisa.

O primeiro elemento condicionante para o acesso às políticas públicas associa-se à trajetória histórica das cooperativas, pois a COOPAF surgiu da iniciativa dos próprios agricultores familiares, que após legalizarem a cooperativa, buscaram apoio para conseguir fornecer para o PNAE tanto em Muriaé quanto para municípios da região. Já na COOPRAMM o processo de criação se deu por forças externas à cooperativa, o que acarretou

em posteriores dificuldades em seu funcionamento, diante da falta de conhecimento dos cooperados de como o empreendimento deve funcionar corretamente, além da falta de informações sobre as políticas públicas que os agricultores podem acessar via cooperativa.

O segundo elemento está relacionado ao gerenciamento, visto que a COOPAF conta o auxílio de profissionais qualificados e os membros da diretoria recebem uma gratificação para exercerem suas funções. A COOPRAMM possui um contador externo, mas os demais processos administrativo-gerenciais são feitos pelos próprios agricultores familiares. Isso possui consequências diretas para o acesso às políticas públicas, pois os membros da COOPAF afirmaram que o apoio profissional é fundamental para entender os procedimentos exigidos pelo PNAE relacionados à burocracia, assim como também no auxílio ao controle da produção e dos demonstrativos contábeis. Na COOPRAMM um dos principais motivos para o não acesso aos mercados institucionais está relacionado ao gerenciamento, pois os agricultores não conhecem as exigências e os processos necessários para acessá-los.

O terceiro elemento diz respeito à assistência técnica. Embora os agricultores da COOPRAMM tenham recebido o apoio da EMATER quando constituíram a cooperativa, o processo de desenvolvimento da COOPRAMM contou com o auxílio desta instituição, mas não foi acompanhado assiduamente por um profissional da área. Já os agricultores da COOPAF não contaram com uma assistência técnica efetiva na sua criação, mas depois de fundada, além do apoio da EMATER, a cooperativa passou a contar com o auxílio de um técnico agrícola responsável pelo monitoramento da qualidade dos produtos e para o atendimento dos cooperados em suas propriedades. Mesmo assim, os entrevistados afirmaram que essa assistência não supre as demandas de todos os cooperados, mas é fundamental para o desenvolvimento da cooperativa e para o acesso à política pública, uma vez que o PNAE exige que os produtos sejam entregues dentro de padrões de qualidade.

## **5. Considerações Finais**

A partir dos resultados dessa pesquisa foi possível observar contributos em que as cooperativas se assemelham e se diferenciam. Elas se assemelham em termos da localização geográfica, pois ambas se situam na Zona da Mata mineira; em termos de sua composição, visto que são formadas por agricultores familiares; na forma que foram constituídas, pois ambas foram criadas primeiramente como associações e em algumas barreiras inibidoras do desempenho, como restrições de recursos e a baixa participação dos associados - nas atividades da cooperativa na COOPRAMM e do conselho administrativo nas atividades da diretoria, na COOPAF.

No que concerne aos elementos que as particularizam, nota-se que as cooperativas se diferenciam pela trajetória histórica de constituição, no modo como é feito o gerenciamento, assim como também nos aspectos relacionados à assistência técnica. Esses aspectos se mostraram como fatores condicionantes para o acesso ao PNAE através da análise comparativa realizada entre os dois empreendimentos.

As constatações dessa pesquisa mostram oportunidades e desafios que as políticas públicas de compra institucional representam para as cooperativas da agricultura familiar. O PNAE se mostrou uma oportunidade para o desenvolvimento e crescimento da COOPAF através dos benefícios gerados aos associados, como o acesso a novos mercados, geração de renda, agregação de valor, escoamento da produção, entre outros.

Por outro lado, a COOPAF também enfrenta desafios para a participação no mercado institucional, como a organização da produção, a qualidade exigida, a necessidade de maior rigor na fiscalização do PNAE e de maior entendimento do poder público sobre o seu funcionamento. Na COOPRAAM, os desafios são ainda maiores, pois por uma série de empecilhos associados às próprias características da cooperativa e às barreiras inibidoras de desempenho, o empreendimento ainda não participa do mercado institucional, embora seja interesse dos seus associados.

Por fim, este trabalho também se revela como um instrumento útil de apoio aos gestores públicos, através da análise da efetividade das cooperativas da agricultura familiar como espaços articuladores das políticas públicas de compra de institucional.

## 6. Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB, 2007.
- ALTMAN, M. Cooperative organizations as an engine of equitable rural economic development. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 3, p. 14–23, 2015.
- AMMONS, D. **Productivity Barriers in the Public Sector**. In: Public Productivity Handbook, Second Edition (Marc Holzer and Seok-Hwan Lee, editors) New York: Marcel Dekker, 2004.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **RAIMED**, v. 3, n. 3, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.** Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)> Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)> Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)> Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)> Acesso em: 05 mar. 2015.

BUENDÍA MARTÍNEZ, I. B.; PIRES, M. L. L. S. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.19, n.01, p. 99-118, 2002.

CANÇADO, A. C.; FERREIRA, M. A. M.; GHIZONI, L. D.; MOTA, G. R. Análise das Experiências de Incubação da ITCP/NESol/UFT à Luz do Modelo de Barreiras de Desempenho. In: Marco Aurélio Marques Ferreira; Luiz Antônio Abrantes. (Org.). **Políticas Públicas, Gestão e Sociedade.** 1ªed. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, v. 1, p. 245-276, 2013.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, 1997.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 01, p. 109-126, 2015.

CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2015.

DIAS, T. F. **Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar.** Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal (RN), 2011.

FERREIRA, M. A. M. **Fatores internos associados à decisão de diversificação nas cooperativas agropecuárias.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Programa de

Pós-graduação em Economia Aplicada (PPGEA). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2002.

FERREIRA, M. A. M. **Eficiência técnica e de escala em cooperativas e sociedades de capital na indústria de laticínios do Brasil**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada (PPGEA). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2005.

FORNAZIER, A. **Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico (PDE). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP), 2014.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. Implicações das organizações formais para o acesso a políticas públicas. **Isegoria – Ação Coletiva em Revista**, ano 01, v. 01, n. 01, p. 82-99, 2011.

FREITAS, A. F.; PEDRA, M. S.; FREITAS, A. F.; SILVA, M. G.; DIAS, M. M. O cooperativismo popular como forma de organização da agricultura familiar. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 6, n. 8, p. 110-119, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programas. Alimentação Escolar. Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>> Acesso em: 15 jan. 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANZIROLI, C. E.; BASCO, C. A. Construction of agrarian policies in Brazil: the case of the National Program to Strengthen Family Farming (PRONAF). **COMUNICA**, ano 5, p. 44-63, 2010.

HOLZER, M.; LEE, S. H. Mastering public productivity and performance improvement: From a productive management perspective. In: M. Holzer; S. H. Lee (Eds), **Public productivity handbook** (2<sup>nd</sup> ed.). New York, NY: Marcel Dekker, 2004.

HOLZER, M.; MULLINS, L. B.; FERREIRA, M.; HOONTIS, P. Implementing Performance Budgeting at the State Level: Lessons Learned from New Jersey. **International Journal of Public Administration**, v. 1, p. 1-12, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 26 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Emissão de **Extrato de DAP**. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaTitular.aspx>> Acesso em 25 maio 2015.

- NAVES, F.; ROMANO, J. Significados de luta: um olhar sobre a “Conquista de terras” na Zona da Mata de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 1, p. 11-21, 2011.
- OLIVEIRA, J. M.; CARVALHO, L. L.; GOSCH, M. S.; VALADARES, L. C. Progresso através do cooperativismo: experiência de agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO). **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov., 2013.
- OLIVEIRA, L. D. S.; WATANABE, E. A. M; LIMA-FILHO, D. O. SPROESSER, R. L. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar em países com diferentes níveis de desenvolvimento. **Agroalimentaria**, v. 16, N. 31, p 15-29, 2010.
- PIRES, M. L. L. S.; AMORIM, J. B. B.; ALBUQUERQUE, P. A. T. S.; JUSTE, Y. P. V. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias**. Rio de Janeiro, RJ. UFRJ, 2009.
- PIRES, M. L. L. e S. Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação? **Jornadas Nacionales de Extensión Rural**, v. 15, p. 6-8, 2010.
- PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 27, p. 114-140, 2011.
- RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Teoria e Evidência Econômica**, ano 19, n. 40, p. 77-101, 2013.
- RIOS, G. S. L.; CARVALHO, D. M. Associações de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas. **ESAC. Economia Solidária e Ação Cooperativa (UNISINOS)**, v. 2, p. 139/05-146, 2007.
- SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, ano XIV, n.2, p. 78-88, 2005.
- SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, n.62, 2008.
- TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M.; SOBRINHO, F. B.; DIAS, T. F.; NUNES, E. M. Inserção da agricultura familiar sustentável no PNAE: o caso da COOPAPI, Apodi-RN. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez., 2011.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Editora Atlas, 1987.
- WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração de Empresas**, v.29, n.3, p.23-32, 1994.

### **ARTIGO III: Influência das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira**

#### **Resumo:**

Este trabalho buscou compreender de que modo a configuração das redes sociais influencia na implementação de políticas públicas como o PAA e o PNAE, por intermédio de cooperativas da agricultura familiar. O estudo teve como base teórica as políticas públicas para a agricultura familiar, o papel do cooperativismo no meio rural e o referencial das redes sociais. Foi adotado o método do estudo de caso comparativo com duas cooperativas localizadas na Zona da Mata mineira, tendo como objetivo de análise entrevistas realizadas com membros do conselho de administração. Os resultados revelam que a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas desde a gênese das cooperativas, uma vez que o engajamento dos atores envolvidos na constituição das organizações teve consequências diretas para a inserção no mercado institucional. Na cooperativa integrante do PNAE, ao mesmo tempo em que a rede condicionou o acesso à política pública, a participação no mercado institucional também contribuiu para a entrada de novos atores na rede. Já na cooperativa que não faz parte do mercado institucional poucas alterações ocorreram na rede ao longo do tempo. Ademais, conclui-se que na medida em que as cooperativas estão inseridas em redes sociais mais estruturadas, com atores mais engajados para o seu desenvolvimento, propicia-se maior acesso às políticas públicas. Além disso, ressalta-se a necessidade de um trabalho precedente à inserção no mercado institucional em cooperativas da agricultura familiar e a importância de se considerar o que ocorre no plano local na análise de diferentes realidades.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Cooperativismo; Redes Sociais; Políticas Públicas.

## **The Influence of social networks for access to public policies: analysis in cooperatives of family farm in Minas Gerais - Zona da Mata**

### **Abstract:**

The aim of this article is to understand how the configuration of social networks influence the implementation of public policies such as the PAA and the PNAE through the cooperatives. The theoretical basis of this study is about the public policies for family farming, the role of cooperatives in rural areas and the social networks analysis. A comparative case study was conducted in cooperatives of family farm, located in Minas Gerais – Zona da Mata, and interviews were conducted with the management members of the cooperatives. The results show that social network is a determinant for access to public policies since the genesis of cooperatives, because the engagement of the actors involved in the creation of the organizations had direct consequences for the insertion in the institutional market. In the cooperative that has access to PNAE, while the network is conditional for access to public policies, the participation in the institutional market also contributed to the entry of new actors on the network. In the cooperative that is not part of the institutional market, little change occurred in the network over time. It is concluded that with cooperatives inserted into more structured social networks, and more engaged actors for their development, provides a greater access to public policies. Finally, there is the need for a previous job to the insertion in the institutional market in cooperative family farming and the importance of analyzing what happens at the local level to the seizure of different realities.

**Keywords:** Family Farming; Cooperatives; Social Networks; Public Policies.

## 1. Introdução

As abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural têm centrado na reconfiguração e dinamização que os espaços rurais vêm passando, sobretudo a partir da década de 1990. No Brasil, a modernização agrícola e a estrutura fundiária foram temáticas dominantes dos estudos rurais entre os anos 1960 a 1980 (NAVARRO, 2001). Nos anos 1990 há uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento rural no país, acarretada, entre outros fatores, pelo direcionamento das ações estatais para a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2010).

Conforme Silva, Dias e Silva (2014), desde o retorno do período democrático no Brasil, diferentes organizações da sociedade civil, tais como ONGs, associações e cooperativas, colocam-se, muitas vezes, na posição de mediação entre o Estado e as práticas organizativas da população, passando a fazer parte de estruturas de gestão e governança das políticas públicas, tendo a agricultura familiar como foco das intervenções. Os autores relatam que o marco institucional desse novo contexto foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que demarcou uma diferenciação nas até então predominantes políticas agrícolas de fomento à agricultura.

Grisa e Schneider (2014) abordam que, com o surgimento do PRONAF, aparecem outras políticas públicas complementares ao programa, mas todas com o foco no viés agrícola e agrário, buscando a garantia da produção agrícola aos produtores rurais. A partir da década de 2000, as ações governamentais passam a ter como foco políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O surgimento de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar marca um novo cenário nos processos de desenvolvimento rural no país, em que os produtores rurais descobrem-se enquanto atores sociais, capazes de reivindicar suas demandas através da proposição de políticas públicas. Diante das complexas dinâmicas sociais em que se configuram o mundo rural contemporâneo, Schmitt (2011) sugere uma abordagem relacional para os estudos rurais. Nessa direção, para a autora, a rede social é uma ferramenta analítica que permite, por meio, dos estudos das interações sociais no meio rural, interligar atores, objetos, significados e práticas.

A rede social é conceituada como um conjunto de atores que apresentam relações entre si (MARQUES, 1999; MARQUES, 2007; PORTUGAL, 2007; SILVA; ZANATA JÚNIOR, 2012). No campo dos estudos rurais, pesquisas destacam o papel dos atores sociais em abordagens distintas de desenvolvimento rural – endógeno e exógeno (TERLUIM, 2003;

MURDOCH, 2000) e as especificidades das configurações das redes sociais, que devem ser levadas em conta nas estratégias de desenvolvimento rural (MARSDEN, 1998; GUIMARÃES; 2013). Outros trabalhos abordam como a configuração das redes sociais influencia na formulação (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012), na implementação (FREITAS, 2015) e no acesso, tradução e interface (CAMPOS, 2014) de políticas públicas de desenvolvimento rural.

No âmbito dos trabalhos sobre políticas públicas para a agricultura familiar, Müller, Silva e Schneider (2012) relatam a existência de uma lacuna de estudos analíticos que aplicam a abordagem das redes sociais, visto que grande parte das pesquisas avalia sucessos ou insucessos de programas específicos, com pouco espaço para um enfoque mais analítico. Tendo esta lacuna, pretende-se com este trabalho, compreender a influência das redes sociais nas dinâmicas decorrentes da implementação de políticas públicas para a agricultura familiar via cooperativas, sob a ótica de uma perspectiva analítica.

Assim, a análise da implementação das políticas públicas por intermédio de cooperativas consiste em um fenômeno importante para a compreensão de como processos desencadeados por políticas públicas são influenciados por diferentes atores sociais presentes no contexto local, dado que a burocracia para o acesso passou a incentivar a constituição de cooperativas para atuarem como entidades articuladoras entre a produção familiar e o mercado institucional. Esse tipo de análise gera o seguinte questionamento à produção do conhecimento: De que forma as redes sociais influenciam o acesso às políticas públicas, por intermédio de cooperativas?

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo compreender como as cooperativas da agricultura familiar se articulam nas suas redes sociais e de que modo a configuração das redes influencia no acesso às políticas públicas de compra institucional, como o PAA e o PNAE. Para tal, realizou-se um estudo de caso comparativo como forma de se comparar diferentes experiências – acesso e não acesso – ao mercado institucional.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Na segunda seção apresenta-se a revisão de literatura, que contempla aspectos sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, cooperativismo e redes sociais. A terceira seção refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados, caracterizando as redes sociais das cooperativas e suas

implicações para o acesso às políticas públicas. As considerações finais abordam as principais contribuições do estudo.

## **2. Revisão de Literatura**

Organizou-se uma base teórica que contempla primeiramente as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o papel do cooperativismo no meio rural. Em seguida, apresenta-se o enfoque das redes sociais e sua aplicação no campo dos estudos rurais.

### **2.1. Agricultura familiar, Políticas Públicas e Cooperativismo**

Compreender a relação entre políticas públicas e agricultura familiar é passo fundamental para a promoção dos ajustes necessários para a promoção do desenvolvimento rural, diante da importância das decisões tomadas pelo governo, em especial das diretrizes e ações instituídas pelas políticas públicas para o fortalecimento desta categoria social.

Wanderley (2009) define a agricultura familiar como uma modalidade de agricultura em que produção, moradia, economia doméstica, atividade profissional, patrimônio familiar e relações de reprodução socioeconômica se combinam de modo indissociável.

Wanderley (2003) argumenta que os agricultores familiares são portadores de elementos de ruptura e de continuidade com seu passado camponês. Os elementos de ruptura estão relacionados à adaptação das condições modernas de produzir e viver em sociedade, uma vez que os agricultores estão inseridos em mercados modernos e são influenciados pela sociedade englobante e pelo Estado. Os aspectos sobre a continuidade com passado camponês estão associados à tradição de fundamentos dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida.

Ploeg, Jingzhong e Schneider (2010) relatam que, no Brasil, a luta contra os desequilíbrios sociais e espaciais e o fortalecimento da agricultura familiar são questões centrais para as políticas públicas voltadas ao meio rural. A centralidade destes objetivos também reflete o engajamento dos movimentos sociais na formação das políticas públicas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa um exemplo da luta dos movimentos sociais pelo direcionamento de políticas públicas para a agricultura familiar. Segundo Schneider (2006), a criação do PRONAF, em 1996, foi uma resposta às pressões do movimento sindical rural por acesso ao crédito agrícola e ao apoio institucional às categorias de pequenos produtores, que vinha sendo alijados das políticas públicas nas décadas anteriores.

Todavia, com o sistema de crédito rural do PRONAF, diversos gargalos ocorreram na implementação do programa, uma vez que, com a baixa disponibilidade de recursos, houve recusas de empréstimos aos agricultores mais vulneráveis economicamente (ANDREWS, 2004). Assim, Simão, Silva e Silveira (2014) destacam que, aliadas à transição de governos na esfera federal no ano de 2001/2002, notou-se a necessidade de criação e fortalecimento de novas intervenções que fossem capazes de ampliar os benefícios socioeconômicos aos produtores rurais de menor renda, que não conseguiam acessar o PRONAF.

Nesse sentido, Grisa (2012) relata que uma ação que se diferenciou do PRONAF foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, no bojo das ações estruturantes do Programa Fome Zero. Como coloca a autora sobre o programa, trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e elementos da política de segurança alimentar e nutricional, visto que o governo federal compra os alimentos de agricultores familiares e distribui para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, para instituições socioassistenciais, escolas da rede pública de ensino, equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou destina à formação de estoques.

Ou seja, o que se percebe é que enquanto o PRONAF foi criado como uma política de aporte ao crédito rural, o PAA surgiu como uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem seus produtos, marcado por um cenário de debates sobre a fome e a segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto de discussões, mais tarde, em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também passou a ser uma política pública direcionada para a agricultura familiar, se tornando um mercado institucional.

Por intermédio da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou-se que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou das organizações que os representam (BRASIL, Lei nº 11.947/09, art. 14º).

Ploeg (2011) caracteriza o PAA e o PNAE como experiências brasileiras de mercado emergente aninhado. Marcados por uma especificidade socialmente construída, esses mercados estão aninhados em uma estrutura na qual os recursos locais determinam culturalmente necessidades e expectativas que, juntas, têm um papel estratégico na assistência suplementar do Estado e na multifuncionalidade.

Para Ploeg (2011), a diferença básica entre os grandes mercados e os mercados aninhados é que os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares - grandes empresas do agronegócio, ao passo que os mercados aninhados estão inseridos em novas redes sociotécnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento rural que ultrapassem as limitações inerentes a este regime.

Além dos aspectos citados, as políticas públicas de compra institucional também passaram a incentivar a organização social dos agricultores familiares, haja vista que, diante dos processos burocráticos exigidos, o acesso via cooperativa facilita a sua implementação. Isso porque, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2015), das cinco modalidades do PAA, duas destas (compra institucional e formação de estoques) exigem que o produtor esteja organizado em cooperativas ou associações para poder ter acesso ao programa. Já o PNAE permite que o produtor acesse tanto individualmente tanto por meio dessas organizações formais.

Pelo apresentado, nota-se um direcionamento das ações estatais para a agricultura familiar quando as demandas dos produtores por aporte ao crédito rural entraram na agenda das políticas públicas. Posteriormente, outras reivindicações, como alternativas de comercialização foram atendidas através do PAA e do PNAE, que entre outros benefícios gerados para os agricultores familiares, passaram a incentivar a constituição de organizações formais para a articulação da venda da produção familiar para o mercado institucional. Além disso, para a operacionalização dessas políticas públicas, os atores sociais envolvidos se articulam em redes sociais com diferentes indivíduos, grupos e organizações.

## **2.2. Redes Sociais**

A abordagem das redes sociais tem sido utilizada por diversas áreas do conhecimento, seja como fundamentação teórica e/ou metodológica. De acordo com Portugal (2007), inicialmente nos anos 1930 e 1940, o termo redes sociais era usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem, sendo que a unidade de análise então privilegiada era o grupo restrito.

Portugal (2007) aborda que em consequência desse posicionamento, os autores tinham sérias dificuldades em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas. Dessa forma, para estudar este tipo de relações, muitos antropólogos, nos anos 50, desviaram a sua atenção dos sistemas

culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma sistemática. Logo, o foco dos estudos sobre redes sociais volta-se para o estudo do comportamento social baseadas em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais.

Marques (1999) utiliza as redes sociais em um estudo sobre as relações entre Estado e sociedade na formulação e gestão de uma política pública urbana, tendo como referência um modelo relacional, baseando no estudo da rede de relações entre indivíduos, grupos e organizações. Assim, o autor conceitua a rede social como sendo:

O campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo. Esses vínculos possuem diversas naturezas, e podem ter sido construídos intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos. Podemos imaginar a rede como composta por várias ‘camadas’, cada qual associada a um tipo de relação e a um dado período de tempo. Todas elas encontram-se em constante interação e transformação, embora o peso relativo das relações herdadas torne essa dinâmica incremental (MARQUES, 1999, p. 46).

Silva e Zanata Júnior (2012) conceituam a rede social como um conjunto de atores (indivíduos, empresas, organizações, nações, etc.) que apresentam relações entre si. Conforme Marques (2007), a análise de redes sociais parte do pressuposto de que as relações sociais constituem a unidade básica da sociedade, ao invés dos atributos dos indivíduos.

Os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações (SCHMITT, 2011). Além disso, a estrutura e as posições dos atores sociais na rede também influenciam suas ações, projetos, preferências e visões de mundo, assim como o acesso aos distintos recursos de poder dos mais variados tipos (MARQUES, 1999).

No enfoque das redes sociais, atribui-se atenção especial aos padrões de interação que se estabelecem, aos tipos de vínculos e à posição dos indivíduos na estrutura reticular (SCHMITT, 2011). Avançando nesta direção, Granovetter (1983) apresenta que as redes sociais são compostas por laços fortes e/ou laços fracos, classificados pelo seu conteúdo e sua intensidade. Os laços fortes são formados por relações de maior proximidade no convívio social e de maior frequência. Já os laços fracos são os vínculos constituídos com pouca frequência nos contatos, mas que oferecem aos atores o acesso a recursos e a informações que não poderiam ser acessados em seus círculos sociais mais restritos.

No campo dos estudos rurais que utilizam a abordagem das redes sociais, Murdoch (2000) relata que, na sequência dos debates em torno do desenvolvimento rural, as redes

podem ter uma utilidade particular para compreender diversas formas de desenvolvimento rural - endógeno e exógeno.

Terluim (2003) destaca que pelo enfoque do desenvolvimento rural exógeno, o desenvolvimento rural é implantado em regiões específicas e determinado externamente. Essa abordagem de desenvolvimento foi predominante até os anos 1970. O desenvolvimento endógeno, por sua vez, é produzido por impulsos locais e os benefícios tendem a ser retidos no local. Existe também um enfoque que combina essas duas abordagens, em que o desenvolvimento rural é considerado como um conjunto de redes nas quais os recursos são mobilizados, o controle do processo produtivo é constituído pela interação de forças externas e internas e os atores das regiões rurais tendem a estar envolvidos nas redes locais e externas.

De acordo com Murdoch (200) existem dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais. As redes verticais são aquelas que ligam o meio rural ao setor agroalimentar, ou seja, a forma como a agricultura é incorporada aos processos de agregação de valor ao longo da cadeia produtiva. Já as redes horizontais são aquelas que ligam os espaços rurais nos processos mais gerais, isto é, a incorporação da agricultura em atividades além dos espaços rurais, abrangendo as economias locais, regionais e até mesmo as urbanas. Logo, as redes verticais estão associadas ao desenvolvimento setorial, ao passo que as redes horizontais ao desenvolvimento territorial.

Marsden (1998) caracteriza as áreas rurais como espaços constituídos por quatro esferas: mercados de alimentos em massa, mercados de alimentos de qualidade; desenvolvimento agrícola e reestruturação rural (desenvolvimento não agrícola). Assim, cada uma dessas esferas tem uma posição em relação à outra, tendo cada uma sua própria dinâmica temporal e regulatória, envolvendo diferentes redes de atores, agências e relacionamentos com os mercados locais, nacionais e globais. Ou seja, o rural pode ser definido como diferentes tipos de espaços, tal como uma série de configurações da rede local ou não local.

Segundo Guimarães (2013), a estratégia de desenvolvimento rural fundamenta-se no fortalecimento das redes sociais que melhor traduzem a sua configuração espacial. Dessa forma, as redes são fundamentais para o funcionamento dos territórios, pois elas promovem e articulam atores sociais dentro e fora das localidades, possibilitando que diversas ações se concretizem ou que consigam maior apoio para serem empreendidas.

Murdoch (2000) aborda sobre a importância de se formular estratégias e políticas públicas de desenvolvimento rural levando em conta a abordagem das redes, pois esta possibilita integrar às questões do desenvolvimento rural internas e externas às áreas rurais em

uma mesma estrutura de referência. Além disso, existem diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições pré-existentes, o que faz com que as estratégias adotadas pelas agências de desenvolvimento necessitem se ajustar às diferentes áreas rurais.

A partir do exposto, nota-se que para o enfoque das redes sociais os atores estão em constante interação e possuem uma relação de interdependência. Logo, compreender a dinâmica de uma rede consiste em analisar a sua estrutura morfológica - quem se relaciona com quem - assim como também o conteúdo dessas relações, ou seja, o papel desempenhado pelos atores sociais em determinado contexto local. No âmbito deste estudo, identificar as organizações envolvidas com as cooperativas da agricultura familiar é uma forma de compreender como as cooperativas se articulam nas suas redes e o papel desempenhado pelos atores sociais aos quais elas se relacionam.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Dados do MDA (2015) apresentam o número de organizações formais da agricultura familiar no estado de Minas Gerais que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)<sup>6</sup> Jurídica. A maioria destas é classificada como associações (435), prosseguido pelo número de cooperativas (66) e outras organizações (32), como conselhos, grupos e projetos comunitários, projetos comunitários, institutos, etc.

O Gráfico 1 demonstra como essas organizações estão distribuídas conforme as 12 mesorregiões mineiras classificadas pelo IBGE (2010). Verifica-se que as regiões Norte, Vale do Rio Doce e Zona da Mata possuem o maior número de associações e as regiões Norte, Zona da Mata e Sul possuem o maior número de cooperativas da agricultura familiar.

---

<sup>6</sup> A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP Física) é utilizada como um mecanismo de identificação do agricultor familiar para que possa ter acesso às políticas públicas. Já a DAP Jurídica é um instrumento de identificação de cooperativas da agricultura familiar. Para que a cooperativa possua DAP Jurídica é necessário que 70% dos cooperados tenham DAP Física (MDA, 2012).

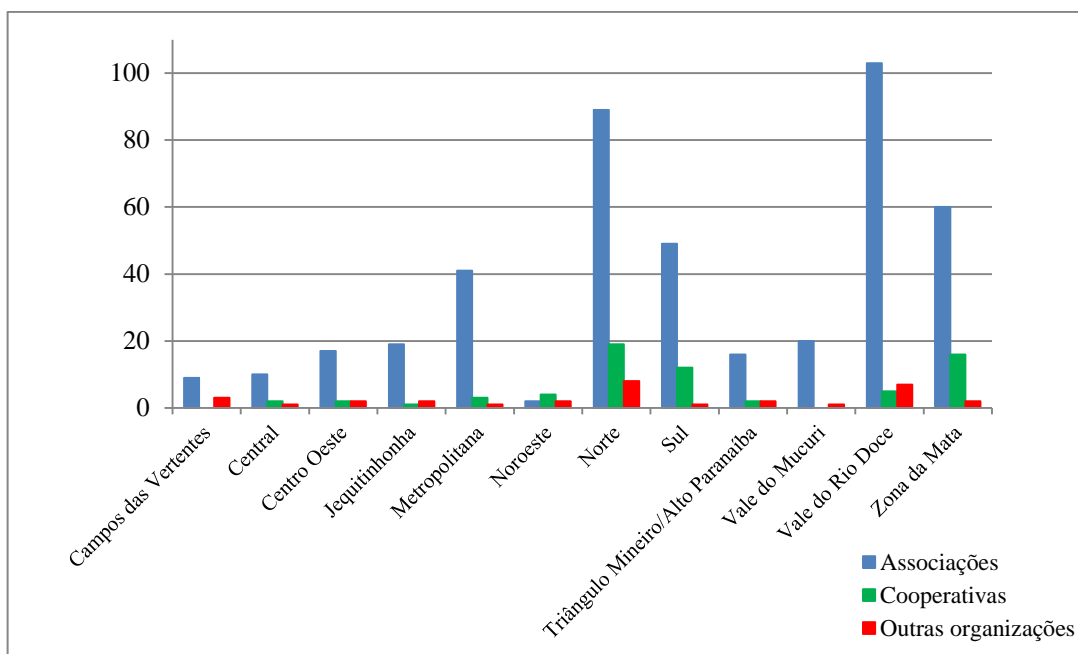


Gráfico 1: Distribuição das organizações formais da agricultura familiar por mesorregião de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: MDA, 2015.

Para a realização deste estudo, toma-se como unidade de análise cooperativas<sup>7</sup> localizadas na Zona da Mata mineira. Composta de 143 municípios, essa mesorregião situa-se ao leste do estado, fazendo fronteira com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (IBGE, 2010). A Zona da Mata mineira é caracterizada pela existência de pequenas propriedades rurais, fruto de sucessivas divisões de grandes fazendas, resultado do sistema de herança e também da decadência da produção de café que levou à venda e à fragmentação grandes propriedades (NAVES; ROMANO, 2011).

Dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE reforçam com números esse cenário, posto que, do total dos estabelecimentos agropecuários da região, 94,86% possuem uma área menor do que 100 hectares. O referido censo também releva que dos 437.320 estabelecimentos da agricultura familiar de Minas Gerais, 70.912 estão localizados na Zona da Mata, o que representa 14,04% do total. Tem-se também uma predominância de 82% de estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos rurais nessa região. Logo, iniciativas do sentido de gerar o fortalecimento da agricultura familiar, como as cooperativas, são fundamentais para o desenvolvimento da Zona da Mata mineira.

<sup>7</sup> Optou-se estudar cooperativas da agricultura familiar, pois, como define o Código Civil de 2002, por meio do artigo 53, as associações são construídas por grupos de pessoas que se organizam para fins não econômicos.

O estudo foi realizado na Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM) e na Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF), localizadas nos municípios de Canaã e Muriaé, respectivamente. Canaã situa-se na microrregião de Viçosa e Muriaé localiza-se na microrregião de Muriaé, ambas as microrregiões pertencem a mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais. Optou-se por estudar essas cooperativas No intuito de comparar diferentes experiências, visto que os cooperados da COOPAF acessam o PNAE via cooperativa e a COOPRAMM ainda não consolidou como entidade articuladora de políticas públicas de compra institucional.

Tem-se como método de pesquisa o estudo de caso comparativo, alinhado com o propósito de compreender de que forma as redes sociais em que as cooperativas estão inseridas influenciam o acesso às políticas públicas. De acordo com Schneider e Schmitt (1998), pela comparação é lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, construir modelos e tipologias, explicitando determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

As entrevistas foram utilizadas como técnica para coleta de dados, sendo realizadas com membros da diretoria das cooperativas, conduzidas por um roteiro semiestruturado e gravadas com equipamento digital, sendo concedido pelos informantes através da assinatura de um termo de consentimento. Na COPRAMM foram entrevistados o vice-presidente e três membros do conselho fiscal. Na COOPAF entrevistou-se o diretor presidente, a diretora administrativa e dois integrantes do conselho de administração. Todos os entrevistados possuem DAP, enquadrando-se na categoria de agricultores familiares.

Como técnica de organização e análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, com base em Bardin (2010). Utilizou-se o software Graphviz - DOT<sup>8</sup> para a elaboração de sociogramas. Esta pesquisa centra-se apenas na construção de uma rede egocentrada, pois como apresenta Silva e Zanata Júnior (2012), as redes egocentradas são redes parciais, construídas a partir da identificação das relações de um ator específico. No caso deste estudo, tem-se como centralidade na construção da rede social a COOPRAMM e a COOPAF.

Silva e Zanata (2012) revelam que existem dois tipos de informações centrais na análise das redes sociais: a estrutura das relações entre os atores da rede (quem se relaciona com quem) e o conteúdo das relações (sentido, intensidade, formalização, duração). Nesse estudo, apesar do sociograma representar a estrutura das redes sociais das cooperativas, o foco

---

<sup>8</sup> O Graphviz-DOT é um programa de livre acesso e o download pode ser feito no site: <http://www.graphviz.org/Download.php>.

não é o cálculo das relações métricas que caracterizam a sua morfologia, mas sim na descrição das relações entre os atores, identificando através da percepção dos entrevistados, a natureza das relações sociais e suas especificidades.

#### **4. Resultados e Discussão**

Nesta seção, apresenta-se primeiramente a trajetória histórica das cooperativas. Em seguida, têm-se as redes sociais compostas pelo conjunto de organizações que se relacionam com a COOPRAMM e a COOPAF e a análise das implicações destas redes para o acesso às políticas públicas de compra governamental, como o PAA e o PNAE.

##### **4.1. Trajetória Histórica da COOPRAMM e da COOPAF**

A primeira mobilização para a organização dos agricultores familiares do município de Canaã foi no ano de 2001, quando o técnico da EMATER local fez algumas reuniões com os produtores para saber quais eram suas principais demandas. Assim, constatou-se que os agricultores reclamavam sobre a baixa produtividade da lavoura, os altos preços dos insumos e os baixos preços de venda dos seus produtos. Nesse cenário, o técnico então sugeriu que os produtores se organizassem na forma de uma associação, para barganhar melhores preços tanto na compra de insumos quanto na venda dos produtos.

Ainda no ano de 2001, o técnico da EMATER enviou um projeto ao MDA para a construção de dois galpões, um com maquinários para o beneficiamento do café e outro para o beneficiamento de milho e feijão, pois essas eram as culturas mais produzidas no município. O recurso foi aprovado e em 2006, esses galpões ficaram prontos, onde na unidade de beneficiamento do milho e feijão funciona a sede da cooperativa. As unidades de processamento pertencem ao patrimônio da prefeitura, em acordo de comodato com o prazo de 20 anos.

Com o passar do tempo, a associação criada em 2001 se tornou uma cooperativa em 2009, denominada Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Canaã, que em 2012 passou a se chamar Cooperativa dos Produtores Rurais das Matas de Minas (COOPRAMM). Quando constituída, a COOPRAAM era formada por 37 cooperados, sendo que no ano de 2015 esse número caiu para 20.

Em relação ao município de Muriaé, a primeira mobilização para a organização social dos agricultores familiares foi com a criação da Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais (AIPAT), no ano de 2001. Desde sua constituição, a associação fazia negociações de comercialização com o foco em produtos de tratamentos

homeopáticos, mas nada muito expressivo. Foi quando em 2006, houve grande ampliação das vendas para instituições socioassistenciais do PAA doação simultânea e em 2010 a AIPAT também começou a acessar o PNAE.

Diante da mudança no Código Civil de 2002, a forma jurídica de associação perdeu seu caráter de realizar intermediações econômicas. A partir de então, quando as associações realizam tais atividades passam a ser enquadradas como empresas, perdendo todos os benefícios tributários, o que faz com que seja um impeditivo para a expansão das atividades econômicas desse grupo jurídico de agricultores familiares. Assim, em 2011, com a perspectiva de favorecer a comercialização dos produtos, parte dos membros da AIPAT constituíram a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar e Solidária (COOPAF).

Somente em janeiro de 2015 a COOPAF começou a realizar plenamente os processos de comercialização, vendendo principalmente para o PNAE para as mesmas escolas da rede pública de ensino estadual e municipal, que também faziam parte da rede da AIPAT. A COOPAF começou com 29 associados em 2011, possuindo um quadro de 95 sócios em 2015.

#### **4.2. Redes sociais da COOPRAMM e da COOPAF**

Para melhor compreensão do papel desempenhado pelos atores sociais desde a constituição das cooperativas até o ano de 2015, este estudo buscou identificar organizações que fizeram parte das redes sociais em diferentes contextos, como mostra o Quadro 1. Classificou-se a natureza das relações sociais das cooperativas com essas organizações em relações de apoio institucional, parceria e comercial.

As relações de apoio institucional são aqueles em que há liberação de recursos financeiros, concessão da sede ou disponibilização de funcionários por parte das organizações participantes da rede. As relações de parceria estão associadas ao apoio com assistência técnica, cursos, prestação de serviços, projetos, palestras. Já as relações comerciais são aquelas que envolvem transações comerciais dos produtos das cooperativas.

A rede da COOPRAMM começou a ser formada no ano de 2001, quando instituiu-se a associação dos produtores de Canaã. Nesse processo, a EMATER, a prefeitura e o MDA foram organizações que compuseram a rede.

O vínculo com a EMATER pode ser caracterizado como uma relação de parceria através das ações de assistência técnica e extensão rural. O vínculo com o MDA e com a prefeitura marcam relações de apoio institucional devido ao consentimento de recursos financeiros para a construção dos galpões, no caso do MDA, e pelo acordo de concessão da sede, no caso da prefeitura.

Após a finalização da construção dos galpões, no ano de 2006, a cooperativa não desenvolveu mais relações com o MDA. Em 2012, quando a COOPRAMM começou a comercializar fubarina, uma nova organização começou a se relacionar com a cooperativa, que corresponde a uma empresa agrícola - na figura do atravessador, ao qual a cooperativa vendia sua produção, sendo marcada por uma relação estritamente comercial.

Outra organização que a COOPRAMM começou a se relacionar a partir deste período é a empresa responsável pelas demonstrações contábeis – na figura do contador, constituindo também uma relação comercial entre cliente e colaborador.

Assim, percebe-se que desde a criação da associação até a constituição da COOPRAMM algumas alterações ocorreram na morfologia da rede, destacando a saída do MDA e a entrada das empresas agrícola e de contabilidade. A EMATER manteve a relação de parceira com a cooperativa e a prefeitura intensificou seu apoio com a disponibilização de dois funcionários encarregados da limpeza da sede e no processamento do milho.

A partir do ano de 2014, a empresa agrícola não compõe mais a rede da COOPRAMM, pois os cooperados passaram por diversos problemas para a comercialização da fubarina, implicando em prejuízos. Conforme relato, a COOPRAMM tenta firmar um acordo com uma cooperativa da região sul de Minas Gerais para a comercialização do café em conjunto. Contudo, como até o momento da pesquisa essa parceria não foi oficializada, essa organização não entrou na rede.

No ano de 2015, a morfologia da rede é formada pelas seguintes organizações: prefeitura, EMATER, empresa de contabilidade e Universidade Federal de Viçosa (UFV). A prefeitura continuou prestando apoio para a cooperativa e mesmo com a transferência do técnico da EMATER para um escritório de outro município, ele ainda continua participando das atividades da cooperativa. Trata-se de um cenário em que a cooperativa é tutelada por essas organizações, apresentando uma completa dependência, principalmente da prefeitura, para que ela funcione. A empresa de contabilidade permanece prestando os serviços contábeis para os cooperados, que são responsáveis pelos demais procedimentos administrativos. A UFV também é uma organização que passou a fazer parte da rede por meio da realização de um projeto ATER conduzido por uma equipe de mediadores que ministraram cursos voltados para a capacitação da gestão para o acesso ao mercado institucional e visitas de acompanhamento gerencial.

Quadro 1: Rede social da COOPRAMM em diferentes contextos

<b>Ano</b>	<b>Organizações da rede social</b>	<b>Natureza das relações sociais</b>
2001	EMATER Prefeitura MDA	Parceria Apoio institucional Apoio institucional
2012	EMATER Prefeitura Empresa agrícola Empresa de contabilidade	Parceria Apoio institucional Comercial Comercial
2015	EMATER Prefeitura Empresa de contabilidade UFV	Parceria Apoio institucional Comercial Parceria

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2015. Elaborado pela autora.

Na COOPAF, ocorreram diferentes alterações na morfologia da rede desde a constituição da associação, em 2001, até o ano de 2015. A rede da cooperativa foi formada pelas organizações que participaram para a criação da AIPAT, sendo elas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Essas organizações foram referências fundamentais para a mobilizar os agricultores de Muriaé sobre a importância de estarem organizados para reivindicarem suas demandas e usufruírem dos benefícios da cooperação, como por exemplo, a venda em conjunto. Pode-se dizer que o STR desenvolveu uma relação de apoio institucional (financeiro e político) com a AIPAT, pois além da questão da organização dos agricultores, o sindicato disponibilizou uma sede para organização na mesma estrutura de seu funcionamento e desde então passou a ajudá-la também com recursos financeiros. A associação manteve uma relação de parceria com a CPT, visto de que esta passou a colaborar nos trabalhos de representação da AIPAT na participação de reuniões, fóruns, etc.

A partir do ano de 2006, quando a AIPAT passou a acessar o PAA e posteriormente o PNAE, em 2010, a morfologia da rede é reconfigurada pela entrada de novas organizações, que contribuíram para que a associação fosse crescendo e se estruturando através do acesso às políticas públicas, como mostra a Figura 1.

Assim, as instituições socioassistenciais do PAA doação simultânea e as escolas beneficiárias do PNAE passaram a fazer parte da rede da AIPAT, constituindo uma relação de comercialização. Além de Muriaé, outros cinco municípios da região compravam produtos da AIPAT para a merenda de escolas da rede estadual e municipal, sendo eles: Laranjal, Eugénópolis, Barão de Monte Alto, Patrocínio de Muriaé e Antônio Prado de Minas. Para

outros três municípios, Mirai, Pirapitinga e Palma, a associação entregava apenas para escolas estaduais. Ou seja, nove municípios compravam alimentos da AIPAT por intermédio do PNAE.

Outra organização que também entrou na rede é a EMATER, estabelecendo uma parceria de assistência técnica para os associados. Vale ressaltar que o STR e a CPT continuam vinculados à AIPAT, intensificando cada vez mais o apoio e a parceria.

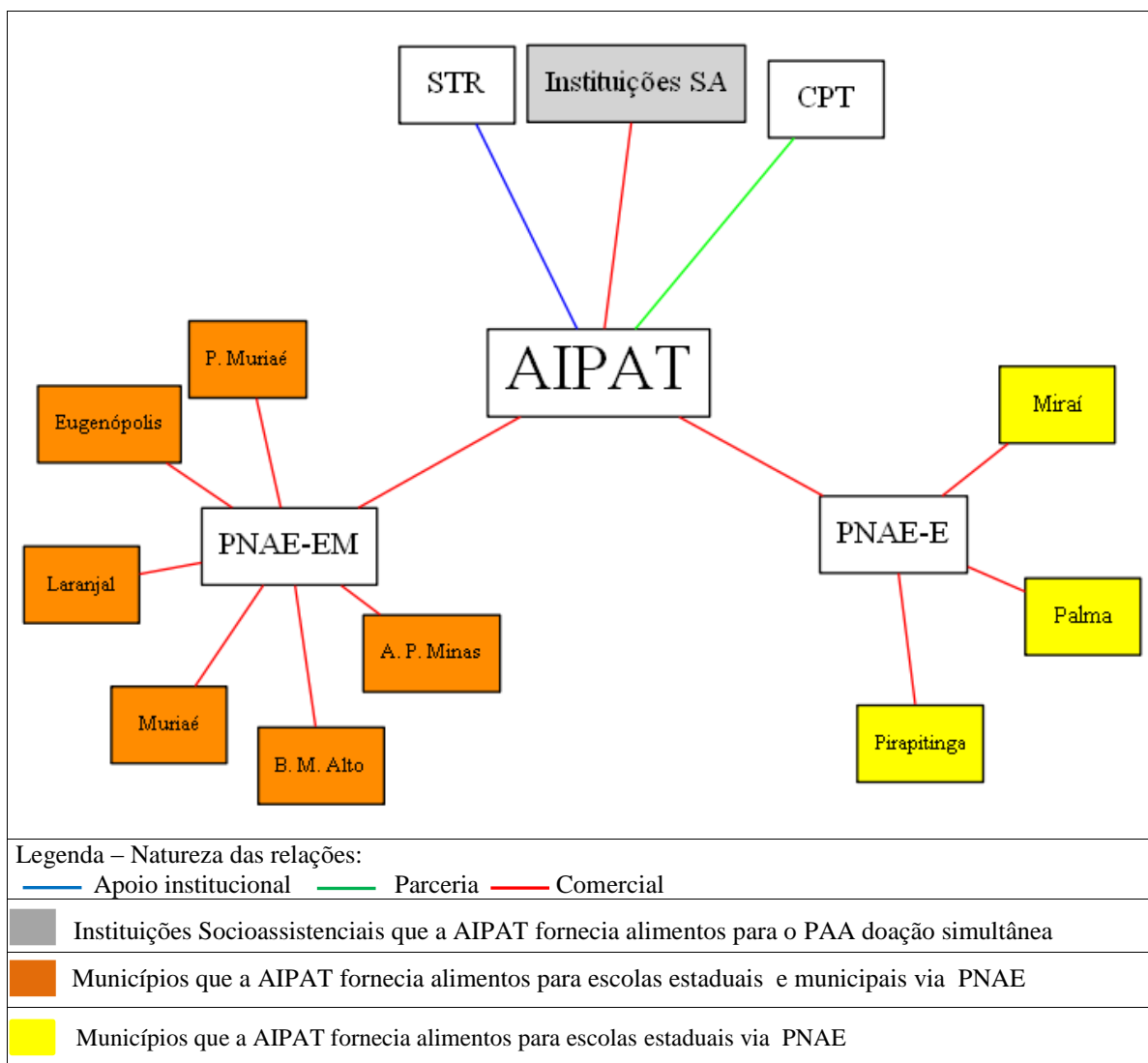


Figura 1: Rede social da AIPAT a partir do acesso ao PAA e PNAE.

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2015. Elaborada pela autora.

No processo de transição da AIPAT para a COOPAF não foi feita nenhuma movimentação de comercialização via cooperativa. Apenas em 2012 a COOPAF foi legalizada e entre os anos de 2013 e 2014 foi feito um trabalho com os cooperados e agricultores interessados em associar para explicá-los sobre o funcionamento de uma cooperativa, ao mesmo tempo em que se adequou da documentação desses produtores. Nesse

período, os cooperados não acessavam mais o PAA, somente o PNAE, e por intermédio da AIPAT.

Depois que a cooperativa foi legalizada, embora ainda não realizando trâmites de comercialização, os diretores continuaram fazendo um trabalho de articulação com diferentes organizações. Nesse trabalho de transição da associação para cooperativa, a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES-MG) contribuiu na articulação, integração e representação da COOPAF. O diretor presidente e a diretora administrativa da cooperativa também fazem parte da diretoria da UNICAFES-MG, o que reforça a parceria entre essas organizações.

De acordo com o relato dos entrevistados, em 2012 a relação de parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) foi fortalecida, pois a cooperativa foi contemplada com ações de projetos dessa organização. Diversas atividades ligadas à prática agroecológica e ao uso da homeopatia no cuidado com rebanho foram desenvolvidas pelo CTA-ZM com os agricultores da COOPAF.

Em 2013, o Centro de Estudo Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR-ZM) e o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) também passaram a ter uma parceira com a cooperativa, com o apoio aos procedimentos contábeis, no caso da primeira, e na concessão do crédito rural para os cooperados da COOPAF, no caso da segunda.

Em 2014, a COOPAF foi contemplada pelo Programa Mais Gestão do MDA, estabelecendo uma relação de parceria através da oferta de ações de qualificação dos sistemas de gestão ligados à organização, produção e comercialização oferecidos pelo programa, especificamente para o acesso ao mercado institucional. Esse projeto é desenvolvido pelo CTA-ZM. Somente em janeiro de 2015 a COOPAF começou a realizar plenamente os processos de comercialização, vendendo principalmente para o PNAE para as mesmas escolas da rede pública de ensino estadual e municipal, que também faziam parte da rede da AIPAT.

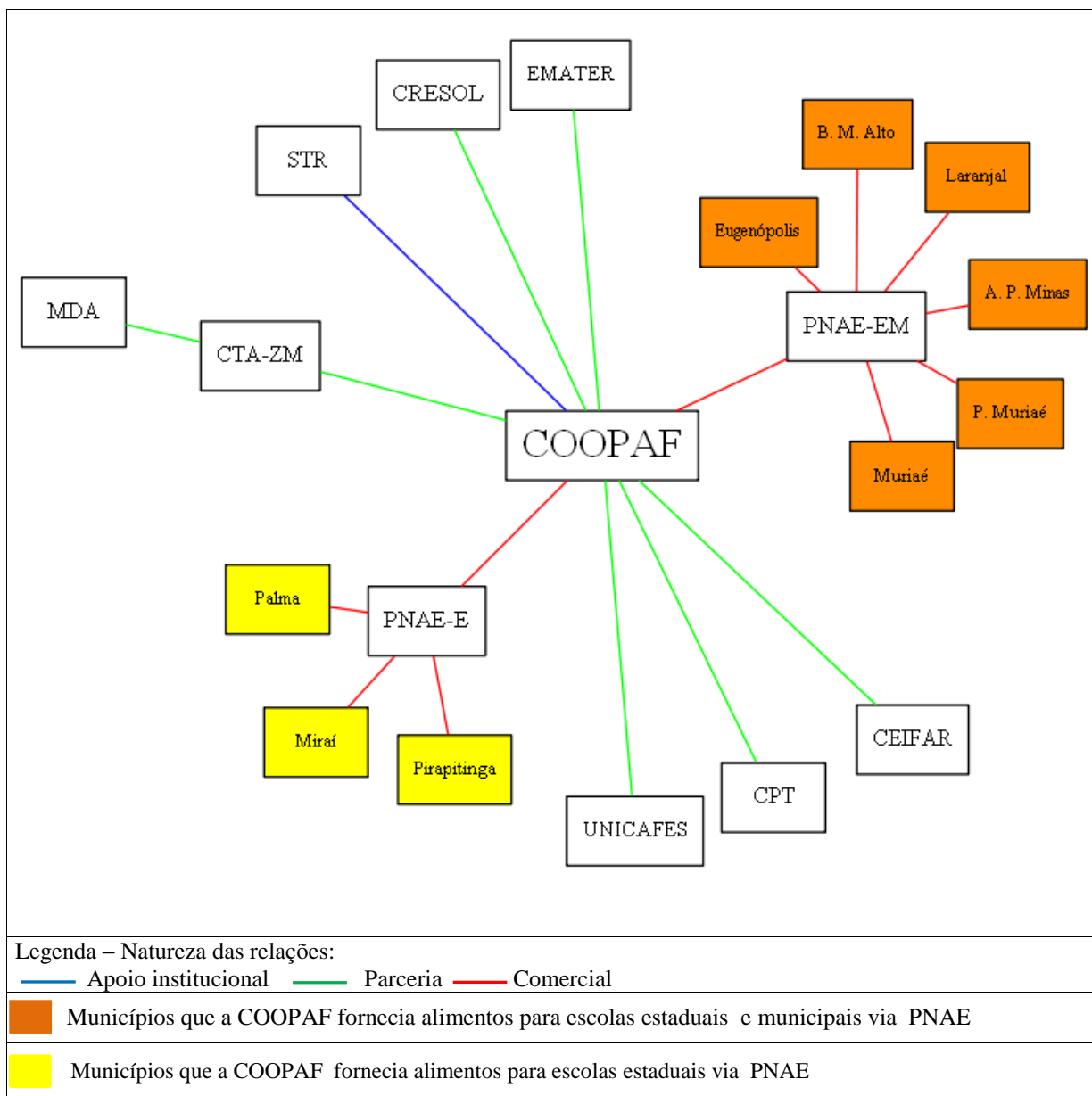


Figura 2: Rede social da COOPAF em 2015.

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2015. Elaborada pela autora.

#### 4.2. Implicações das Redes Sociais para o Acesso às Políticas Públicas

A partir da análise das redes sociais é possível perceber aspectos semelhantes e divergentes entre as cooperativas, que podem ser colocados como fatores condicionantes para o acesso às políticas públicas, como o PAA e/ou PNAE.

Desde a própria gênese das cooperativas, a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas. Foi possível observar, pela trajetória histórica das cooperativas, que o processo de criação da COOPRAMM partiu de “cima para baixo” e não pela organização dos agricultores familiares. Ao contrário do que ocorreu na COOPAF, uma vez que a motivação para a sua constituição surgiu dos próprios agricultores, ou seja, o fluxo de

decisão foi de “baixo para cima”. Nesse sentido, Bergamim (2004) destaca que, na medida em que a criação de associações ou cooperativas decorre da iniciativa do poder público e não dos agricultores familiares, estas organizações limitam-se ao fornecimento de mecanismos de apoio ao seu funcionamento, mas não se constituem como instrumentos de garantia de melhores condições de produção e comercialização ou de representação de seus interesses.

Além disso, na constituição da Associação dos Produtores de Canaã, a EMATER e a prefeitura foram organizações que lideraram o processo. Os entrevistados da COOPRAMM relataram não ter passado por muitas dificuldades para a criação da associação e posteriormente da cooperativa, uma vez que contaram com a assistência da EMATER, em que o técnico agrícola tomou a iniciativa de conduzir os procedimentos. Contudo, afirmou-se que as dificuldades maiores vieram depois, para fazer a cooperativa funcionar, como mencionou um entrevistado:

Bom, foi assim, pra construir não teve tanta dificuldade, assim teve o tempo, a burocracia de documentos, esse negócio todo. A dificuldade foi de manter ela né? Por falta de informação! Você vê, agora, que só agora deram os cursos pra gente, aí que abriu o olho né? Começamos a abrir o olho! (COOPRAMM 1).

Ou seja, o entrevistado relata a falta de conhecimento dos cooperados e dos membros da diretoria da COOPRAMM, sobre como de fato deve funcionar uma cooperativa. O curso a que ele se refere é uma das ações desenvolvidas por um projeto de ATER, conduzido por uma equipe de mediadores da UFV.

Outra organização que participou da rede da associação que deu origem à COOPRAMM foi o MDA, mas restringiu sua participação no aporte ao recurso financeiro para a construção dos galpões. Já a prefeitura e a EMATER mantiveram uma relação de apoio constante com a COOPRAMM ao longo do tempo.

Em contradição, na AIPAT, os agricultores praticamente não contaram com o apoio de um profissional de assistência técnica no momento da sua constituição. Mas posteriormente, o apoio da qualificação profissional foi fundamental para o seu desenvolvimento. Isso porque o STR disponibilizou recurso para que um técnico agrícola pudesse atender os produtores da associação durante duas vezes na semana. Quando constituída a cooperativa, o técnico continuou prestando serviços aos agricultores da COOPAF. Porém, esses serviços passaram a ocorrer apenas uma vez na semana devido ao fato de que a cooperativa precisou arcar com os recursos da contratação do técnico, por isso foi preciso reduzir sua carga de trabalho.

O STR e a CPT foram fundamentais para o processo de criação e crescimento da COOPAF. Particularmente, o STR foi de grande importância para o desenvolvimento da cooperativa, como relata um entrevistado:

O sindicato foi fundado em 1986, e assim, toda política pública, toda a questão de associativismo, o sindicato vem carregando isso [...] o sindicato ajudou a formar a associação, a cooperativa de crédito, até então ajuda no trabalho da cooperativa, que hoje tá começando a caminhar sozinha, mas foi o sindicato mesmo que deu o apoio (COOPAF 3).

Os achados na literatura também apresentam sobre a importância de instituições locais para o desenvolvimento da agricultura familiar. No estudo de Ferreira et al. (2009), os atores sociais entrevistados relataram que, embora não sejam organizações criadas pelo Estado, os sindicatos, cooperativas e associações são formas de mobilização dos produtores de suma relevância, pois, no geral, as atividades dessas organizações tendem a contribuir com os interesses sociais, políticas e econômicos da agricultura familiar.

Como aspecto semelhante, observa-se que, tanto em Canaã quanto em Muriaé, a primeira mobilização para a organização social dos agricultores familiares foi na forma de uma associação. Para Rios e Carvalho (2007), muitas vezes as cooperativas surgem primeiramente como associações, sendo estas um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado.

Primeiramente, as associações contavam com o apoio de poucas organizações no ato de constituição, mas que fizeram a diferença para a transição e desenvolvimento das cooperativas e para o acesso às políticas públicas, no caso da COOPAF.

Isso é nítido pela forma como a rede da COOPRAMM e da COOPAF se diferenciam a partir do momento que, ainda da forma de associação, a AIPAT insere-se como entidade articuladora na implementação do PAA do PNAE. Assim, o apoio contínuo e representação do STR foi fundamental para o repasse do conhecimento sobre as políticas públicas e no auxílio à sua execução para a associação de Muriaé. A rede da AIPAT então se ampliou com a entrada das entidades beneficiárias do PNAE dos municípios da região, assim como também com as vendas para o PAA formação de estoques.

Desde 2009, durante todo o período de transição de associação para cooperativa, os agricultores da COOPAF sempre acessaram o PNAE por intermédio da associação. Com o crescimento das vendas do PNAE, eles optaram por não acessar mais o PAA, por aspectos relacionados ao preço, logística de entrega, questões burocráticas e sanitárias, conforme relata o depoimento dos entrevistados:

Foi a questão da logística e do preço [os motivos que levaram a não acessarem mais o PAA]. Porque o preço do PAA era pequeno direto pro agricultor. Porque pra gente entregar tinha a questão dos impostos. Nós fizemos convênio com a prefeitura de Muriaé e de Rosário de Limeira e eles pagavam a entrega, aí depois não podia fazer mais essa logística, o produtor teria que fazer a entrega direto. Aí pro produtor sair lá da roça com o produto e entregar direto e picado no local pra ele não tinha como (COOPAF 3).

A gente entregou em 2013 unificados pro PAA, com a nova lei de 2014 não foi mais possível, só era permitido você entregasse produtos mediante a questão da vigilância sanitária com estrutura física e tudo mais. Então os grupos, a comunidade não tem essa estrutura de uma padaria, de uma indústria [...] o PAA hoje, pela CONAB seria meio que inviável de se funcionar [no caso da cooperativa]. Agora a burocracia que se tá exigindo é extremamente fora do normal. Assim, a questão do PAA hoje, pra nós essa exigência do doce, da polpa, do leite, do suco é inviável. Então hoje o PAA pela CONAB a gente vê que é fora de cogitação para nós, infelizmente, porque é um programa bem interessante (COOPAF 2).

Fenômeno semelhante foi encontrado no estudo de Cunha (2015), que, ao analisar os efeitos das políticas públicas de compra governamental para agricultura familiar no município de Espera Feliz, o autor constatou que a operacionalização do PAA no município apresentou desafios mais acentuados quando comparados ao PNAE, como o menor preço pago aos produtores, assim como também a maior demora na aprovação do projeto e no prazo de recebimento dos recursos financeiros.

Na COOPRAMM, pela rede que marca o seu processo de constituição, nota-se a entrada de duas novas organizações, representadas pela empresa agrícola (atravessador) e a empresa de contabilidade. As vendas da cooperativa eram feitas para um atravessador, o que trouxe sérias implicações para os demonstrativos financeiros da organização, pois os agricultores estavam vendendo a fubarina a um preço que não compensava os custos de processamento do milho.

Pode-se constatar como o mercado no qual a cooperativa está inserida também é de fundamental relevância para o seu desenvolvimento, pois o preço pago, a garantia da venda, o desenvolvimento regional e o consumo de alimentos agroecológicos foram algumas das vantagens citadas pelos entrevistados da COOPAF sobre os benefícios de se vender para o mercado institucional, enquanto os entrevistados da COOPRAMM possuem entre os seus principais desafios, a forte presença do atravessador na região.

Assim, a inserção qualificada no mercado representa um aspecto importante para geração de vantagens competitivas quando os produtores estão organizados em cooperativas. Como menciona Pires (2010), o cooperativismo representa a institucionalização de um espaço social, político e econômico no qual os agricultores podem potencializar o seu potencial

produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Enquanto a COOPAF ainda funcionava como associação (AIPAT), os encargos para comercialização eram altos, o que também impulsionou a criação da cooperativa. Depois da decisão por sua constituição em 2011, um longo caminho foi percorrido até 2015, ano no qual a organização passou a funcionar plenamente na implementação do PNAE. Atrelado a esse período de transição, a entrada de novos atores na rede (CTA-ZM, CRESOL, CEIFAR-ZM, UNICAFES-MG, MDA e UFV) foi de extrema importância para o acesso ao programa.

Isso porque o CTA-ZM oferece cursos de capacitação aos agricultores voltados para as práticas agroecológicas; a CRESOL facilita o acesso dos agricultores ao crédito rural; a CEIFAR auxilia na apuração dos demonstrativos financeiros e contábeis; a filiação à UNICAFES trouxe maior visibilidade à cooperativa; o MDA, por intermédio do Programa Mais Gestão tem contribuído para a capacitação da administração da cooperativa, especificamente para o acesso ao PNAE; e a UFV, com a disponibilização de um estagiário que desenvolve trabalhos diretamente na cooperativa, também têm se firmado como uma parceira na atual rede de relações sociais da COOPAF.

A venda para o PNAE é o negócio chave da COOPAF, que desde a época em que a comercialização era feita por meio da associação, atende a nove municípios na região de Muriaé. Assim, nota-se que o PNAE vem contribuindo para um modelo de desenvolvimento que combina fatores endógenos e exógenos, uma vez que o desenvolvimento da região está sendo proporcionado por redes nas quais os recursos são mobilizados, o controle do processo produtivo é constituído pela interação de forças externas e internas e os atores das regiões rurais estão envolvidos em redes locais e externas (TERLUIM, 2003).

Com a entrada de novos membros na rede da COOPAF, foi possível observar que assim como a rede promoveu alterações no conjunto de vínculos da cooperativa, a política pública também condicionou a entrada de novas organizações na rede, como por exemplo, o MDA, em que a cooperativa foi selecionada pelo Programa Mais Gestão para ter uma maior qualificação gerencial para a participação no mercado institucional.

Fato similar é observado no estudo de Freitas (2015), que ao analisar como a configuração da rede influenciou o processo de implementação da Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Território Serra do Brigadeiro, o autor verificou que a morfologia da rede promoveu inflexões na trajetória da política pública e conduziram-na por

vias específicas, mas a própria política também influenciou a morfologia da rede, ampliando os contatos e aproximando grupos divergentes e atores historicamente separados.

Já na COOPRAAM, poucas alterações ocorreram nas redes sociais ao longo do tempo. A prefeitura, a empresa de contabilidade, a EMATER e a UFV compuseram a rede da cooperativa no ano de 2015. Destaca-se o apoio contínuo da prefeitura desde primeira mobilização organizativa na forma de associação. A relação com o contador é meramente comercial. Já a EMATER e a UFV possuem uma relação de parceira com a cooperativa, seja no assessoramento, como no caso da EMATER, seja na realização de projetos, como no caso da UFV.

Poucos cooperados participam ativamente das atividades da cooperativa e além disso, os membros da diretoria carecem de procedimentos regulares de gestão, ficando a necessidade de um maior treinamento para eles possam ter menos dificuldades na administração da cooperativa, visto que não possuem recursos para a contratação de um profissional.

Como se evidencia na literatura, nos empreendimentos solidários da agricultura familiar, a gestão apresenta a especificidade de ser coletiva, o que traz um caráter mais complexo para o seu desenvolvimento (FREITAS et al., 2009). Alguns problemas de desempenho das cooperativas são consequência da não divisão entre a propriedade e controle, sendo os associados ao mesmo tempo usuários e donos, além de não apresentarem geralmente o devido preparo e experiência para bem administrar uma organização cooperativa (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Embora os agricultores da COOPRAMM não sejam beneficiários do PAA ou PNAE, existe interesse por parte deles em acessá-los com a intermediação da cooperativa. No entanto, observa-se a necessidade de um trabalho precedente de estruturação interna da mesma, para assim, realizar ações voltadas para o acesso ao mercado institucional.

Nesse sentido, Campos (2014) buscou compreender como as redes sociais às quais diferentes tipos de agricultores se inserem interferem no acesso, tradução e interface em relação às políticas públicas. A autora ressalta que, o acesso a uma determinada política pública muitas vezes deve ser precedido por estratégias mais importantes, colocando como exemplo a situação de meeiros que não possuem acesso a terra como um fator limitante para acessar políticas públicas, como o PRONAF, o PAA e o PNAE.

No caso deste estudo, os principais fatores limitantes da COOPRAMM para a inserção no mercado institucional estão relacionados aos gargalos no processo de gestão, a pouca

participação dos cooperados nas atividades da cooperativa e a própria morfologia da rede, pois não há atores que motivem/auxiliem a cooperativa para acessar o mercado institucional.

Assim, esses fatores precisam ser minimizados ou superados para posteriormente realizar-se um trabalho de capacitação com os agricultores para o acesso às políticas públicas. Vale ressaltar a importância dos atores sociais nesse processo, assim como também a necessidade de se abrir a rede para a entrada de novos atores que poderão contribuir nessa intermediação. Atrelado a isso, ressalta-se a importância da rede para o gerenciamento de cooperativas, uma vez que na COOPAF, a parceria com a CEIFAR-ZM é fundamental para que os processos administrativos e contábeis sejam realizados adequadamente.

Existem organizações no qual as relações antecederam a constituição das cooperativas e sempre estiveram presentes nas redes sociais formadas, destacando a prefeitura e a EMATER na COOPRAMM e o STR e a CPT na COOPAF. Além disso, prevalece uma relação mais estreita dessas organizações com as cooperativas, o que indica a presença de um tipo de vínculo caracterizado por Granovetter (1983) como laços fortes, que são relações de maior proximidade no convívio social e maior frequência que proporcionam maior amparo e segurança.

No entanto, os elos estabelecidos por meio de laços fracos também são essenciais para o desenvolvimento das cooperativas. Isso porque, para Granovetter (1983), a importância desse tipo de vínculo está na capacidade inovadora que ele oferece, pois os laços fracos proporcionam aos atores sociais o acesso a recursos e a informações que não poderiam ser acessados em seus vínculos mais restritos. Na COOPAF, os laços fracos foram fundamentais para transpor a venda da produção de mercados privados restritos para os mercados institucionais de diferentes municípios da microrregião de Muriaé. Por exemplo, a parceria com o CTA-ZM, que executa o Programa Mais Gestão do MDA, possibilitou maior qualificação para a participação no PNAE.

Ademais, cumpre salientar as especificidades do contexto local em que as cooperativas estão inseridas, o conjunto de atores sociais aos quais se relacionam e o engajamento desses atores. Nesse aspecto, ressalta-se a importância das estratégias e das políticas públicas de desenvolvimento rural serem formuladas levando em conta as redes de relações sociais existentes no meio rural.

Como é relatado na literatura, a abordagem das redes sociais leva em conta o reconhecimento de que existem diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas em diferentes áreas rurais (MURDOCH, 2000); o rural é formado diferentes tipos de espaços, tal

como uma série de configurações da rede local ou não local (MARSDEN 1998) e a estratégia de desenvolvimento rural fundamenta-se no fortalecimento das redes que melhor traduzem a sua configuração espacial (GUIMARÃES, 2013). Assim, a importância de políticas públicas como o PNAE se intensifica, pois como é colocado por Ploeg (2011), os mercados institucionais estão inseridos em novas redes sociotécnicas que possibilitam a construção de novas trajetórias de desenvolvimento rural.

## **5. Considerações Finais**

Com a mudança de enfoque dos estudos rurais do modelo de modernização agrícola para o modelo de desenvolvimento rural, têm-se, entre outros aspectos, um direcionamento das abordagens teóricas para as inovações institucionais nas políticas públicas de desenvolvimento rural, que passaram a ter como foco a agricultura familiar. Outro aspecto importante diz respeito ao uso da abordagem das redes para a análise das dinâmicas sociais presentes no meio rural.

Nesse contexto de inovação institucional, organizações como associações e cooperativas passaram a desempenhar um importante papel na implementação das políticas públicas como o PAA e o PNAE, fazendo a intermediação entre a agricultura familiar e as entidades beneficiárias. Sendo assim, sob uma perspectiva comparativa, esta pesquisa buscou compreender a influência das redes sociais na implementação das políticas públicas por intermédio das cooperativas da agricultura familiar.

Os resultados revelam que a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas desde a própria gênese das cooperativas. O engajamento dos atores sociais envolvidos na constituição da COOPAF e da COOPRAMM teve consequências diretas para a inserção no mercado institucional. Isso porque, na COOPAF, o apoio de organizações como o STR e a CPT desde a sua criação desencadeou em futuras oportunidades de acesso ao PAA e depois ao PNAE, devido ao fato de que essas organizações desempenharam um suporte contínuo na representação dos agricultores familiares, na transferência de informações sobre as políticas públicas, além do apoio financeiro (por parte do STR).

Já na COOPRAMM, das organizações que compuseram as redes sociais desde sua criação, destaca-se a presença da prefeitura e da EMATER. No entanto, apesar do apoio contínuo dessas organizações, não houve uma mobilização para o acesso às políticas públicas por parte destas. Trata-se de um cenário em que a cooperativa é tutelada por essas organizações, apresentando uma completa dependência, principalmente da prefeitura, para que ela funcione.

Ressalta-se também a necessidade de um trabalho precedente às estratégias para à inserção no mercado institucional na COOPRAMM, uma vez que existem fatores internos à cooperativa que estão inibindo o seu desempenho, como por exemplo, as dificuldades nos processos administrativos e a baixa participação dos associados. Logo, evidencia-se a importância do apoio das organizações que compõem sua rede e do estabelecimento de novas parcerias que vão contribuir para o seu desenvolvimento, e consequentemente, o acesso às políticas públicas.

As constatações dessa pesquisa revelam que a necessidade da análise do plano local fica nítida quando se observa o contexto em que a COOPRAMM e a COOPAF estão inseridas. É possível notar que, na medida em que as organizações estão inseridas em redes sociais mais estruturadas, com atores mais engajados para o seu desenvolvimento, como na COOPAF, propicia-se maior acesso às políticas públicas de compra institucional.

Assim sendo, o que ocorre no plano local é um importante contributo que deve ser levado em conta quando se compara diferentes realidades, dado que, quando um problema público entra para a agenda governamental e se torna uma política pública, na medida em que essa política é implementada, os atores locais assumem diferentes papéis, que podem contribuir ou não para a efetividade das políticas públicas. Logo, a análise das redes sociais mostra-se uma ferramenta analítica importante na compreensão dos processos desencadeados pelas políticas públicas e das dinâmicas sociais no meio rural, considerando as especificidades do contexto local.

## 6. Referências

- ANDREWS, C. W. Anti-poverty policies in Brazil: reviewing the past ten years. **International Review of Administrative Sciences**, v. 70, n. 3, p. 477-488, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BERGAMIM, M. C. **Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)> Acesso em: 05 mar. 2015.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D. et al. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. Editora Pioneira, 2000.

- CAMPOS, A. P. T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2014.
- CÓDIGO CIVIL DE 2002. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui sobre o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 15 jun. 2015.
- CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM). Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa (MG), 2015.
- FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 3, p. 769-792, 2009.
- FREITAS, A. F. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições**. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG), 2015.
- FREITAS, A. F.; PEDRA, M. S.; FREITAS, A. F.; SILVA, M. G.; DIAS, M. M. O cooperativismo popular como forma de organização da agricultura familiar. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 6, n. 8, p. 110-119, 2009.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário - 2006**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 26 jan. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- MARQUES, E. C. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, out. 1999.
- MARSDEN, T. New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Cartilha técnica para gestores públicos da alimentação escolar**. Brasília, 2012. Disponível em: <[www.mda.gov.br/alimentacaoescolar](http://www.mda.gov.br/alimentacaoescolar)> Acesso em 25 maio 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Emissão de **Extrato de DAP**. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaTitular.aspx>> Acesso em 25 maio 2015.
- MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRJ, Rio de Janeiro, v.20, p.139, 2012.
- MURDOCH, J. Networks - a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, v. 16, p. 407-419, 2000.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p83-100, 2001.
- NAVES, F.; ROMANO, J. Significados de luta: um olhar sobre a “conquista de terras” na Zona da Mata de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 1, p.11-21, 2011.
- PIRES, M. L. L. e S. Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação? **Jornadas Nacionais de Extensão Rural**, v. 15, p. 6-8, out. 2010.
- PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 27, p. 114-140, 2011.
- PLOEG, J. D. van der.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Rivista di Economia Agraria**, a. LXV, n. 2, giugno 2010.
- PORTUGAL, S. Contributos para uma discussão do conceito de redes na teoria sociológica. **Oficina do CES n° 271**. Março de 2007.
- RIOS, G. S. L.; CARVALHO, D. M. Associações de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas. ESAC. **Economia Solidária e Ação Cooperativa (UNISINOS)**, v. 2, p. 139/05-146, 2007.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3 (119), p. 511-531, 2010.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SILVA, M. G. da; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.
- SILVA, M. K.; ZANATA Jr., R. Dossiê Redes Sociais. **Revista USP**, São Paulo, n. 92, p. 114-130, 2012.
- SIMÃO, G. L.; SILVA, E.A.; SILVEIRA, S.F.R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **RERS**, v. 52, n. 3, p. 533-548, 2014.

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, v.19, p. 327-344, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

## CONCLUSÃO GERAL

Com esta dissertação, buscou-se compreender o papel das cooperativas da agricultura familiar na articulação da implementação de políticas públicas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O trabalho foi composto por três artigos, no qual o primeiro se pauta em procedimentos metodológicos quantitativos por meio de técnicas de análise multivariada de dados. Já no segundo e no terceiro artigo realizou-se um estudo de caso em cooperativas da agricultura familiar – COOPRAMM e COOPAF, localizadas na Zona da Mata mineira.

Através da proposição do primeiro artigo, de analisar o desenvolvimento rural no estado de Minas Gerais e verificar se a agricultura familiar é um fator preponderante para explicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros, tornou-se possível conhecer os fatores determinantes do desenvolvimento rural e o ranking dos municípios quanto ao Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). O modelo logit multinomial foi capaz de prever com maior precisão os casos enquadrados no grupo de médio desenvolvimento rural, apresentando para esse grupo 70,4% de previsão correta de classificação. De maneira geral, o modelo apresentou 45,6% dos casos classificados corretamente, ou seja, para essa porcentagem de municípios, a agricultura familiar é capaz de prever o grau de desenvolvimento rural.

Pelo segundo artigo foi possível identificar os elementos condicionantes, as barreiras inibidoras do desempenho e os principais desafios e que as cooperativas da agricultura familiar enfrentam para se consolidarem como entidades do mercado institucional. Os elementos condicionantes para o acesso ao mercado institucional estão associados à trajetória histórica das organizações, ao gerenciamento e à assistência técnica. O que se percebe é que, na COOPAF, o PNAE representou uma oportunidade para o crescimento e desenvolvimento da cooperativa, embora existam algumas dificuldades (associadas à qualidade, operacionalização da política pública e organização dos produtores) para a participação no mercado institucional. Todavia, na COOPRAAM, os desafios são ainda maiores, pois por uma série de empecilhos associadas à própria dinâmica organizacional da cooperativa, o empreendimento ainda não conseguiu se tornar uma entidade articuladora do mercado institucional, embora seja interesse dos seus associados. Quanto às barreiras inibidoras do desempenho, na COOPRAMM o maior número de barreiras centrou-se no grupo das barreiras organizacionais, sucedido das barreiras individuais e ambientais. A COOPAF apresentou um menor número de barreiras em todos os grupos em relação à COOPRAMM.

Já a análise proposta pelo terceiro artigo, de compreender como as cooperativas se articulam nas suas redes de relações sociais e de que modo a configuração das redes influencia no acesso ao PAA e/ou PNAE, observa-se que a rede social é um fator condicionante para o acesso às políticas públicas. Foi possível notar que, na medida em que as cooperativas estão inseridas em redes sociais mais estruturadas, com atores mais engajados para o seu desenvolvimento, como no caso da COOPAF, propicia-se maior acesso às políticas públicas de compra institucional. No caso da COOPRAMM, ressalta-se a necessidade de um trabalho precedente às estratégias para a inserção no mercado institucional, evidenciando também a importância do apoio dos atores sociais que fazem parte da rede da cooperativa e do estabelecimento de novas parcerias que vão contribuir para o seu desenvolvimento, e consequentemente, o acesso às políticas públicas.

Ademais, espera-se que este trabalho contribua no subsídio aos elementos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos quanto ao nível de desenvolvimento rural dos municípios mineiros, destacando-se a importância do direcionamento de ações estatais para os municípios com menores índices de desenvolvimento rural. Esta pesquisa também se revela como um instrumento útil para a análise da efetividade das cooperativas da agricultura familiar como espaços articuladores das políticas públicas, sendo possível perceber os principais desafios que estas enfrentam para se consolidarem no mercado institucional. Vale ressaltar a relevância de um trabalho que precede o acesso às políticas públicas em cooperativas e a análise das redes sociais em que as cooperativas estão inseridas.

Por fim, abre-se um espaço para a realização de pesquisas futuras que contemplem um maior horizonte temporal na análise do desenvolvimento rural dos municípios mineiros e um maior número de cooperativas da agricultura familiar, o que pode contribuir para a identificação de outros fatores determinantes do desenvolvimento rural, outros aspectos condicionantes para o acesso ao mercado institucional, assim como também outros desafios e barreiras inibidoras do desempenho.

## **APÊNDICES**

**Apêndice A: Ranking dos municípios mineiros quanto ao Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) – Artigo I**

<b>Municípios/MG</b>	<b>IDR</b>
Maripá de Minas	100,00
Pedra Dourada	90,41
Rio Acima	89,64
Uruana de Minas	89,10
Carmésia	88,89
Campo Florido	87,29
Paiva	87,10
Rio Preto	85,11
Santana do Garambéu	84,88
Belmiro Braga	84,73
Romaria	84,34
Mariana	84,17
Piau	83,77
Indianópolis	83,61
Pequeri	83,44
Argirita	83,02
Umburatiba	82,20
Campos Altos	82,15
Conquista	82,00
Itanhandu	80,96
Taquaraçu de Minas	80,68
Materlândia	80,61

Monjolos	80,57
Campanário	80,42
Ouro Verde de Minas	80,36
Coromandel	80,36
Liberdade	80,31
Itabirito	80,26
São Gonçalo do Rio Preto	80,25
São José da Safira	80,07
Estrela do Indaiá	79,90
Itamonte	79,84
Cabo Verde	79,35
Mata Verde	79,17
Pintópolis	79,03
Pouso Alto	78,68
Dona Euzébia	78,52
Matias Cardoso	78,50
Santo Antônio do Itambé	78,05
São Brás do Suaçuí	77,91
Almenara	77,90
Nova União	77,89
Pequi	77,86
Ingaí	77,76
Carmo da Mata	77,75
Araújos	77,73
Coronel Pacheco	77,55
Confins	77,54
Campanha	77,51
Cana Verde	77,41

Contagem	77,41
Santana do Riacho	77,39
Madre de Deus de Minas	77,22
São Miguel do Anta	77,06
Rio Casca	77,04
Varjão de Minas	77,01
Palmópolis	76,84
Ponto Chique	76,77
Arceburgo	76,52
Chiador	76,42
Malacacheta	76,37
Coronel Xavier Chaves	76,32
Campo do Meio	76,09
Guaranésia	76,02
Passa Vinte	75,88
Pedro Teixeira	75,88
Serra dos Aimorés	75,85
Tapira	75,85
Iraí de Minas	75,81
Nova Lima	75,80
Ouro Preto	75,52
Florestal	75,38
Patrocínio do Muriaé	75,37
Nepomuceno	75,28
São José da Varginha	75,25
Areado	75,14
Santa Bárbara	75,11
Natalândia	74,99

Cruzeiro da Fortaleza	74,94
São Gonçalo do Rio Abaixo	74,88
Ipiacú	74,86
Bambuí	74,85
Matias Barbosa	74,76
Planura	74,70
Volta Grande	74,65
Ibituruna	74,56
Chácara	74,45
Divinolândia de Minas	74,37
Conceição do Pará	74,28
Rio do Prado	74,26
Caxambu	74,16
São Bento Abade	74,08
Divisa Alegre	74,08
Cuparaque	73,98
Caranaíba	73,92
Fama	73,91
Patis	73,84
Bom Sucesso	73,78
Serra do Salitre	73,75
Santa Luzia	73,70
Bela Vista de Minas	73,67
Luz	73,54
Igaratinga	73,52
Salto da Divisa	73,48
Barão de Cocais	73,47
Conceição do Rio Verde	73,45

Descoberto	73,44
Maxacalis	73,39
Reduto	73,34
Ribeirão Vermelho	73,20
Wenceslau Braz	73,16
Guarará	73,10
Acaiaca	73,05
Tiradentes	73,02
Claraval	72,97
Cássia	72,90
Pescador	72,87
Vieiras	72,86
Setubinha	72,77
Amparo da Serra	72,76
Sabinópolis	72,74
São João Batista do Glória	72,74
Carmo de Minas	72,69
Olhos D' Água	72,67
Pratinha	72,62
Campo Belo	72,58
Santa Bárbara do Monte Verde	72,54
Senador Cortês	72,50
Três Marias	72,48
Cabeceira Grande	72,48
Santo Antônio do Aventureiro	72,48
Heliodora	72,43
Serro	72,31
Ibirité	72,30

Ubaí	72,28
Passa Tempo	72,27
Turmalina	72,20
Catas Altas	72,08
Doresópolis	71,97
Divinésia	71,96
Carmo do Cajuru	71,90
Couto de Magalhães de Minas	71,71
Araporã	71,70
Carmo da Cachoeira	71,67
Ibiraci	71,66
Cachoeira da Prata	71,66
Cristiano Ottoni	71,58
Marmelópolis	71,55
Paracatu	71,54
Rio Vermelho	71,45
Santo Antônio do Gramma	71,42
Maravilhas	71,40
Santana de Pirapama	71,38
Abaeté	71,37
Ewbank da Câmara	71,36
Cruzília	71,32
Capitólio	71,26
Pará de Minas	71,25
Capinópolis	71,22
Santa Rosa da Serra	71,22
Tabuleiro	71,22
Araxá	71,20

Guimarânia	71,15
Carbonita	71,13
Fronteira	71,10
Vargem Bonita	71,05
Caetanópolis	71,05
Ressaquinha	71,05
Bom Despacho	71,05
Douradoquara	71,04
Barão do Monte Alto	70,90
Limeira do Oeste	70,87
Brumadinho	70,85
Alpinópolis	70,84
Delfim Moreira	70,81
Monte Carmelo	70,77
Capetinga	70,73
Extrema	70,70
Santana do Deserto	70,69
Astolfo Dutra	70,66
Piedade dos Gerais	70,62
Bom Jardim de Minas	70,54
Veríssimo	70,52
Tiros	70,48
Jequitinhonha	70,45
Carmo do Rio Claro	70,44
Silveirânia	70,42
Delfinópolis	70,38
Lagoa Santa	70,37
Pocrane	70,34

Sardoá	70,33
Pirapetinga	70,31
Senhora do Porto	70,28
Itabira	70,14
São Joaquim de Bicas	70,10
Tapiraí	70,08
Santa Rita do Itueto	70,04
Piranga	70,04
Jesuânia	70,00
João Pinheiro	69,99
Campestre	69,99
Soledade de Minas	69,96
Frei Inocência	69,95
Piraúba	69,91
Rosário da Limeira	69,91
Abadia dos Dourados	69,87
Jaguaraçu	69,87
Sapucaí Mirim	69,84
Santa Cruz de Salinas	69,82
São Gotardo	69,82
Entre Rios de Minas	69,81
Oliveira Fortes	69,77
Iturama	69,66
São João da Lagoa	69,64
Naque	69,63
Botelhos	69,62
Capelinha	69,62
Perdizes	69,57

São Sebastião do Rio Preto	69,56
Baependi	69,54
Guarani	69,45
Itamogi	69,41
Paraisópolis	69,40
Córrego Danta	69,40
Curral de Dentro	69,39
Conceição das Alagoas	69,37
Juiz de Fora	69,31
Congonhal	69,28
Cambuquira	69,23
Água Comprida	69,23
Oratórios	69,20
Itajubá	69,19
Ipatinga	69,17
Andrelândia	69,14
Cambuí	69,11
Juatuba	69,10
Morro do Pilar	69,05
Coroaci	69,04
Aracitaba	69,03
Olaria	68,99
Bicas	68,98
Estrela do Sul	68,96
Ervália	68,95
Felisburgo	68,88
Piedade de Caratinga	68,87
Piedade de Ponte Nova	68,83

Itanhomi	68,75
Guaxupé	68,75
São Sebastião do Rio Verde	68,71
Cataguases	68,67
São João do Pacuí	68,66
Poço Fundo	68,64
São Sebastião do Maranhão	68,61
São Tomé das Letras	68,60
Pratápolis	68,56
Monte Formoso	68,49
Ponte Nova	68,47
Ibiá	68,46
Paulistas	68,42
Lagoa Grande	68,37
Delta	68,31
Itaipé	68,30
Itatiaiuçu	68,28
Tumiritinga	68,28
Montalvânia	68,27
Quartel Geral	68,25
Diogo de Vasconcelos	68,20
Serranópolis de Minas	68,18
Betim	68,06
Gonçalves	68,04
Conselheiro Lafaiete	67,96
Caratinga	67,91
Alvarenga	67,89
Campos Gerais	67,88

Cláudio	67,82
Angelândia	67,79
Pirapora	67,76
Capitão Andrade	67,74
Ijaci	67,69
Frutal	67,68
Jampruca	67,67
Congonhas	67,63
Ituiutaba	67,60
Ipaba	67,55
Guarda-Mor	67,51
Teófilo Otoni	67,48
Periquito	67,46
Nova Módica	67,43
Boa Esperança	67,42
São João do Manhuaçu	67,35
Iguatama	67,35
Ninheira	67,30
São Tiago	67,27
Capela Nova	67,23
Itaú de Minas	67,20
Poté	67,17
Santa Juliana	67,15
Lambari	67,14
Cajuri	67,10
Alfenas	67,07
Divisa Nova	67,06
Arantina	67,02

Pedras de Maria da Cruz	66,98
Santo Antônio do Amparo	66,97
Goianá	66,97
Pedra Bonita	66,96
Itumirim	66,95
Verdelândia	66,93
São Geraldo da Piedade	66,92
Camanducaia	66,85
Raposos	66,83
Onça do Pitangui	66,81
Antônio Prado de Minas	66,75
Rodeiro	66,75
Japaraíba	66,73
Coimbra	66,72
Paula Cândido	66,70
Rio Doce	66,65
Senador Amaral	66,62
Além Paraíba	66,62
Mar de Espanha	66,62
Datas	66,54
Piranguçu	66,53
Canápolis	66,51
Dom Joaquim	66,48
Santana do Manhuaçu	66,46
São José do Jacuri	66,45
Dom Bosco	66,44
Prata	66,41
Rochedo de Minas	66,39

Careaçu	66,38
Dionísio	66,34
Mutum	66,34
São Sebastião da Vargem Alegre	66,31
Peçanha	66,30
Patrocínio	66,24
Montezuma	66,23
Tombos	66,22
Serra Azul de Minas	66,17
Nazareno	66,17
Bertópolis	66,14
Cachoeira de Minas	66,12
Camacho	66,11
Medeiros	66,05
Santa Bárbara do Leste	66,05
Juvenília	65,98
São Vicente de Minas	65,96
Cordislândia	65,95
São José da Barra	65,94
Pitangui	65,94
Itapeva	65,94
Consolação	65,91
Carvalhópolis	65,90
Carvalhos	65,83
Itutinga	65,80
Cristais	65,79
Capim Branco	65,75
Córrego Novo	65,73

São Francisco de Sales	65,73
Canaã	65,70
Itabirinha	65,64
Varzelândia	65,62
Itamarati de Minas	65,61
Arcos	65,60
Barbacena	65,59
Nova Ponte	65,53
Presidente Bernardes	65,52
Morro da Garça	65,49
Águas Vermelhas	65,44
Salinas	65,43
Padre Paraíso	65,43
Inhaúma	65,40
Jacinto	65,40
Dom Silvério	65,36
Governador Valadares	65,36
Leme do Prado	65,35
Turvolândia	65,31
Presidente Kubitschek	65,30
Aguanil	65,29
Viçosa	65,28
Lima Duarte	65,25
Marilac	65,25
Piumhi	65,24
Alpercata	65,24
Carmo do Paranaíba	65,23
Natércia	65,20

São Gonçalo do Pará	65,19
Ipuíuna	65,17
São Geraldo	65,12
Jaboticatubas	65,10
Muriaé	65,04
Aiuruoca	65,03
Alto Caparaó	64,94
Serrania	64,92
Teixeiras	64,91
Santa Maria de Itabira	64,89
Águas Formosas	64,85
Fernandes Tourinho	64,84
São Romão	64,84
Buritizeiro	64,82
Jordânia	64,81
João Monlevade	64,79
São João Nepomuceno	64,79
Passa Quatro	64,79
Itaúna	64,67
Antônio Carlos	64,57
Timóteo	64,52
Simonésia	64,49
Borda da Mata	64,47
Coqueiral	64,45
Santana do Jacaré	64,41
Rio Espera	64,39
Vermelho Novo	64,37
São Pedro do Suaçuí	64,37

Joáima	64,35
Barroso	64,34
Santa Maria do Salto	64,31
Guapé	64,31
Lamim	64,25
Buritis	64,22
Alterosa	64,18
Jacuí	64,15
Itapecerica	64,13
Paraguaçu	64,10
Itaguara	64,07
Belo Oriente	64,05
Araguari	64,05
Três Pontas	64,01
Ilicínea	63,98
Diamantina	63,97
Central de Minas	63,94
Guanhães	63,93
Inimutaba	63,91
Antônio Dias	63,88
Congonhas do Norte	63,84
Entre Folhas	63,80
Raul Soares	63,77
Luminárias	63,72
Dom Viçoso	63,70
São João das Missões	63,69
Resplendor	63,67
Espírito Santo do Dourado	63,66

Araponga	63,65
Matutina	63,63
Rio Manso	63,62
Dores de Guanhões	63,62
Fortuna de Minas	63,61
Senador Firmino	63,59
Rio Novo	63,52
Muzambinho	63,49
São Francisco do Glória	63,48
Jequeri	63,48
Machado	63,45
Sem-Peixe	63,38
Monte Alegre de Minas	63,38
São Gonçalo do Abaeté	63,34
Mesquita	63,28
Cedro do Abaeté	63,26
Alfredo Vasconcelos	63,26
Mercês	63,23
Centralina	63,14
Santa Cruz de Minas	63,11
Pedralva	63,10
Juramento	63,08
Frei Gaspar	63,01
Mathias Lobato	62,98
Ferros	62,93
Carrancas	62,89
Prudente de Moraes	62,87
Medina	62,82

Urucuaia	62,77
Lassance	62,77
Mamonas	62,75
Unaí	62,73
Sabará	62,73
Engenheiro Caldas	62,68
Palma	62,62
Seritinga	62,55
Sacramento	62,47
São José do Goiabal	62,46
Oliveira	62,45
São Sebastião do Anta	62,35
Rio Pomba	62,32
Jacutinga	62,32
Conceição das Pedras	62,27
Catas Altas da Noruega	62,27
Alvinópolis	62,26
Orizânia	62,25
Caeté	62,25
Dores do Indaiá	62,23
Araçai	62,19
Lagoa dos Patos	62,19
Bom Jesus do Amparo	62,19
Faria Lemos	62,17
Felixlândia	62,16
Elói Mendes	62,16
Goiabeira	62,12
Santa Rita de Caldas	62,10

Leopoldina	62,09
Queluzito	61,90
Fronteira dos Vales	61,87
Maria da Fé	61,85
Coronel Murta	61,81
Formiga	61,79
Eugenópolis	61,75
Durandé	61,70
Guidoval	61,67
Carandaí	61,66
São Gonçalo do Sapucaí	61,65
Recreio	61,63
Ibertioga	61,60
Miravânia	61,58
Perdigão	61,54
Monte Sião	61,53
Cascalho Rico	61,53
São Francisco de Paula	61,51
Rubim	61,49
Andradas	61,49
Uberlândia	61,48
Bom Jesus da Penha	61,46
Miraí	61,44
Martinho Campos	61,43
Mirabela	61,39
Toledo	61,38
Piedade do Rio Grande	61,35
Baldim	61,26

Lagoa Formosa	61,25
São José do Divino	61,24
Bandeira	61,18
Itamarandiba	61,12
Dores de Campos	61,10
Pai Pedro	61,09
Lajinha	61,08
Laranjal	61,07
Funilândia	61,05
Cônego Marinho	61,01
Carneirinho	60,97
Cordisburgo	60,93
Cristina	60,88
Bom Repouso	60,87
Ouro Fino	60,85
Buenópolis	60,84
São Domingos das Dores	60,78
Santana do paraíso	60,77
Santa Margarida	60,74
Brasilândia de Minas	60,73
Nanuque	60,72
Conceição do Mato Dentro	60,72
Vargem Grande do Rio Pardo	60,70
São Pedro dos Ferros	60,68
Iapu	60,67
Bias Fortes	60,59
Divinópolis	60,53
Carangola	60,51

Joaquim Felício	60,48
Brazópolis	60,46
Papagaios	60,46
São João da Ponte	60,45
Felício dos Santos	60,45
Bocaiúva	60,42
Lagoa da Prata	60,31
Resende Costa	60,31
São Pedro da União	60,25
Divino das Laranjeiras	60,25
Ibitiúra de Minas	60,22
Berizal	60,07
Braúnas	60,03
Pedro Leopoldo	59,90
Santa Rita do Sapucaí	59,89
Itambacuri	59,80
Santo Antônio do Retiro	59,80
Santo Hipólito	59,67
Bonfinópolis de Minas	59,65
Vazante	59,64
Minduri	59,61
Carmópolis de Minas	59,58
Ipanema	59,57
Casa Grande	59,46
São Domingos do Prata	59,42
Corinto	59,41
Leandro ferreira	59,37
Nacip Raydan	59,35

Aimorés	59,29
Visconde do Rio Branco	59,27
Brás Pires	59,27
Albertina	59,21
Galiléia	59,20
Lagoa Dourada	59,14
Três Corações	59,04
Gouveia	59,03
Mantena	59,02
Pirajuba	58,99
Caiana	58,85
Mário Campos	58,84
Virgínia	58,82
Nova Resende	58,76
São Félix de Minas	58,70
Jaíba	58,69
Monte Azul	58,68
Matipó	58,63
Pompéu	58,56
Alvorada de Minas	58,56
Dom Cavati	58,54
Martins Soares	58,52
Santana de Cataguases	58,47
União de Minas	58,46
Poços de Caldas	58,45
Santana da Vargem	58,41
Pouso Alegre	58,26
Formoso	58,24

Crisólita	58,23
Coluna	58,21
Barra Longa	58,20
Perdões	58,17
Fortaleza de Minas	58,15
Janaúba	58,14
Juruáia	58,10
Pingo D' Água	58,09
Cristália	58,09
Córrego do Bom Jesus	58,08
Morada Nova de Minas	58,05
Taiobeiras	58,03
Mato Verde	57,93
Coronel Fabriciano	57,92
Silvianópolis	57,86
Espera Feliz	57,79
Itaobim	57,73
Munhoz	57,67
Itapagipe	57,67
Curvelo	57,56
Ouro Branco	57,50
Santana dos Montes	57,38
Bandeira do Sul	57,29
Porto Firme	57,23
São José da Lapa	57,19
São Lourenço	57,10
Matozinhos	57,09
Conceição da Aparecida	57,00

Candeias	57,00
Augusto de Lima	56,95
Santa Maria do Suaçuí	56,90
Manhumirim	56,75
Prados	56,73
Novo Cruzeiro	56,69
Carlos Chagas	56,64
São João Evangelista	56,62
Cantagalo	56,54
Jequitibá	56,52
Itueta	56,50
Itambé do Mato Dentro	56,49
Campo Azul	56,45
Bom Jesus do Galho	56,43
São Francisco	56,39
Monte Santo de Minas	56,38
Estiva	56,38
São Sebastião da Bela Vista	56,28
Nova Serrana	56,26
Virginópolis	56,17
Várzea da Palma	55,97
Conceição dos Ouros	55,89
Sericita	55,87
Presidente Olegário	55,81
Inconfidentes	55,80
Minas Novas	55,76
Arapuá	55,75
Capitão Enéas	55,66

Varginha	55,66
Catuji	55,63
Santa Bárbara do Tugúrio	55,51
São Sebastião do Oeste	55,48
Itinga	55,46
Sobrália	55,46
Jequitaiá	55,41
Conselheiro Pena	55,31
Gonzaga	55,26
Itaverava	55,26
Chapada Gaúcha	55,24
Ibiaí	55,21
Senador Modestino Gonçalves	55,15
Senador José Bento	55,10
Tocos do Moji	55,08
São José do Mantimento	55,08
Tocantins	55,07
Rio Pardo de Minas	55,02
Caputira	54,95
Francisco Sá	54,91
Bueno Brandão	54,86
Bonfim	54,82
Biquinhas	54,62
São Tomás de Aquino	54,61
Santa Cruz do Escalvado	54,60
Fervedouro	54,52
Mateus Leme	54,31
Alto Jequitibá	54,28

Urucânia	54,21
Veredinha	54,21
Paraopeba	54,18
Ponto dos Volantes	54,09
Campina Verde	54,00
Pedra do Anta	53,92
Gurinhatã	53,83
Mendes Pimentel	53,78
Engenheiro Navarro	53,77
Virgolândia	53,71
Riachinho	53,63
São João do Oriente	53,56
Montes Claros	53,55
Santa Fé de Minas	53,47
Tupaciguara	53,46
Miradouro	53,45
Vespasiano	53,41
Abre Campo	53,36
Desterro de Entre Rios	53,35
Uberaba	53,28
Conceição de Ipanema	53,03
Guaraciaba	53,02
Ubá	52,97
Piranguinho	52,90
Taparuba	52,77
Esmeraldas	52,71
São Geraldo do Baixio	52,56
Nova Era	52,56

Sarzedo	52,56
Patos de Minas	52,41
Jenipapo de Minas	52,41
Santos Dumont	52,35
Franciscópolis	52,32
Monte Belo	52,23
Santa Efigênia de Minas	52,03
Tarumirim	51,97
Carafá	51,79
Ribeirão das Neves	51,64
Manhuaçu	51,64
Pains	51,61
Frei Lagonegro	51,47
Grupiara	51,45
São João da Mata	51,13
Senhora de Oliveira	51,09
Divino	51,08
Ritápolis	50,95
Serranos	50,93
Ataléia	50,92
Aricanduva	50,80
Dores do Turvo	50,78
Rubelita	50,71
Caldas	50,70
Piracema	50,68
Conceição da Barra de Minas	50,66
Francisco Dumont	50,53
Grão Mogol	50,52

Cachoeira de Pajeú	50,50
Inhapim	50,43
Comercinho	50,15
Cipotânea	50,10
Chalé	50,05
Monsenhor Paulo	49,96
Bugre	49,65
Sete Lagoas	49,51
Claro dos Poções	49,45
Alto Rio Doce	49,35
Ladainha	49,33
Santo Antônio do Jacinto	49,26
Pedra do Indaíá	49,23
Pedra Azul	49,13
Moema	49,11
Rio Piracicaba	49,05
Água Boa	49,03
Nova Belém	48,65
Manga	48,58
Belo Vale	48,55
Virgem da Lapa	48,48
São João do Manteninha	48,44
Santa Helena de Minas	48,36
Araçaí	48,30
Riacho dos Machados	48,28
Novo Oriente de Minas	47,93
Guiricema	47,93
Ibiracatu	47,91

Icaraí de Minas	47,81
Pavão	47,81
São José do Alegre	47,75
Lagamar	47,42
Caparaó	47,38
Bonito de Minas	47,30
Moeda	47,25
Jeceaba	47,17
Açucena	47,07
Lontra	47,00
Presidente Juscelino	46,98
Passos	46,73
Novorizonte	46,47
Espinosa	46,41
Arinos	46,29
Januária	46,17
Imbé de Minas	46,09
Santo Antônio do Monte	46,06
Joanésia	45,75
Pimenta	44,98
São Sebastião do Paraíso	44,59
Luislândia	44,42
Paineiras	44,30
Senhora dos Remédios	44,27
Córrego Fundo	44,25
Vargem Alegre	44,21
José Raydan	44,08
Luisburgo	43,98

Coração de Jesus	43,87
Guaraciama	43,84
Botumirim	43,81
Glaucilândia	43,60
Ubaporanga	43,51
São João Del Rei	43,31
Brasília de Minas	43,15
Catuti	42,94
Santo Antônio do Rio Abaixo	42,88
Serra da Saudade	42,02
Indaiabira	41,04
Berilo	40,36
Josenópolis	40,01
Padre Carvalho	39,90
Porteirinha	39,56
Gameleiras	38,91
Francisco Badaró	38,52
São João do Paraíso	38,08
Fruta de Leite	37,57
José Gonçalves de Minas	36,42
Japonvar	35,37

## **Apêndice B: Roteiro das entrevistas – Artigo II e Artigo III**

### **SEÇÃO I: CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS**

1. Como ficou sabendo da cooperativa?
2. O que o motivou a participar da cooperativa?
3. Você participou do processo de criação da cooperativa (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, como foi esse processo?
4. Quais foram as principais dificuldades encontradas para a criação da cooperativa?
5. Atualmente a cooperativa ainda enfrenta dificuldades para seu pleno funcionamento?
6. Vocês receberam algum tipo de assistência na constituição da cooperativa (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, de quem?
7. Ainda recebem algum tipo de assistência (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, essa assistência é em que área (gestão ou técnica)?
8. Há quanto tempo é associado (a)? \_\_\_\_\_
9. Tem ou teve recentemente (5 últimos anos) algum cargo na cooperativa (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, qual? Há quanto tempo?
10. Quais são os produtos que a cooperativa comercializa?
11. Quais produtos você entrega para a cooperativa?
12. Você acha que existem outros tipos de produtos que a cooperativa poderia comercializar?
13. Cite as principais vantagens e desvantagens de ser organizar em cooperativa.
14. Está satisfeito com a cooperativa? Por quê?
15. O que você deseja para o futuro da cooperativa?
16. A cooperativa possui Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_.

### **SEÇÃO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E COOPERATIVISMO**

1. Acessa alguma política pública (Pronaf, Bolsa Família, PAA, PNAE) individualmente (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, qual (is) e há quanto tempo?
2. Quais as motivações o levaram a acessar a política?
3. Acessa alguma política pública de compra institucional (PAA ou PNAE) por meio da cooperativa (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_.  
Caso sim, pular para a questão 4. Caso não, pular para a questão 15.

#### **COOPERADOS QUE ACESSAM O PAA E/OU PNAE VIA COOPERATIVA:**

4. Qual (is) desses mercados institucionais (PAA e/ou PNAE) a cooperativa acessa e há quanto tempo?
5. Quando se associou à cooperativa?  
( ) Antes da cooperativa acessar às políticas públicas.  
( ) Depois da cooperativa acessar às políticas públicas. Nesse caso, você se associou para poder ser beneficiário da política?

6. Todos os produtos que você entrega para a cooperativa são vendidos via compras públicas ou existe alguma parcela que é vendida para o mercado comercial?
7. Existe uma quantidade mínima e máxima para cada cooperado vender via cooperativa para o mercado institucional? Ou seja, há algum sistema de formação de cotas de vendas?
8. Os produtos possuem algum tipo de controle de qualidade?
9. Quais são os pontos positivos dos programas de compra governamental?
10. Quais são os pontos negativos dos programas de compra governamental?
11. Quais desafios e limitações enfrentados pela cooperativa para participar desses programas? E quais as dificuldades que você enfrenta para ser um beneficiário?
12. Diante aos desafios encontrados, quais as estratégias utilizadas pela cooperativa para o acesso ao mercado institucional?
13. Você tem sugestões de melhorias para o funcionamento do PAA e/ou PNAE? Quais?
14. Para você, qual a importância das políticas públicas de compra institucional para o fortalecimento da agricultura familiar? E para o desenvolvimento da cooperativa?

#### COOPERADOS QUE NÃO ACESSAM O PAA E/OU PNAE VIA COOPERATIVA:

15. Você já ouviu falar no PAA e/ou PNAE (1=Sim; 2=Não)? \_\_\_\_\_. Caso sim, através de quem você conheceu o programa?
16. Por que a cooperativa não acessa ao PAA e/ou PNAE? Quais os desafios e limitações para o acesso a esses mercados?
17. Teria interesse em participar do PAA e/ou PNAE via cooperativa, caso ela acessasse?
18. Conhece os procedimentos para que a cooperativa possa acessar ao mercado institucional?
19. Acredita que mais produtores teriam interesse em se associar à cooperativa caso ela acessasse à essas políticas públicas?
20. Entre os produtos que você entrega para a cooperativa, qual (is) você teria interesse em comercializar via compras públicas?
22. Você entrega toda a sua produção para a cooperativa ou vende alguma parcela à parte?
23. Quais são os mercados compradores da cooperativa? Ou seja, para quem a cooperativa comercializa?
24. Para você, qual a importância das políticas públicas de compra institucional para o fortalecimento da agricultura familiar? E para o desenvolvimento das cooperativas?

### **SECÃO III: REDES SOCIAIS**

1. Quais são os principais atores sociais que se relacionam com a cooperativa (pessoas, instituições, órgãos governamentais)?
2. Que tipo de relação a cooperativa desenvolve com esses atores?
3. Existem atores que a cooperativa se relaciona desde a sua criação? Quais?
4. Quem são os atores mais influentes na rede de relações sociais da cooperativa? O que torna esses atores mais influentes?
5. Caso a cooperativa acesse o PAA e/ou PNAE, quais são os principais atores sociais que se relacionam com a cooperativa para o funcionamento da política pública? Quem eram os participantes da rede antes e após a cooperativa participar do mercado institucional?